

João Elton de Jesus
Organizador

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA UNICAP



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Reitor

Prof. Dr. Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S. J.

Vice-reitor

Prof. Dr. Pe. Delmar Cardoso, S. J

Pró-reitor Administrativo

Prof. Dr. Pe. Carlos Fritzen, S. J.

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo

Pró-reitor de Graduação

Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima

Assessoria de Extensão e Educação Continuada

Karine Rizzardi Cajueiro

Prof. Msc. João Elton de Jesus (Assessor)

Wilson Miguel da Silva

Raimunda Ferreira da Silva

Edição e Diagramação

Prof. Msc. João Elton de Jesus

Revisão

Os autores



E96 Extensão universitária Unicap e os objetivos de desenvolvimento sustentável [recurso eletrônico] / João Elton de Jesus, organizador. -- Recife : Universidade Católica de Pernambuco - Unicap, 2025. 263 p.: il.

ISBN 978-65-01-66418-7 (E-Book)

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17015319>

1. Extensão universitária. 2. Sustentabilidade.
I. Jesus, João Elton de, *org.*

CDU 378.4

Luciana Vidal CRB-4/1338



Este E-book está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Isso significa que é permitido compartilhar e adaptar o conteúdo, desde que seja dado o devido crédito aos autores e à Universidade Católica de Pernambuco como editora, mas o uso para fins comerciais não é permitido. Para mais informações, consulte: <https://creativecommons.org>

CONSELHO EDITORIAL

Alan Campos Araújo (UNICAP)
Andrea de Lima Trigueiro de Amorim (UNICAP)
Andrea Melo Lins Storch (UNICAP)
Breno José Andrade de Carvalho (UNICAP)
Carmen Lúcia Borba Cavalcanti (UNICAP)
Clovis Macedo Bezerra Filho (UNICAP)
Daniela Gargantini – Universidade de Córdoba (Argentina)
Delânio Horácio dos Santos (UNICAP)
Dyego da Silva Digiandomenico (UNICAP)
Eduardo Antonio Maia Lins (UNICAP)
Graziela Brito de Almeida (UNICAP)
Héctor Opazo Carvajal – Universidad Católica Silva Henríquez- (Chile)
Jaqueline Martins Vasconcelos (IG – GO)
Jessiklécia Josinalva de Siqueira – FPS
José Ivaldo Araújo de Lucena – (UCB)
Judith Pete - Tangaza University (Quênia)
Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros – (UCSAL)
Leticia Ivonne López Villarreal – Universidad de Monterrey (Mexico)
Luis Duarte Vieira (UEG)
Neeta Gerosa Pereira - St. Joseph's College of Bangalore – (India)
Paola Nascira – Universidad San Francisco de Quito (Equador)
Rafael Campos Rangel (UNICAP)
Rezende Bruno de Avelar (UEG)
Shalimar Michele Gonçalves (UNICAP)
Suzane Brust de Jesus (UNICAP)
Valdênia Brito Monteiro (UNICAP)

COMITÊ CIENTÍFICO

Andrea Melo Lins Storch (UNICAP)
Clovis Macedo Bezerra Filho (UNICAP)
Fabio José Pedrosa (UFPE)
Héctor Opazo Carvajal – Universidad Católica Silva Henríquez- (Chile)
José Ivaldo Araújo de Lucena – (UCB)
Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros – (UCSAL)
Luis Duarte Vieira (UEG)
Paola Nascira – Universidad San Francisco de Quito (Equador)

**Cada um dos capítulos deste livro passou por avaliação e aprovação
às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc***

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO6

CAPÍTULO 1 10

Extensão universitária com aprendizagem e serviço e os objetivos de desenvolvimento sustentável: a experiência da UNICAP

D.O.I: 10.5281/zenodo.17019621

João Elton de Jesus

CAPÍTULO 227

Plasticidade como inovação e sustentabilidade: diálogo entre indústrias criativas e os objetivos de desenvolvimento sustentável

D.O.I: 10.5281/zenodo.17020689

Albérico Paes Barreto Barros; Dyego da Silva Digiangdomenico; Rafael Campos Rangel

CAPÍTULO 343

Arquiteturas para pesca artesanal no Cais Sinhá Menezes, Recife-PE a partir de cartografias

D.O.I: 10.5281/zenodo.17021201

Andréa Melo Lins Storch, Carmem Cavalcanti, Dyego Digiangdomenico, Vera Christine Cavalcanti Freire

CAPÍTULO 4 61

Comunidades pela Arquitetura Aberta

D.O.I: 10.5281/zenodo.17021438

Carmen Lucia Borba Cavalcanti; Rafael Campos Rangel

CAPÍTULO 5 80

Estratégias de visibilidade, comunicação e ética profissional: Projeto Comunicarq nas redes sociais

D.O.I: 10.5281/zenodo.17021638

Igor Villares de Carvalho; Rafael Campos Rangel; Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva

CAPÍTULO 6 94

Os desafios do planejamento urbano e seus impactos na neurocirurgia: uma abordagem sobre a ótica dos objetivos do desenvolvimento sustentável

D.O.I: 10.5281/zenodo.17021810

Ana Júlia Oliveira Siqueira; David Plácido Lopes; Fábio Lopes de Barros Correia Filho; Maria Izabella Silva Damasceno; Nathália Carvalho Figuerêdo; Rubem Ferreira da Silva Filho

CAPÍTULO 7 111

Sementes de solidariedade: reflexões sobre a fome no século XXI

D.O.I: 10.5281/zenodo.17023144

Valdenice José Raimundo; Cirlene Sales da Silva

CAPÍTULO 8 127

Um relato de experiência na promoção à sustentabilidade alimentar do grupo de extensão “alimentando o bem: sabores sustentáveis”.

D.O.I: 10.5281/zenodo.17023199

João Guilherme Caribé Bastos Gonçalves; Lorena Barros Cavalcanti ; Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos

CAPÍTULO 9 140

Transformando desperdício em oportunidade: um relato de experiência do projeto “Alimentando o bem: sabores sustentáveis”, com aproveitamento integral de alimentos

D.O.I: 10.5281/zenodo.17023570

Amanda Domingos Mendonça; Gabriela Veríssimo Alves da Trindade; Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos; Tainá Arana Moraes de Vasconcelos; Talyta da Silva Tavares; Thayná Vitória Buarque Bezerra

CAPÍTULO 10 154

ODS 12 na prática: a importância da coleta seletiva de óleo na redução de impactos ambientais

D.O.I: 10.5281/zenodo.17023911

Manfred Tabosa Correia Lima; Larissa de Aquino Arruda Lima; Everton Leonardo da Silva; Thaís Torres Borba; Dra. Adriene Siqueira de Melo

CAPÍTULO 11	172
Sustentabilidade e eficiência: o dilema dos kits cirúrgicos	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17024256</i>	
<i>Alan Vitor Vasconcelos Maciel; Manfred Tabosa Correia Lima; Thacyana Michely Gomes da Silva; Dr. Alessandro Peixoto de Araújo</i>	
CAPÍTULO 12	188
Extensão universitária e ação climática: a Jornada de Inov-ção Socioambiental e Climática como experiência de educação transformadora	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17024415</i>	
<i>Breno José Andrade de Carvalho; Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna; Eduardo Antônio Maia Lins; Fábio José de Araújo Pedrosa; João Elton de Jesus; Valdeci Monteiro Dos Santos; Valdenice José Raimundo</i>	
CAPÍTULO 13	208
Labcom: a extensão como plataforma de atividades práticas e experimentação para o curso de jornalismo	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17024649</i>	
<i>Filipe Falcão</i>	
CAPÍTULO 14	226
Encontros bíblicos na UNICAP	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17024846</i>	
<i>Cláudio Vianney Malzoni; Karoline da Silva Menezes; Rita Maria Gomes</i>	
CAPÍTULO 15	239
Resistência ao relativismo histórico: o papel dos espaços de memória na preservação do direito à memória e à verdade sobre a ditadura militar no Brasil	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17025104</i>	
<i>Manoel Severino Moraes de Almeida; Larissa Almeida de Albuquerque; Maria Elizabete Dias de Souza Vicente</i>	
CAPÍTULO 16	254
Projeto horizonte - uma jornada de conexões e descobertas	
<i>D.O.I: 10.5281/zenodo.17025167</i>	
<i>Shalimar M G Silva Reis</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	263

APRESENTAÇÃO

A Extensão Universitária da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) apresenta-se como materialização de sua missão que envolve as dimensões social e educativa, tendo como horizonte a formação de sujeitos críticos e comprometidos eticamente. Por meio dela, o ensino e a pesquisa passam a contribuir com a transformação da realidade social, marcada pela desigualdade. A partir desta compreensão, as necessidades sociais passam a ser acolhidas, gerando aprendizado mútuo. A extensão, nesse sentido, vai além de um requisito curricular: ela se configura como uma verdadeira pedagogia de transformação, articulando ensino, pesquisa e serviço em torno da justiça social e da dignidade humana.

Neste contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU, ganham destaque. Mais do que um conjunto de metas globais, inclusive sujeitas a crítica, têm representado um pacto ético e político pela construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. O desafio que colocam às universidades é evidente: é necessário e urgente formar profissionais competentes não apenas para o mercado de trabalho. É preciso formar pessoas comprometidas com a vida em todas as suas dimensões. É nesse aspecto que a extensão universitária se consolida, pois coloca em relação o saber científico e as demandas concretas da humanidade, permitindo que a universidade se torne espaço de criação coletiva, de soluções e de fortalecimento da cidadania, muitas vezes restrita para diversos segmentos sociais.

A UNICAP, ao agregar suas práticas extensionistas aos ODS, promove reflexões geradoras de uma universidade cidadã. Os desafios assumidos transformam-se em compromissos que se expressam no desejo profundo da erradicação da pobreza e da fome, na defesa do meio ambiente, na promoção da paz e da justiça social, na redução das desigualdades e na garantia dos direitos humanos. Ao assumir os ODS como horizonte pedagógico e ético, a universidade amplia sua missão, inscrevendo-se num movimento global que reconhece a particularidade e, ao mesmo tempo, a interdependência entre os povos e a necessidade de enfrentar os grandes desafios planetários de forma colaborativa.

Este ebook é fruto dessa prática refletida. Ele reúne experiências de extensão que elucidam, de modo plural e interdisciplinar, como a UNICAP tem contribuído para as reflexões e concretização dos ODS a partir de iniciativas locais de docentes e discentes. São projetos que atravessam diferentes áreas do conhecimento – saúde, urbanismo, meio ambiente, alimentação, comunicação, cultura e espiritualidade – mas que partilham um mesmo princípio: a busca de respostas criativas e transformadoras para as urgências do nosso tempo, sempre em diálogo com as pessoas que demandam soluções para as suas comunidades.

Cada experiência apresentada mostra que a extensão universitária é uma ponte que une universidade e sociedade, teoria e prática, conhecimento e vida. Mais do que atividades pontuais, trata-se de processos que geram impacto social, estimulam a inovação e ampliam os horizontes de formação integral dos estudantes. Este livro testemunha que a UNICAP, ao articular extensão e ODS, não apenas responde aos desafios do presente, mas também cultiva sementes de futuros possíveis – futuros mais justos, inclusivos e sustentáveis. Uma perspectiva de sustentabilidade que acolhe o humano com seus saberes e a natureza enquanto chão onde a vida brota e rebrota.

Que esta obra inspire novas práticas, fortaleça a esperança e reforce a convicção de que a universidade, quando fiel à sua vocação, pode ser um espaço privilegiado de cuidado com a vida, de compromisso com a justiça e de construção de um mundo, no qual valores como comunidade, respeito à natureza, diálogo entre os diversos saberes, dignidade para todos os povos são pautas permanentes.

Boa leitura!

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação



CAPÍTULO 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM APRENDIZAGEM E SERVIÇO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DA UNICAP

D.O.I: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17019621>

João Elton de Jesus



Este estudo analisa a relação entre a Extensão Universitária com a metodologia de Aprendizagem e Serviço Solidário e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tomando como referência a experiência da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). O estudo adotou uma abordagem quanti-qualitativa, baseada no banco de dados institucional das disciplinas extensionistas ofertadas no semestre 2025.1. Os dados foram organizados a partir da codificação estatística dos 17 ODS e interpretados à luz de referenciais teóricos sobre Extensão e Agenda 2030. Os resultados revelam que 12 dos 17 ODS foram contemplados, com destaque para o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). Projetos exemplares evidenciam a articulação entre saberes acadêmicos e demandas sociais, demonstrando o potencial transformador da Aprendizagem e Serviço alinhado à extensão. Conclui-se que a curricularização da extensão, alinhada aos ODS, fortalece a missão social da educação superior e contribui para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Aprendizagem e Serviço Solidário; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Educação Superior; Unicap.

Introdução

A sociedade contemporânea é atravessada por desafios complexos e interconectados, como a desigualdade social, a precarização do trabalho, a crise ambiental, a erosão democrática e as novas formas de exclusão digital e cultural. A pandemia de COVID-19 intensificou essas vulnerabilidades, evidenciando a urgência de políticas públicas e práticas educativas capazes de promover solidariedade, cuidado e resiliência (UNESCO, 2022). Nesse cenário, a educação superior assume um papel estratégico, pois detém não apenas a capacidade de produzir conhecimento científico e tecnológico, mas também a responsabilidade de formar sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

A missão social das universidades ultrapassa a preparação de profissionais para o mercado de trabalho, implicando o compromisso com o engajamento cidadão, a cultura de paz, a defesa da democracia e o cuidado com a casa comum (FRANCISCO, 2019). Essa perspectiva foi afirmada pela UNESCO em sua *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI* (1998), ao indicar que a educação superior deve “contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo”. Mais recentemente, em *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação* (UNESCO, 2022), reforça-se que uma educação plena só ocorre quando fundamentada em cooperação, solidariedade e empatia, formando cidadãos capazes de transformar o mundo com responsabilidade social.

Nesse horizonte, a Extensão Universitária configura-se como um dos principais meios pelos quais as instituições de ensino superior podem efetivar sua missão social, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e demandas comunitárias. No Brasil, essa prática ganhou maior

reconhecimento a partir da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabeleceu a obrigatoriedade de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas, representando um marco na integração entre universidade e sociedade (RIBEIRO, 2019).

Ao lado disso, emergem metodologias inovadoras que buscam qualificar a prática extensionista, como a Aprendizagem e Serviço Solidário (*Service-Learning*), reconhecida internacionalmente como estratégia pedagógica capaz de equilibrar objetivos acadêmicos e necessidades comunitárias (FURCO, 1996; TAPIA, 2006; JACOBY, 2015). Simultaneamente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2015, oferecem um horizonte global que orienta políticas públicas, ações sociais e iniciativas acadêmicas na busca de um desenvolvimento mais justo e sustentável (SACHS, 2015).

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a Extensão Universitária, a metodologia de Aprendizagem e Serviço Solidário e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na experiência da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A justificativa dessa investigação repousa na relevância científica e social do tema: compreender como a curricularização da extensão e o alinhamento das iniciativas extensionistas aos ODS contribuem para fortalecer a missão social das universidades brasileiras, ampliando sua capacidade de impacto acadêmico, comunitário e global.

Extensão Universitária e Aprendizagem e Serviço

A extensão universitária no Brasil consolidou-se como uma dimensão essencial da vida acadêmica, articulando-se ao ensino e à pesquisa na formação integral dos estudantes e na promoção da transformação social. Sua trajetória reflete disputas políticas, avanços pedagógicos e concepções críticas sobre o papel da universidade frente à sociedade. Desde o século XX, o conceito de extensão foi sendo tensionado e enriquecido por

diferentes movimentos, entre os quais se destacam o pensamento de Paulo Freire, as lutas sociais latino-americanas, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e a consagração constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em 1988 (BRASIL, 1988).

No contexto brasileiro, Paulo Freire foi um dos principais responsáveis por ressignificar a noção de extensão. Em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, o autor critica a perspectiva mecanicista e autoritária da educação, propondo a substituição do conceito de “extensão” pelo de “comunicação”. Para ele, a verdadeira educação é um processo dialógico em que educador e educando são sujeitos do conhecimento, compartilhando saberes e construindo reflexões críticas. Como afirma: “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe” (FREIRE, 2013, p. 44). Assim, quando estruturada como comunicação, a extensão universitária torna-se instrumento de problematização da realidade e de transformação social.

A sistematização nacional da extensão foi impulsionada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), que estabeleceu modalidades específicas para organizar e orientar as práticas extensionistas nas universidades brasileiras. Entre essas modalidades, encontram-se os programas, entendidos como conjuntos articulados de projetos e ações que se desenvolvem a médio e longo prazo, possibilitando maior continuidade e impacto. Vinculados ou não a esses programas, surgem os projetos, que consistem em ações contínuas voltadas a objetivos educativos, sociais, culturais ou tecnológicos, geralmente com duração delimitada. A extensão também se realiza por meio de cursos, voltados à formação inicial ou continuada, que promovem processos de capacitação e disseminação de conhecimentos. Outra modalidade importante são os eventos, caracterizados pela curta duração e pela função de difundir saberes e práticas por meio de congressos, seminários, feiras, exposições e atividades culturais. A prestação de serviços constitui igualmente um campo relevante,

envolvendo consultorias, assessorias, laudos técnicos e atendimentos especializados em diferentes áreas do conhecimento. Por fim, as publicações configuram-se como um meio de consolidar e difundir os resultados sociais, culturais e científicos da extensão, fortalecendo a dimensão acadêmica e social dessas iniciativas (FORPROEX, 1987).

Além das tipologias organizativas, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) estabeleceu um conjunto de diretrizes fundamentais que orientam a prática extensionista no Brasil. A primeira delas é a interação dialógica, que busca romper com a tradicional hierarquia entre saber acadêmico e saber popular, promovendo um processo de cocriação do conhecimento a partir da escuta e do diálogo entre universidade e comunidade. A segunda diretriz refere-se à interdisciplinaridade e à interprofissionalidade, dimensões que favorecem a articulação de diferentes áreas do saber e possibilitam respostas mais consistentes diante da complexidade dos problemas sociais contemporâneos. Soma-se a isso o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que assegura o protagonismo estudantil e estimula o uso de metodologias participativas, como a pesquisa-ação, ampliando a formação crítica e cidadã dos discentes. Por fim, destaca-se a diretriz do impacto e da transformação social, que reafirma a extensão como prática capaz de gerar mudanças concretas na realidade, superando perspectivas limitadas de mera transferência de conteúdo ou de ações assistencialistas.

Nesse quadro, torna-se indispensável adotar metodologias e pedagogias que garantam a qualidade das ações extensionistas, tanto do ponto de vista do estudante, que encontra nelas oportunidades de formação técnica, ética e cidadã, quanto da comunidade, que se beneficia de processos de desenvolvimento social, cultural e humano. Entre essas metodologias, destaca-se a Aprendizagem e Serviço Solidário (*Service-Learning*), reconhecida internacionalmente como uma estratégia inovadora que combina atividades acadêmicas com ações de impacto social, gerando benefícios mútuos para estudantes e comunidades.

De acordo com Furco (1996), o diferencial do *Service-Learning* em relação a outras formas de voluntariado ou práticas assistemáticas de extensão está no equilíbrio entre os objetivos de aprendizagem e as necessidades reais da comunidade, configurando-se como um modelo que une formação acadêmica e responsabilidade social. María Nieves Tapia (2006) amplia essa visão ao definir a aprendizagem e serviço solidário como “uma proposta pedagógica que integra em uma única atividade curricular a aprendizagem de conteúdos acadêmicos e a realização de um serviço à comunidade, de forma planejada e articulada” (p. 23). Para a autora, essa metodologia rompe com práticas assistencialistas, pois se fundamenta no diálogo entre universidade e comunidade, estimulando processos de transformação social e de desenvolvimento humano integral.

Nos Estados Unidos, Barbara Jacoby (2015) reforça que o *Service-Learning* constitui “uma abordagem educacional que promove a aprendizagem experiencial e a cidadania ativa, ao mesmo tempo em que fortalece a democracia e a justiça social” (p. 12). Essa perspectiva evidencia que a metodologia não apenas favorece a formação acadêmica, mas também atua como um instrumento de fortalecimento das sociedades democráticas e do compromisso cívico.

No Brasil, a Aprendizagem e Serviço Solidário se insere de maneira orgânica no campo da extensão universitária, especialmente após a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabeleceu a obrigatoriedade da inserção de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades extensionistas (BRASIL, 2018). Essa normativa consolidou a extensão como parte integrante da formação acadêmica, criando um espaço privilegiado para a adoção de metodologias que conciliam rigor científico e compromisso social. Como afirma Ribeiro (2019), “a curriculização da extensão no Brasil constitui uma oportunidade para fortalecer a pedagogia da aprendizagem-serviço, tornando-a um eixo estruturante da formação universitária” (p. 67).

A integração entre a extensão e a metodologia de Aprendizagem e Serviço Solidário manifesta-se em diferentes dimensões que se complementam

e se fortalecem mutuamente. No âmbito do currículo, essa integração ocorre por meio de disciplinas e projetos que conectam os conteúdos acadêmicos à realidade social, estabelecendo parcerias com comunidades e organizações e permitindo que o conhecimento produzido na universidade dialogue com demandas concretas. Do ponto de vista da formação estudantil, a participação em atividades extensionistas favorece o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e éticas, estimulando o protagonismo do estudante em seu próprio processo formativo e ampliando sua consciência cidadã. Já na dimensão da relação universidade-sociedade, a integração se concretiza quando o saber produzido no espaço acadêmico é colocado a serviço do bem comum, respondendo a desafios sociais relevantes e construindo soluções de impacto junto às comunidades. Dessa forma, a extensão, articulada ao Aprendizagem e Serviço, reafirma-se como eixo estruturante da missão social da educação superior.

Dessa forma, a extensão universitária no Brasil consolidou-se como espaço de diálogo entre saberes, de democratização do conhecimento e de promoção de transformações sociais. A incorporação da Aprendizagem e Serviço Solidário como metodologia articuladora desse processo potencializa ainda mais a formação integral dos estudantes e o compromisso social das universidades, configurando-se como eixo estruturante da educação superior contemporânea.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, constituem um pacto global em favor de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. Ao todo, são 17 objetivos e 169 metas, que orientam políticas públicas, ações empresariais, iniciativas sociais e acadêmicas até o ano de 2030, compondo uma agenda universal que busca integrar dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais (ONU, 2015).

A gênese dos ODS encontra-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos no ano 2000, que estabeleceram oito metas globais voltadas principalmente para a erradicação da pobreza extrema, a universalização da educação primária, a promoção da igualdade de gênero e o combate a doenças como o HIV/AIDS. Embora importantes, os ODM foram alvo de críticas por apresentarem metas limitadas, com pouca adaptação às realidades regionais e baixa participação dos países no processo de formulação (SEN, 2010). Como resposta a essas limitações, e após amplo processo de consulta envolvendo governos, sociedade civil e academia, foi aprovada a Agenda 2030, que ampliou significativamente o escopo e a transversalidade das metas.

Os ODS abrangem temas centrais para a humanidade, incluindo erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero, acesso à água potável, energia limpa, trabalho decente, inovação, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, enfrentamento das mudanças climáticas, preservação da vida marinha e terrestre, fortalecimento das instituições democráticas e parcerias globais. Diferentemente dos ODM, os ODS possuem caráter universal, aplicando-se tanto a países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, e reconhecem que desafios como as mudanças climáticas e as desigualdades sociais são problemas globais interdependentes.

Para Sachs (2015), os ODS representam “um avanço em relação aos ODM, pois incorporam as três dimensões do desenvolvimento sustentável – a econômica, a social e a ambiental – além da cultural” (p. 32). Essa característica amplia seu alcance e legitima sua adoção como referência internacional.

Entre os principais benefícios da Agenda 2030, destaca-se, em primeiro lugar, a integração de políticas públicas, uma vez que suas metas interconectadas estimulam soluções de caráter sistêmico e favorecem a superação da fragmentação setorial. Outro aspecto relevante é a ênfase na participação social e acadêmica, já que a Agenda convoca governos, setor privado, organizações da sociedade civil e universidades a atuarem de

maneira conjunta e corresponsável. Soma-se a isso o foco na equidade, que coloca no centro do debate global a necessidade de enfrentar desigualdades sociais, de gênero, raciais e territoriais, fortalecendo o compromisso com a justiça social (LEITE, 2020). Por fim, merece destaque a mobilização internacional inédita gerada pela Agenda 2030, que, ao definir metas mensuráveis e acompanhadas por indicadores globais e locais, estabeleceu um compromisso coletivo entre as nações e inaugurou um novo paradigma de cooperação internacional (ALMEIDA; VENTURINI, 2021).

Apesar de seu caráter transformador, os ODS ainda enfrentam desafios significativos. A implementação desigual entre países e regiões revela disparidades estruturais que limitam a efetividade da Agenda 2030. Além disso, muitos países em desenvolvimento carecem de recursos financeiros, tecnológicos e institucionais para executar as metas propostas. Outro ponto crítico é o caráter voluntário da Agenda, que dificulta a cobrança efetiva dos compromissos assumidos. Como observa Sachs (2015), os ODS mantêm ainda “forte ligação com a lógica do crescimento econômico, sem questionar suficientemente os modelos produtivos e de consumo vigentes” (p. 41).

No campo da educação superior, os ODS dialogam diretamente com a missão social das universidades, ao reforçar a importância de formar cidadãos críticos e de aproximar o conhecimento científico das necessidades da sociedade. Para Ribeiro (2019), “os ODS oferecem uma oportunidade ímpar para que a universidade reafirme sua função social e se comprometa com agendas globais a partir de sua inserção local” (p. 67). Essa perspectiva é particularmente relevante no Brasil, país marcado por profundas desigualdades estruturais, onde a universidade pode atuar como agente estratégico de transformação social.

Nesse sentido, a Extensão Universitária constitui um campo privilegiado para a concretização da Agenda 2030, pois possibilita a articulação entre teoria e prática, academia e comunidade, global e local. A conexão entre ODS e extensão amplia a legitimidade das ações universitárias, fortalece

o protagonismo estudantil e promove impactos sociais efetivos. Ao assumir os ODS como horizonte, a extensão contribui não apenas para o cumprimento de metas internacionais, mas também para o fortalecimento da função pública da universidade, ancorada nos princípios da justiça social, da sustentabilidade e da cidadania global.

Extensão, Aprendizagem e Serviço e ODS na Unicap

A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), ao longo de seus mais de 80 anos de história, consolidou-se como uma instituição que articula de forma indissociável ensino, pesquisa e extensão, assumindo como missão o compromisso com a formação integral dos estudantes e com a transformação social. Muito antes da curricularização da extensão ser instituída pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a Unicap já se destacava por iniciativas pioneiras, como a Clínica Escola de Psicologia (1964), a primeira do Nordeste; a ASTEP (1974), que presta assessoria jurídica gratuita a populações em situação de vulnerabilidade; e o Museu de Arqueologia (1987), voltado para a preservação da memória e o acesso democrático à cultura. Essas ações revelam uma trajetória marcada pelo compromisso com a justiça social e com a construção de pontes entre universidade e comunidade.

A Política de Extensão da Unicap, publicada em 2022, reforçou esse compromisso ao associar sistematicamente cada iniciativa extensionista aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essa decisão institucional não apenas legitima as ações da universidade no cenário global, mas também orienta as práticas pedagógicas e sociais em direção a um horizonte comum de transformação. Como afirma o documento: a extensão deve ser compreendida como um processo de “co-criação, co-laboração e co-desenvolvimento, no qual universidade e sociedade aprendem juntas, partilhando conhecimentos, experiências e habilidades em prol da construção de um mundo melhor, sobretudo para aqueles em maior vulnerabilidade socioambiental” (UNICAP, 2022, p. 7).

Nesse escopo, o presente estudo adotou uma abordagem quanti-qualitativa, de modo a articular a mensuração da presença dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas disciplinas extensionistas da Unicap, no semestre 2025.1, que corresponde ao período de fevereiro a julho de 2025, com a interpretação crítica de seus significados pedagógicos e sociais. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender a extensão universitária não apenas como dado numérico ou registro administrativo, mas como espaço formativo e de impacto social, o que demanda a integração entre análise estatística e análise interpretativa (CRESWELL, 2014).

A base empírica da pesquisa foi composta pela planilha institucional *Cadastro de Plano de Trabalho*, fornecida pela Assessoria de Extensão da Unicap, que reúne as disciplinas registradas como extensionistas no período em questão. Essa fonte permitiu identificar variáveis como o título das iniciativas, o curso responsável, a disciplina vinculada, o programa institucional e os ODS selecionados pelos proponentes como metas impactadas.

Os dados foram organizados em um processo de normalização textual, seguido pela codificação dos 17 ODS em variáveis binárias, o que possibilitou quantificar a frequência de cada objetivo no conjunto analisado.

Na dimensão qualitativa, optou-se por destacar projetos emblemáticos capazes de ilustrar de maneira concreta a relação entre extensão universitária, Aprendizagem e Serviço Solidário e Agenda 2030. A seleção desses exemplos levou em conta sua pertinência ao ODS declarado, a coerência com as diretrizes do FORPROEX, bem como seu potencial formativo e comunitário. Nesse sentido, a análise não se restringiu à descrição das iniciativas, mas buscou situá-las no debate teórico e pedagógico sobre extensão.

Cumprir destacar algumas limitações do estudo. Em primeiro lugar, a identificação dos ODS está baseada em autodeclaração dos coordenadores, o que pode gerar lacunas ou imprecisões. Além disso, a análise se

concentrou em um recorte temporal específico (2025.1), não permitindo generalizações de caráter longitudinal. Por fim, a pesquisa avaliou o alinhamento temático das iniciativas aos ODS, mas não mensurou o impacto social concreto junto às comunidades atendidas.

Ainda assim, os procedimentos adotados conferem ao estudo rigor, transparência e reprodutibilidade, uma vez que a codificação por ODS, os cálculos estatísticos e a interpretação qualitativa foram realizados de forma sistemática e fundamentada. Os achados são interpretados em diálogo com a literatura sobre extensão (FORPROEX, 1987; BRASIL, 2018), sobre a pedagogia da Aprendizagem e Serviço (FURCO, 1996; TAPIA, 2006; JACOBY, 2015) e sobre os marcos da Agenda 2030 (SACHS, 2015), permitindo compreender de maneira crítica como a Unicap vem articulando sua prática extensionista ao horizonte global do desenvolvimento sustentável.

A análise realizada sobre as disciplinas extensionistas do semestre 2025.1 evidencia a amplitude e a diversidade dessas ações. Ao todo, foram contemplados como prioritários 12 dos 17 ODS, confirmando o caráter abrangente e interdisciplinar da extensão universitária. Vale destacar que esse número poderia ser maior caso outras ODS indiretamente impactadas fossem levadas em conta na investigação. Entre os objetivos colocados como principais para cada projeto, destacam-se:

- ODS 4 – Educação de Qualidade, com 94 ocorrências, reafirmando a centralidade da missão educativa da Unicap;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades, com 28 iniciativas, refletindo o compromisso da universidade com a justiça social e a equidade;
- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, com 25 registros, evidenciando a força das ciências da saúde no contexto institucional;
- além do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (18 iniciativas) e do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis (12

iniciativas), que consolidam a inserção em pautas democráticas e ambientais.

O protagonismo do ODS 4 é ilustrado por iniciativas como “História e educação antirracista”, do curso de Filosofia, que promove a formação crítica para o enfrentamento do racismo nas escolas; “Robótica inclusiva”, do curso de Ciência da Computação, que integra inovação tecnológica e inclusão social; e “Matemática em Movimento”, da Pedagogia, que valoriza metodologias lúdicas no ensino básico. Esses projetos demonstram como a extensão, articulada ao ensino, fortalece a educação como bem público e direito humano.

O ODS 10, por sua vez, revela-se em projetos como “Direito e Relações Raciais” e “Vozes Negras pela Democracia”, ambos vinculados ao curso de Direito, que atuam no enfrentamento do racismo estrutural e na valorização da memória política da população negra. Iniciativas como “Tecnologia para Todos: inclusão e letramento digital”, no curso de Fotografia, e “Entre Cais e Pontes: reconhecimento da pesca artesanal”, em Arquitetura e Urbanismo, mostram que a redução das desigualdades perpassa tanto o acesso à tecnologia quanto a valorização de modos de vida tradicionais.

Já o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar é materializado em ações como o “Recomeço Rosa”, da Nutrição, voltado ao cuidado alimentar de mulheres em tratamento oncológico; “Autocuidado, relações interpessoais e saúde mental”, da Psicologia, que promove o bem-estar emocional; e “Colorindo Sonhos”, da Enfermagem, que humaniza o cuidado a crianças hospitalizadas. Além disso, clínicas-escola e projetos de atenção primária em saúde, realizados por cursos como Medicina, Farmácia e Fonoaudiologia, reafirmam a vocação da universidade para uma prática extensionista voltada ao cuidado integral da vida.

Embora menos frequentes, objetivos como o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e o ODS 13 – Ação Climática aparecem como áreas de oportunidade para expansão futura. A baixa incidência desses temas

sugere a necessidade de fortalecer a dimensão ambiental da extensão, criando novas práticas pedagógicas e comunitárias que dialoguem com os desafios ecológicos contemporâneos.

Dessa forma, a experiência da Unicap demonstra que a integração entre Extensão Universitária, Aprendizagem e Serviço Solidário e ODS não apenas amplia a função social da universidade, mas também a insere em um movimento global de transformação. A curricularização da extensão, ao tornar obrigatória a participação estudantil em atividades socialmente relevantes, potencializa o protagonismo dos estudantes, promove uma formação crítica e cidadã e reforça a contribuição da universidade para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Considerações finais

A análise realizada permitiu compreender que a extensão universitária, quando articulada à metodologia da Aprendizagem e Serviço Solidário e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constitui um eixo estratégico para o fortalecimento da missão social da educação superior no Brasil. No caso da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), os resultados evidenciam um processo institucional consistente de integração entre ensino, pesquisa e extensão, ancorado em uma tradição histórica de compromisso comunitário e renovado pelas diretrizes da Agenda 2030.

O levantamento das disciplinas extensionistas do semestre 2025.1 revelou que 12 dos 17 ODS foram contemplados, confirmando o caráter abrangente e interdisciplinar das iniciativas. Os destaques recaem sobre o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 10 – Redução das Desigualdades e o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, que juntos concentram a maior parte das ações. Esses resultados evidenciam uma vocação institucional para o fortalecimento da formação educacional, da justiça social e do cuidado

integral à vida, valores coerentes com a identidade humanista e transformadora da Unicap.

Os exemplos de projetos analisados demonstram que a extensão não se restringe à mera transferência de conhecimento, mas se configura como espaço de diálogo, de cocriação e de transformação social. Todavia, a pesquisa também revelou áreas de oportunidade, sobretudo na ampliação das ações relacionadas ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis e ao ODS 13 – Ação Climática. A baixa incidência desses objetivos sugere a necessidade de fortalecer a dimensão ambiental da extensão universitária, incorporando de forma mais incisiva práticas educativas e comunitárias voltadas à sustentabilidade ecológica e à adaptação às mudanças climáticas.

Do ponto de vista científico, o estudo contribui ao oferecer uma metodologia replicável para o monitoramento do alinhamento entre extensão universitária e Agenda 2030, integrando estatísticas descritivas, categorização temática e análise qualitativa de projetos. Do ponto de vista social, reforça a importância da curricularização da extensão como oportunidade histórica para aproximar a universidade das demandas concretas da sociedade e para formar estudantes protagonistas, críticos e socialmente comprometidos.

Em síntese, pode-se afirmar que a Unicap, ao associar a extensão universitária à Aprendizagem e Serviço Solidário e aos ODS, reafirma seu compromisso de ser uma universidade comunitária, inclusiva e transformadora. Esse processo a insere em um movimento mais amplo, em que a educação superior se reconhece não apenas como produtora de conhecimento técnico, mas como força ativa de transformação social e de construção de futuros sustentáveis.

Referências

- ALMEIDA, M.; VENTURINI, A. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a cooperação internacional: perspectivas e desafios*. Revista de Políticas Públicas, v. 25, n. 2, p. 85-98, 2021.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018.
- CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2014.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Conceito de Extensão, 1987*. Brasília: MEC, 1987.
- FRANCISCO, Papa. *Mensagem para o lançamento do Pacto Educativo Global*. Vaticano, 2019. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FURCO, A. *Service-learning: a balanced approach to experiential education*. In: TAYLOR, B.; CORPORATION FOR NATIONAL SERVICE (ed.). *Expanding boundaries: serving and learning*. Washington, DC: Corporation for National Service, 1996. p. 2-6.
- JACOBY, B. *Service-learning essentials: questions, answers, and lessons learned*. San Francisco: Jossey-Bass, 2015.
- LEITE, A. C. *A Agenda 2030 e a equidade como princípio global*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 1, p. 110-125, 2020.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

RIBEIRO, R. J. *Curricularização da extensão e aprendizagem-serviço: desafios e possibilidades*. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 10, n. 2, p. 65-74, 2019.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAPIA, M. N. *Aprendizaje y servicio solidario en el sistema educativo y las organizaciones juveniles*. Buenos Aires: CLAYSS, 2006.

UNICAP. Universidade Católica de Pernambuco. *Política de Extensão Universitária*. Recife: Unicap, 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação*. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116345>. Acesso em: 28 ago. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SOBRE O AUTOR

João Elton de Jesus

Doutor em Psicologia Clínica e Mestre em Ciências da Religião. Especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo e Licenciado em Filosofia. Bacharel em Administração com ênfase em Marketing Atualmente é Docente Assessor de Extensão da Universidade Católica de Pernambuco
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6690323448255726>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5339-3870>
E-mail: joao.elt@gmail.com



CAPÍTULO 2

PLASTICIDADE COMO INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: DIÁLOGO ENTRE INDÚSTRIAS CRIATIVAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

D.O.I: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17020689>

*Albérico Paes Barreto Barros
Dyego da Silva Digiandomenico
Rafael Campos Rangel*



O projeto PlastiCidade, desenvolvido por docentes e discentes da Universidade Católica de Pernambuco, propõe a transformação de resíduos plásticos, especialmente tampas de garrafas, em chapas recicladas utilizadas na criação de mobiliário urbano e artefatos de design. Inserido no contexto da economia circular, o projeto alia sustentabilidade ambiental, inovação social e inclusão comunitária por meio de oficinas colaborativas, parcerias locais e integração com as Indústrias Criativas. O capítulo apresenta os resultados iniciais da iniciativa, como a instalação de pontos de coleta, o processamento dos materiais com tecnologia acessível e o reconhecimento em eventos acadêmicos. A atuação do PlastiCidade dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 9, 11, 12 e 13, ao demonstrar como soluções criativas e de baixo custo podem gerar impactos positivos nos âmbitos ambiental, educacional e socioeconômico. O projeto consolida-se como um exemplo prático de inovação universitária com potencial de replicação, que transforma resíduos em oportunidades e saberes em ação.

Palavras-chave: Economia Circular; Design Colaborativo; Resíduos Plásticos; Sustentabilidade; ODS; Inovação Social.

Introdução

O PlastiCidade é um grupo de pesquisa que busca transformar resíduos em matéria-prima para intervenções em projetos de arquitetura e design, com foco na promoção da economia circular. O projeto homônimo, abordado neste artigo, concentra-se especificamente na reciclagem de resíduos plásticos, em especial tampas de garrafas, transformando-os em chapas reutilizáveis para a criação de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, painéis artísticos, entre outros.

Essa iniciativa surge em um contexto global marcado pela urgência em combater a poluição plástica, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em diálogo direto com as Indústrias Criativas, setor que integra criatividade, inovação e sustentabilidade.

A relação entre as Indústrias Criativas e os ODS é fortalecida pelo uso do design e da inovação como ferramentas para alcançar metas específicas. No âmbito do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), por exemplo, o projeto demonstra como infraestruturas resilientes podem ser construídas a partir de materiais reciclados, reduzindo a demanda por recursos virgens e incentivando modelos produtivos de baixo impacto. Já o design colaborativo, praticado em oficinas com estudantes e comunidade, gera valor socioeconômico ao integrar conhecimentos técnicos e locais, além de fomentar a inclusão social.

A produção de mobiliário urbano, como bancos e lixeiras, não apenas substitui produtos convencionais (frequentemente feitos de plástico virgem), mas também serve como ferramenta educativa, sensibilizando a população sobre consumo responsável (ODS 12), ativista (ODS 13) e cidades sustentáveis (ODS 11). (Figura 1).



Figura 1 – Alinhamento do PlastiCidade com os ODS. Fonte: ONU (2015)

O PlastiCidade atua em parceria com a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Pernambuco, comerciantes e parceiros locais, criando uma rede de coleta e processamento de resíduos. Essa colaboração permite não apenas a redução do descarte inadequado, mas também a capacitação de estudantes em técnicas de reciclagem e design sustentável, preparando-os para atuar em setores alinhados com a economia verde.

Ao transformar tampas plásticas em produtos de valor agregado, o projeto exemplifica como a criatividade pode ser um motor para a sustentabilidade, integrando objetivos ambientais, sociais e econômicos. Essa sinergia entre academia, indústrias criativas e ODS reforça o papel da universidade como laboratório de inovação social, capaz de propor soluções tangíveis para desafios globais, enquanto fortalece vínculos comunitários e promove a educação ambiental.

Apresentação do problema/desafio

O projeto PlastiCidade surge em um cenário global marcado por desafios urgentes, como a crise climática, o esgotamento de recursos naturais e a poluição causada pelo descarte inadequado de resíduos. O descarte inadequado de plástico é um desafio crítico no Brasil, onde apenas 4% do plástico pós-consumo é reciclado, segundo o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2022* da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Em Pernambuco, os plásticos representam 13,5% dos resíduos sólidos urbanos, com apenas 3% reinseridos em ciclos produtivos, conforme o *Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Pernambuco (2020)*. Esses dados evidenciam uma lacuna entre a geração de resíduos e as práticas de reciclagem, agravando impactos como a contaminação de ecossistemas terrestres e marinhos, além de contribuir para emissões de gases de efeito estufa equivalentes a 16 milhões de toneladas de CO₂ anuais no país, segundo o Relatório de Impactos da Poluição Plástica no Brasil (WWF, 2021).

O projeto PlastiCidade se fundamenta no conceito de economia circular, definido pela Ellen MacArthur Foundation (2015) como um sistema que *"mantém produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor, através de ciclos técnicos e biológicos"*. Ao transformar tampas plásticas em chapas para, por exemplo, um mobiliário urbano, o projeto substitui o modelo linear "extrair-produzir-descartar" por um ciclo fechado, onde o resíduo se torna insumo para novos produtos. Essa abordagem reduz a dependência de recursos virgens e mitiga a pressão sobre aterros sanitários, alinhando-se ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

A integração com as Indústrias Criativas, setor que a UNESCO (2013) define como *"atividades baseadas em conhecimento, criatividade e capital intelectual para gerar valor econômico e cultural"*, é central para o projeto. O design colaborativo, desenvolvido em oficinas com estudantes e comunidade, exemplifica essa conexão, combinando inovação técnica (processos de trituração, prensagem e design) com valor

social (participação comunitária e educação ambiental). A produção de bancos, lixeiras e outros equipamentos urbanos não apenas substitui produtos convencionais, mas também funciona como ferramenta pedagógica, sensibilizando a população sobre consumo responsável e economia circular.

A dimensão econômica do problema é igualmente relevante: o Brasil deixa de arrecadar R\$ 5,3 bilhões anualmente ao não recuperar plásticos descartados, segundo o WWF Brasil (2021). Essa perda evidencia a necessidade de modelos que associem sustentabilidade e viabilidade econômica, como propõe o PlastiCidade. Ao associar a reciclagem de plástico a cadeias produtivas locais, o projeto demonstra que a reutilização de materiais pode ser ambientalmente necessária, socialmente inclusiva e economicamente viável, fortalecendo a ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

O projeto PlastiCidade atua em um ecossistema formado pela comunidade acadêmica da Universidade Católica de Pernambuco e pelo seu entorno: incluindo comerciantes locais que desempenham um papel fundamental como agentes de integração entre a universidade e a comunidade. Essa rede colaborativa não apenas facilita a coleta e o processamento dos resíduos plásticos, mas também promove a conscientização sobre práticas sustentáveis, fortalecendo a interação social e a participação popular. A UNICAP, entendida como um ecossistema, torna-se um espaço de troca de ideias e de desenvolvimento de soluções inovadoras. (Figura 2).



público parceiro | agentes de integração

funcionários
professores
estudantes
comerciantes
visitantes



Figura 2 – Universidade como Ecossistema. Fonte: PlastiCidade, 2025

Além de seus benefícios ambientais, o projeto contribui para a formação de estudantes, capacitando-os com conhecimentos técnicos e habilidades práticas relacionadas à produção de materiais reciclados. Essa capacitação prepara os participantes para atuar em setores criativos e sustentáveis, ampliando suas oportunidades no mercado de trabalho e fomentando a criação de cadeias produtivas alinhadas com os princípios da inovação e da sustentabilidade.

Apresentação do projeto

Os procedimentos metodológicos do projeto PlastiCidade são estruturados para promover sustentabilidade e engajamento comunitário. O projeto começa com o mapeamento e engajamento de parceiros internos e externos, como setores da universidade e comerciantes locais, através de reuniões para estabelecer cooperação. Em seguida, são realizadas campanhas de conscientização e arrecadação, criação de materiais educativos e promoção de eventos para mobilizar a comunidade acadêmica e o entorno. Pontos de coleta são instalados em locais estratégicos de grande circulação. (Figura 3).



Figura 3 – Pontos de Coleta do PlastiCidade instalados em pontos estratégicos do *campus* da UNICAP. Fonte: PlastiCidade, 2025

Com o apoio de parceiros, principalmente no compartilhamento de maquinários, as tampas de garrafas plásticas são limpas, trituradas e prensadas a quente para produzir chapas reutilizáveis, que passam por testes de qualidade. Na sequência, inicia-se o desenvolvimento de produtos e protótipos baseados nas necessidades locais, como por exemplo mobiliário urbano, envolvendo estudantes e professores em oficinas de design colaborativo. (Figura 4).



Figura 4 – Diagrama fluxo do projeto. Fonte: PlastiCidade, 2025

Por fim, busca-se a sustentabilidade e expansão do projeto por meio de financiamentos, replicação em outras comunidades e planejamento a longo prazo, assegurando o impacto positivo contínuo do PlastiCidade na promoção da sustentabilidade ambiental e social.

Impacto do projeto

PlastiCidade consolidou-se como uma iniciativa de impacto tangível, integrando sustentabilidade, inovação e cooperação comunitária. Em seus primeiros meses de operação, o projeto já registrou resultados expressivos:

1. Infraestrutura de Coleta:

- Oito pontos de coleta instalados no *campus* da Universidade Católica de Pernambuco e em estabelecimentos do entorno.
- Mais de 2.000 tampinhas plásticas arrecadadas nos primeiros meses, destinadas à produção de chapas recicladas. (Figura 5).
- Pesquisa e desenvolvimento para novos coletores, maiores, interativos e mais resistentes.

2. Parcerias Confirmadas:

- Casa Criatura de Olinda-PE: Parceria formalizada para uso de equipamentos e expertise técnica no processamento das tampas plásticas.
 - Cadastramento como Projeto de Extensão: Credenciamento oficial pela universidade, com professores e alunos vinculados como pesquisadores responsáveis.
3. *Eventos e Reconhecimento:*
- Premiação em 2º lugar na Exposição de Inovação e Sustentabilidade (2024) promovida pela Semana Socioambiental da UNICAP, validando a relevância do projeto. (Figura 6).

Próximos Passos

1. *Workshop Internacional Recife-Antuérpia:*
- Participação confirmada para a elaboração de artefatos urbanos a partir do material reciclado.
 - Envolvimento de alunos brasileiros e belgas, com a participação do RECENTRO.
2. *Expansão do Projeto:*
- Ampliação dos pontos de coleta para outras comunidades e instituições de ensino.
 - Busca de financiamento por meio de editais públicos e privados.

IMPACTOS e APRENDIZADOS



REDUÇÃO

volume de resíduos descartados inadequadamente

CONSCIENTIZAÇÃO

práticas de economia circular

PROMOÇÃO

educação ambiental

CAPACITAÇÃO

população em reciclagem e design sustentável.

Figura 5 – Impactos e Aprendizados pelo PlastiCidade. Fonte: PlastiCidade, 2025



Figura 6 – Exposição PlastiCidade na Exposição de Inovação e Sustentabilidade – 2024.
Fonte: PlastiCidade, 2025

O projeto PlastiCidade, foi premiado em segundo lugar na Exposição de Inovação e Sustentabilidade - 2024, refletindo sua relevância como resposta aos desafios globais de degradação ambiental e mudanças

climáticas. O impacto da iniciativa se estende ao fortalecimento dos laços entre universidade e comunidade, incentivando uma cultura de sustentabilidade e inovação que beneficia a todos.

Relação com os ODS

- O PlastiCidade impacta diretamente os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):
- ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Desenvolvimento de infraestrutura sustentável por meio da transformação de resíduos plásticos em chapas recicladas.
- ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): Instalação de mobiliário urbano produzido com material reciclado em espaços públicos.
- ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): Reciclagem de mais de 2.000 tampinhas plásticas nos primeiros meses de implantação.
- ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): Colaboração com a Casa Criatura de Olinda, responsável pelo processamento e fabricação das chapas, e integração com entidades locais e internacionais.

Considerações finais

O projeto PlastiCidade, desenvolvido por alunos e professores da Universidade Católica de Pernambuco em parceria com a comunidade acadêmica, comerciantes locais e instituições especializadas, consolidou-se como um modelo prático de inovação socioambiental. A integração com as Indústrias Criativas reforça a importância no design colaborativo, inovação e valor social. Ao transformar tampas plásticas

descartadas em matéria-prima para mobiliário urbano e equipamentos de infraestrutura, a iniciativa não apenas mitigou impactos ambientais, mas também reforçou a importância da economia circular e da cooperação multissetorial. Os resultados alcançados nos primeiros meses de operação — como a instalação de oito pontos de coleta, a arrecadação de mais de 2.000 tampas plásticas e a parceria com a Casa Criatura de Olinda para processamento técnico — evidenciam a viabilidade de soluções que unem criatividade, tecnologia acessível e engajamento comunitário.

A relevância do projeto vai além da dimensão ambiental. Ao vislumbrar integrar estudantes, professores e moradores do entorno em oficinas de design colaborativo, o PlastiCidade torna-se uma ferramenta pedagógica poderosa. Participantes como Luana Silva, aluna do curso de Arquitetura e extensionista no projeto, relatam que o projeto "*transformou a maneira como enxergamos o lixo, mostrando que ele pode ser recurso, não problema*". Essa mudança de perspectiva é fundamental para a construção de uma cultura de sustentabilidade, especialmente em um contexto nacional onde apenas 4% do plástico pós-consumo é reciclado (Abrelpe, 2022). Além disso, a referida premiação na Exposição de Inovação e Sustentabilidade (2024) reforçou a credibilidade da iniciativa, atraindo apoio de entidades como Secretarias e Gabinetes do Estado.

O alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) destaca o caráter transversal do projeto. No âmbito do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), o PlastiCidade demonstrou que infraestruturas resilientes podem ser construídas a partir de materiais reciclados, reduzindo a dependência de recursos virgens. Já o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) foi fortalecido com a instalação de bancos e lixeiras produzidos a partir das chapas plásticas, melhorando espaços públicos e servindo como símbolos tangíveis de consumo responsável. O ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) foi atendido por meio da reciclagem de resíduos e da educação ambiental, enquanto o ODS 17 (Parcerias) ganhou vida na colaboração com a Casa Criatura de Olinda e na futura participação no Workshop Internacional Recife-Antuérpia, que

conectará alunos brasileiros e belgas em prol de soluções sustentáveis.

Os desafios enfrentados pelo projeto — como a dificuldade inicial de mobilizar a comunidade e a limitação de equipamentos — estão sendo superados por estratégias como a capacitação de estudantes em técnicas de reciclagem e a formalização de parcerias técnicas. Essas lições destacam a importância de modelos flexíveis e adaptáveis, capazes de integrar conhecimento acadêmico e saberes locais. O credenciamento do PlastiCidade como projeto de extensão universitária foi um marco, pois garantiu o acesso a recursos institucionais e a participação de 7 alunos voluntários, que desenvolveram habilidades práticas em design sustentável e gestão de resíduos.

Visando em novas ações, o PlastiCidade possui um potencial significativo de escalabilidade. A replicação do modelo em outras universidades e municípios, adaptando-o a realidades locais (como o uso de resíduos específicos de cada região), pode ampliar seu impacto. A participação no Workshop Internacional Recife-Antuérpia (2024) será uma oportunidade para testar a aplicação das chapas recicladas em artefatos urbanos complexos, como placas de sinalização e abrigos de ônibus, além de fortalecer redes globais de inovação sustentável. Paralelamente, pesquisas (Iniciação Científica - PIBIC) em andamento buscam avaliar a durabilidade e resistência do material em diferentes condições climáticas, visando certificações técnicas que permitam seu uso em larga escala.

Em um mundo marcado pela urgência climática e pela desigualdade social, iniciativas como o PlastiCidade mostram que a sustentabilidade não é um ideal abstrato, mas um caminho viável quando aliado à criatividade, ao rigor científico e à colaboração. A economia circular, longe de ser um conceito teórico, ganha vida em projetos que transformam resíduos em oportunidades — seja na forma de mobiliário urbano, na geração de renda para comunidades ou na formação de profissionais conscientes. O desafio agora é garantir que essas experiências inspirem políticas públicas e modelos de negócios que priorizem a regeneração

ambiental e a inclusão social.

O PlastiCidade, portanto, busca deixar evidente que a universidade não é apenas um espaço de formação, mas um ecossistema capaz de catalisar mudanças reais. Ao unir ensino, pesquisa e extensão, o projeto reforça o papel das instituições de ensino enquanto como agentes de transformação “criativos”, conectando salas de aula às ruas, teorias à prática e problemas locais a soluções globais.

Referências

Abrelpe. (2022). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2022*. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. <https://panorama.solutions/en/organisation/abrelpe-associacao-brasileira-de-empresas-de-limpeza-publica-e-residuos-especiais>

Barros, A. P. B. (2020). *Os clusters criativos e as transformações no território: O Porto Digital e o Bairro do Recife* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco].

Ellen MacArthur Foundation. (2015). *Towards a circular economy: Business rationale for an accelerated transition*. Cowes, Reino Unido: Ellen MacArthur Foundation.

Governo de Pernambuco. (2020). *Plano estadual de resíduos sólidos de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Grossi, M. (2014). *Sustentabilidade: O futuro do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Landry, C. (2013). *Origens e futuros da cidade criativa*. São Paulo: SESI-SP Editora.

Manzini, E. (2015). *Design, when everybody designs: An introduction to design for social innovation*. Cambridge, MA: MIT Press.

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Garamond.

UNESCO. (2013). *Creative economy report 2013: Widening local development pathways*. Paris: UNESCO.

Webster, K. (2015). *The circular economy: A wealth of flows*. Cowes, Reino Unido: Ellen MacArthur Foundation Publishing.

WWF Brasil. (2021). *Relatório: Impactos da poluição plástica no Brasil*.
<https://www.wwf.org.br/>

SOBRE OS AUTORES

Albérico Paes Barreto Barros

Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1988). Pós-graduado em Arquitetura Contemporânea pela UNICAP (2011) e Mestre em Indústrias Criativas (UNICAP, 2020). Sócio da Rangel Moreira Arquitetura desde 1994, com atuação na área de projetos imobiliários e comerciais. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2471405726887412>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1103-1091>
E-mail: alberio.paesbarreto@unicap.br

Rafael Campos Rangel

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNICAP (2009), com Láurea e prêmio Opera Prima (2010). Especialista em Metodologia e Técnicas de Análise na Arquitetura Contemporânea (UNICAP, 2010) e Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2018). Atua em ensino, pesquisa e extensão. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9252161757954405>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1112-3826>
E-mail: rafael.rangel@unicap.br

Dyego da Silva Digiandomenico

Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia pela USP (2019) e graduado pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2014). Atua na UNICAP desde 2019. Premiado três vezes pelo CAU-PE por práticas pedagógicas inovadoras. Pesquisador no Laboratório Humanidades e no núcleo PlastiCidade, com foco em arquitetura, arte, tecnologia e desenvolvimento social. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5484423385105055>

E-mail: dyego.digiandomenico@unicap.br



CAPÍTULO 3

ARQUITETURAS PARA PESCA ARTESANAL NO CAIS SINHÁ MENEZES, RECIFE-PE A PARTIR DE CARTOGRAFIAS

D.O.I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17021201>

*Andréa Melo Lins Storch
Carmem Cavalcanti
Dyego Digiandomenico
Vera Christine Cavalcanti Freire*



Este capítulo relata a experiência extensionista vivenciada na disciplina Atelier de Projeto 4 do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com foco na realidade dos pescadores artesanais do Cais Sinhá de Menezes, em Recife-PE. A partir da construção de cartografias críticas, buscou-se dar visibilidade às dinâmicas territoriais e socioculturais de um grupo social historicamente marginalizado, em risco de remoção pela expansão urbana. A proposta metodológica integrou imersões territoriais, rodas de conversa, oficinas e produção gráfica, promovendo a aproximação entre teoria e prática, e reforçando o papel social do arquiteto. O trabalho também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 11, ao destacar a importância de projetos urbanos que respeitem a identidade, a permanência e o direito à cidade dos grupos populares. Os resultados demonstram como a contracartografia pode ser uma ferramenta de ensino, resistência e transformação social.

Palavras-chave: Cartografia Crítica; Pescadores Artesanais; Direito à Cidade; Extensão Universitária; Arquitetura Social.

Introdução

A arquitetura de interesse social busca melhorar as condições de vida de comunidades marginalizadas, promovendo espaços que incentivem a inclusão, a sustentabilidade social e ambiental. A disciplina Atelier de Projeto 4 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP se alinha a essa temática, acumulando experiências de extensão em suas abordagens teóricas e práticas. No semestre 2024.2, o foco foi um território invisibilizado, mas ocupado por pescadores artesanais – o Cais Sinhá de Menezes, localizado entre o Cais da Aurora e a Vila Naval, dentro da Unidade de Conservação Natural - Estuário do Capibaribe, em Santo Amaro, Recife-PE. O grupo social foi os *Pescadores da Ponte do Limoeiro*, cujas condições de vulnerabilidade social e ambiental coexistem com uma rica cultura ligada ao rio Capibaribe.

O objetivo do trabalho foi valorizar a existência ribeirinha, suas identidades e atividades que vêm sendo praticadas há mais de 20 anos, mas que atualmente enfrentam o risco de remoção. Além disso, a iniciativa buscou envolver estudantes de arquitetura e urbanismo na discussão dessas problemáticas, incentivando a construção da responsabilidade social diante das populações marginalizadas. Uma das estratégias adotadas para dar visibilidade ao grupo social foi a elaboração de cartografias críticas, que expressam aspectos ocultos das suas singularidades e importância identitária para a cidade do Recife. Esse método não apenas amplia a conscientização sobre a comunidade, mas também subsidia a concepção projetual arquitetônica de um equipamento de apoio social, permitindo a formulação de programas e soluções coerentes com o território.

Para tanto, este trabalho se fundamentou em conteúdos de representações sociais (Moscovici, 1979) sobre o lugar (Tuan, 1983), possibilitando imersões no território e a compreensão de suas essências. A partir de visitas de campo e das análises dos levantamentos

fotográficos, foi possível a identificação de palavras e imagens recorrentes sobre as práticas e vivências dos pescadores. A intenção maior é reforçar o direito à cidade e à conexão com a geografia humana, fundamentos muito importantes para argumentar sobre a permanência e a valorização dos pescadores artesanais no território.

A Arquitetura Social ou de interesse social tem como abordagem importante o conceito de identidade (CIAMPA, 1986), frequentemente expressa na tectônica dos assentamentos e nas apropriações socio espaciais preexistentes. Elas conferem significado aos lugares, conforme aponta (Augé, 2012). Nesse contexto, o respeito e o cuidado emergem como princípios essenciais para conceber novos projetos de arquitetura, pautados nas singularidades do grupo social envolvido. Dessa forma, tomando como referência os projetos do reconhecido arquiteto Francis Kéré premiado com Pritzker de Arquitetura em 2022 pelas suas experiências de projetos no continente africano, pode-se verificar como é possível materializar as singularidades de comunidades em condições de vulnerabilidade como atributo cultural e social.

Para tanto, é preciso compreender de forma aprofundada o contexto para considerá-lo, por exemplo, na elaboração do programa de necessidades a ser desenvolvido a partir também dos valores simbólicos preexistentes. Essa assertiva transita numa perspectiva política, visto que se volta para o cuidado com a vida cotidiana das pessoas e de grupos sociais. Pôr em evidência esse aspecto contribui para tornar visíveis as vozes historicamente silenciadas com suas dinâmicas territoriais que mesmo inseridos na malha urbana permanecem marginalizados.

Apresentação do problema/desafio

O Recife, caracterizada por sua configuração geográfica singular, é uma cidade entrecortada por rios, o que resulta em vastas extensões de áreas ribeirinhas historicamente ocupadas ao longo de seu processo de

urbanização. No entanto, em uma sociedade de classes, a apropriação desses espaços ocorre de maneira desigual, sendo fortemente influenciada pelas dinâmicas de valorização econômica do solo urbano.

O Cais Sinhá de Menezes, localizado entre o Cais da Aurora e a Vila Naval, é um exemplo emblemático dessa realidade. Situado dentro da Unidade de Conservação Natural - Estuário do Capibaribe, no bairro de Santo Amaro, Recife-PE, esse território abriga pescadores artesanais cuja presença e cultura estão profundamente enraizadas no rio Capibaribe, mas que enfrentam ameaças constantes de remoção. Trata-se de uma área remanescente do processo de urbanização entre o bairro de Santo Amaro e o município de Olinda resultante da obra viária e de pavimentação da Av. Prefeito Arthur de Lima Cavalcanti que interferiu e serviu à extinção da antiga escola de praticagem da Marinha.

Mesmo assentados nesse espaço de grande valor ambiental e cultural, as pessoas que vivem da pesca artesanal, em uma frente d'água do bairro de Santo Amaro - o Cais Sinhá de Menezes, são invisibilizadas, tanto pela precariedade de suas instalações quanto pela ausência de apoio governamental.



Fig.01 Localização do território em estudo, destacada por círculo tracejado: Cais Sinhá de Menezes. Fonte: Google Earth, editada por Vera Freire em outubro de 2024

Além disso, nos últimos anos, o bairro de Santo Amaro vem apresentando grandes mudanças nas suas características morfológicas e tipológicas: os galpões industriais e de apoio à logística portuária vêm sendo substituídos por torres residenciais e empreendimentos de grande porte (ex. a Rede Globo, Templo Assembleia de Deus), despontando-se como uma área de grande interesse imobiliário. Já na sua porção norte, a frente d'água do bairro de Santo Amaro é ocupada por serviços da Marinha, a qual está em vias de uma operação urbana a Vila Naval, conforme indica o Plano Específico Santo Amaro Norte, elaborado pelo Instituto Pelópidas Silveira (RECIFE/ICPS, 2017).

Nesse plano a área é apontada por sua relevância ambiental e integra o percurso de frente d'água contínuo entre a área de lazer e esportes do Cais da Aurora e o futuro projeto para o cais da Vila Naval. Mesmo que o referido plano não tenha sido incorporado ao Plano Diretor da Cidade (2021) vigente, aponta o tipo de transformação excludente às estruturas sociais preexistentes e respectivas atividades, como a pesca artesanal praticada no cais Sinhá de Menezes.

A problemática, assim, refere-se pôr em evidência os pescadores artesanais que mostram estarem invisíveis do poder governamental, visto que não estão até o momento, considerados nos planos urbanísticos existentes para essa região da cidade de muita importância.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O grupo social que se autodenomina como *Associação de Pescadores da Ponte do Limoeiro*, conta com aproximadamente cento e quinze pessoas, conforme informado pelo Sr. Joeci, secretário representante do grupo, durante visita realizada em agosto de 2024.

Além da atracação nas proximidades da Ponte do Limoeiro dos barcos de madeira e baiteiras - um tipo de barco pequeno de pesca artesanal muito utilizado pelas comunidades de pescadores nordestinas - o grupo

improvisou na área um espaço para oficina e manutenção das embarcações e das redes de pesca, além de áreas de banheiro, depósito de freezers e combustíveis, utilizando inclusive o espaço entre vigas estruturais da Ponte do Limoeiro. Tais improvisos acentuam a insegurança no cotidiano de trabalho, com materiais reaproveitados, gambiarras elétricas, de esgoto e de água.

Apesar do cenário de improviso, eles demandam o reconhecimento territorial¹ para a oficialização da sede da organização, pois permitirá que a Associação seja formalmente reconhecida como pessoa jurídica. Esse fato é essencial para que eles possam pleitear, receber e participar de programas e ações sociais, sejam eles institucionais ou não-governamentais e assim, fomentar e equipar a associação.

Nesse contexto, quarenta e oito estudantes da disciplina de Atelier de Projeto 4, buscaram contribuir com a problemática sobre a invisibilidade dos pescadores, e ampliaram seus conhecimentos sobre estruturas físicas espaciais e sociais, compreendendo a relação intrínseca e complexa entre esses aspectos como prerrogativa fundamental para

¹ Os pescadores artesanais do Recife estão perdendo o acesso ao seu território e à pesca, conforme relata uma reportagem de 2017 da Revista Marco Zero. A regularização de suas terras e a garantia do direito de viver da profissão, herdada de gerações passadas, têm mobilizado 11 comunidades da capital e uma de Olinda. Essas comunidades vêm pressionando a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado contra o avanço da especulação imobiliária, a poluição dos rios do Recife como o Capibaribe, a falta de atenção à saúde nas áreas ribeirinhas e o aumento da violência.

Em setembro daquele ano, representantes dessas comunidades, como Brasília Teimosa, Bode, Ilha de Deus, Coelho, Coque, Vila São Miguel, Caranguejo Tabaiaras, Vila da Imbiribeira, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro, Espaço Ciência (Recife) e Ilha do Maruim (Olinda), organizaram o Primeiro Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife, às margens do Rio Capibaribe, no Memorial de Medicina de Pernambuco.

Durante o encontro, foi elaborada a "Carta dos Pescadores e Pescadoras na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais", que define esses territórios como espaços compostos por elementos concretos e subjetivos. Além das águas dos rios, mangues e mares, esses territórios incluem as terras onde vivem e trabalham, e envolvem profundas relações históricas e identitárias das pessoas com os lugares ribeirinhos.

concepção do projeto de arquitetura de um pequeno atracador para auxiliar suas atividades pesqueiras.

Essa contribuição vem apoiar a resistência desse grupo social por permanecer nessa localidade visto que os processos de ocupação (e desocupação) mais recentes das frentes d'água da cidade do Recife muitas vezes respondem, quase que exclusivamente, as intencionalidades do mercado imobiliário como foi o caso da implementação do Novotel no centro histórico do Recife (figura 02) ignorando e excluindo as pessoas que interagem com o ecossistema ribeirinho como lugar de habitar e produzir.



Fig. 02 Realidades antagônicas: à esquerda, o hotel marina e seus fingers privados sobre a Baía do Pina; à direita, o atracadouro dos pescadores artesanais da Ponte do Limoeiro.

Fonte: Consórcio Porto Novo Recife/Divulgação e Vera Freire, agosto de 2024.

A partir do panorama apresentado, este trabalho teve os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Desenvolver uma cartografia crítica das condições dos pescadores da pesca artesanal como meio de mostrar outras texturas da realidade que estão invisíveis nos mapas oficiais do Recife.

Objetivos Específicos:

1. Envolver os estudantes na realidade oculta do grupo social dos pescadores artesanais localizados no território ribeirinho do rio

Capibaribe no centro norte do Recife a fim promover a luta pelo seu reconhecimento;

2. Elaborar postais (imagens e palavras) e cartografias críticas que versem sobre seus valores sócio culturais ocultos, visando contribuir para sua visibilidade junto aos poderes governamentais e à sociedade
3. Incorporar as ODS 10 e 11 para fundamentar a formação do arquiteto urbanista como sujeito da transformação social e ambiental.

Para responder aos objetivos postos, foram colocados os seguintes procedimentos metodológicos: 1. Imersão territorial a partir de visitas em campo, do Levantamento fotográfico, da Roda de conversa com os pescadores; 2. Métodos imagéticos para percepção dos lugares; 4. Pesquisas de cartografias críticas preexistentes como referencial de tipos de representações; 5. Elaboração das cartografias críticas; 6. Debates e compartilhamento e, 7. Avaliação.

A partir do desenvolvimento desses passos metodológicos é fato dizer que se chegou a resultados muito importantes para um provável seguimento deste projeto. Sendo assim, faz importante detalhar melhor os referidos passos.

A imersão no território onde vivem essas pessoas exige, desde o início, uma aproximação, o que se configurou como o primeiro passo dado pelos estudantes para reconhecer o lugar (Augé, 1994) dos pescadores artesanais, com o objetivo de contribuir para os seus direitos à cidade e para a promoção de uma geografia mais humanista. Através de visitas de campo, rodas de conversa com os pescadores artesanais, registros fotográficos, discussões em sala, definição de palavras significativas e oficinas, foi possível preparar a construção de "cartografias da invisibilidade".

A compreensão de um território expressa por imagens e palavras integra a diversidade de recursos analíticos de determinado território e cidade que intenta expressar questões culturais, políticas e simbólicas e identitárias de um lugar. Segundo Henri Lefebvre (1968) não há como interpretar um território sem considerar as estruturas sociais, as pessoas e grupos que habitam determinado lugar, tornando assim mais complexa a interpretação do espaço urbano.

O teórico do direito à cidade expõe sobre a necessidade de diversos instrumentos metodológicos para compreensão dos fenômenos urbanos, e suas complexidades, e inclui a escrita e leitura, o signifiante e o significado, a linguagem e a metalinguagem; analisando não só a matéria construída como as relações sociais. “Ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante; essas palavras expressam a vida e a morte, a alegria ou a desgraça.” (LEFEBVRE, 1968.p.68).

Lefebvre (1968), Santos (1996) Tuan (1983) oferecem críticas profundas aos modelos convencionais de urbanismo e, conseqüentemente, às cartografias produzidas por instâncias de poder. A cartografia crítica surge como um suporte essencial para os processos investigativos sobre determinado território, contribuindo para o ensino e aprendizagem voltados à prospecção do lugar e à construção de uma representação imagética. Na figura 03, apresentam-se registros da imersão territorial.

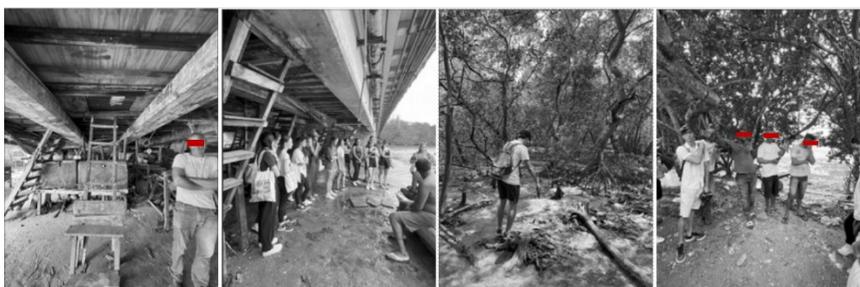


Fig.03 Registros da primeira visita de campo ao Cais Sinhá de Menezes, guiada pelos pescadores da Associação Ponte do Limoeiro. Fonte: Vera Freire, agosto de 2024

Após a imersão no território, foram realizadas oficinas em sala de aula para os estudantes escolherem palavras sínteses para a identificação coletiva das representações elaboradas pelos próprios estudantes. O passo posterior foi de reunir os conteúdos recorrentes de modo a identificar significados para a construção de narrativas resultantes das percepções dos grupos. Os estudantes se organizaram em grupo de 3 (três) para a realização das oficinas, ocasião em que os professores solicitaram que selecionassem: 9 (nove) imagens; 3 (três) palavras; 1 (um) espaço. Tudo isso para se identificar os lugares com suas identidades ocultas. Pediu-se ainda que os estudantes organizassem esse conteúdo em cartazes diagramados para facilitar os consequentes debates e trocas. Na figura 04 pode-se verificar alguns dos cartazes elaborados.



Fig. 04: cartazes dos discentes para a Oficina com: 9 imagens, 3 palavras e 1 espaço.

Fonte: Grupos de estudantes de Atelier de Projeto 4 da UNICAP, setembro de 2024.

Após essa etapa, foi apresentado aos estudantes um referencial de cartografias críticas que desafiam as tais representações tradicionais e

hegemônicas, também denominada de contracartografia. A finalidade é de questionar a pretensa neutralidade dos mapas convencionais e em algum sentido, buscar desnaturalizar as formas com que operam as mídias locativas e os sistemas de geolocalização. Compreende-se então que a contracartografia pode oferecer uma visão crítica e inovadora sobre a representação de territórios e espaços sensibilizando o olhar do estudante sobre estruturas sociais invisibilizadas contribuindo fortemente com a percepção do lugar, das experiências, da política e de como a arquitetura pode vir a contribuir com idealização de equipamentos voltados para esses grupos.

Diante desse referencial, os estudantes escolheram algumas que pudessem orientá-los na produção das suas autorais. É importante ressaltar que na elaboração das contracartografias a disciplina de Atelier de Projeto 4 trabalhou em conjunto com a de Computação Gráfica III, do mesmo período e com os mesmos alunos, de modo a integrar o conteúdo das duas disciplinas de forma complementar. A computação gráfica ajudou, por exemplo, na disponibilização dos referenciais cartográficos e respectivas narrativas críticas e políticas, além de apresentar softwares diversos para o desenvolvimento gráfico das peças contracartográficas.

O passo final que inclui a posterior avaliação e autoavaliação foi a elaboração das cartografias críticas pelos grupos de estudantes e a melhor forma de narrar esse passo é mostrar alguns exemplares que por si revelam os significados ocultos às cartografias tradicionais desse território do bairro de Santo Amaro tão perto do Bairro do Recife, o mais antigo da Cidade e onde se localiza a instância governamental municipal, a sede da Prefeitura.

Foram elencadas quatro contracartografias (Figura 05) que versaram sobre a afirmação de pertencimento do território aos pescadores artesanais e também revelaram outras estruturas sociais que se relacionam com aquele lugar. A utilização de palavras, substantivos e adjetivos, foi um dos recursos para dar visibilidade ao conteúdo humano sobre a base de cartografia, diagramada e representada pelas quatro

equipes de formas diferentes, seja utilizando o referencial geométrico do mapa convencional ou interferindo na mesma para provocar um caráter orgânico ressaltando o ambiente natural e das pessoas que ali habitam.

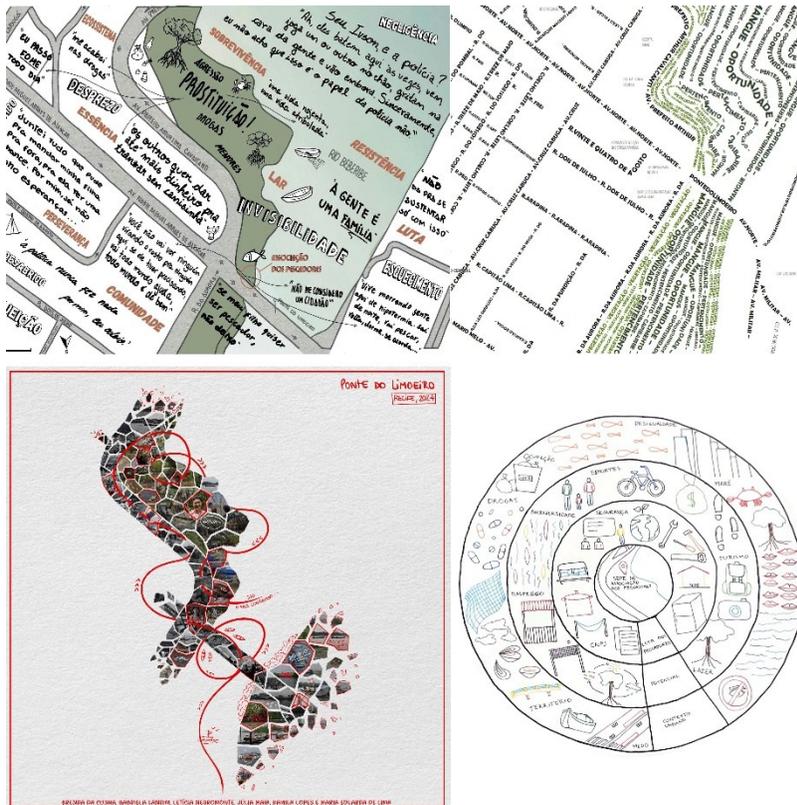


Fig. 05: Quatro contracartografias selecionadas da atividade de Atelier de Projeto 4 e Computação Gráfica III sobre o território dos pescadores artesanais do Cais Sinhá de Menezes. No canto superior: Cartografia 01, à esquerda e Cartografia 02, à direita. No canto inferior: Cartografia 03, à esquerda e Cartografia 04 à direita. Fonte: Grupos de estudantes de Atelier de Projeto 4, curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP.

Novembro, 2024

Cartografia 01: recebeu o título de “Vozes do Mangue”, elaborada pelas estudantes: Júlia Vasconcelos, Maria Luísa Mesquita e Milena Britto. De acordo com as autoras o trabalho foi desenvolvido a partir de um processo cuidadoso de diálogo com os pescadores locais, além de matérias e vídeos que abordam a vida de pessoas no mangue. Histórias, percepções e memórias sobre o território foram colhidas e traduzidas para a cartografia. Cada relato contribuiu para compor um retrato vivo e autêntico da relação da comunidade com o mangue e o rio.

Cartografia 02: “O ir e vir da Maré”, foi desenvolvido pelos alunos: Lucas Câmara, Mariana Gadelha, Maurício Makoto, Marília Porto, Mayara Melo e Thaís Costa. Baseado na contracartografia Informatio Overload as definições geométricas do mapa tem seus vetores substituídos por palavras, mais uma vez, um exemplo de utilização da escrita e palavras como essencial para visualização do conteúdo humano em determinado território. A equipe focou em sobrecarregar as informações sobre o leito do rio com palavras destacadas pelos próprios pescadores e por outras advindas das percepções dos estudantes.

Cartografia 03: “Ponte do Limoeiro, 2024” foi elaborada pelas alunas: Brenda da Cunha, Gabriela Landim, Julia Maia, Kamila Lopes, Letícia Negromente e Maria Eduarda de Lima. A cartografia é tratada como um postal no qual o traçado urbano é gerado por fragmentos de formas irregulares que transmitem a ideia de contraposição ao tecido urbano regular do território adjacente à área natural onde os pescadores possuem suas instalações. Cada fragmento é constituído de uma imagem do lugar com destaque aos rostos como marcos referenciais de determinados lugares. A interferência de uma linha enfatiza a ideia de costura entre esses fragmentos que constituem a cidade.

Cartografia 04: o “Mapa para Sede dos Pescadores” elaborado pelos estudantes: Lucas Thomas, Manuela Mindêllo e Rafael Rosado; representa a partir de camadas que convergem para o território estudado símbolos, artefatos, elementos edificados e naturais e palavras coletadas na troca de conversas dos estudantes com os pescadores. Todas os

registros foram discutidos e organizados em três camadas: o contexto urbano, o potencial do território e a luta dos pescadores. O resultado desta cartografia se destaca pela potência motriz que os elementos e as camadas podem influenciar sobre a sede dos pescadores, como uma engrenagem de temas que por ora ressoam aspectos frágeis do território mas que os mesmos anunciam e justificam uma ação social para o território em questão com os pescadores artesanais como protagonistas principais.

De forma transversal, as quatro contracartografias apresentadas buscaram desconstruir a ideia do mapa como instrumento contendor de informações suficientes para apreensão sobre os lugares. Os trabalhos refletem que é possível dar um enfoque determinado para uma cartografia, no entanto, é impossível esgotar todas as informações sobre o que constitui determinado espaço e lugar, principalmente ao levar em consideração o conteúdo humano. Nesse ínterim, considerando a causa dos pescadores artesanais, o enfoque foi interpretado e revelado de diversas formas, muitas vezes abstraindo a geometria rígida que define leitos de vias e o parcelamento fundiário da cidade dos mapas convencionais e adotando formas irregulares e orgânicas, além de palavras extraídas a partir dos diálogos realizados com os pescadores.

Impacto do projeto

O impacto esperado foi trazer à tona a problemática da pesca artesanal que acontece nas margens dos rios do Recife a mais pessoas que pensam, projetam e gerem a cidade. As cartografias críticas que ressaltam os valores das comunidades em situação de vulnerabilidade e que sem apoio se tornam invisíveis podem fomentar esse debate para melhoria das cidades e promover as comunidades sustentáveis, respondendo à ODS 11, assim como contribuir da redução das desigualdades conforme a recomendação da ODS 10, figura 06. A

publicitação dessas cartografias será o passo posterior a ser realizado em outro semestre dessa disciplina de modo a ganhar maior visibilidade.

Considerações finais

O relato presente neste trabalho discorreu sobre uma experiência específica e significativa referente as singularidades do grupo de pescadores artesanais que vivem há muito tempo em um território ribeiro importante do Recife e que estão prestes a ser removidos. Trabalhar com esses grupos sociais e ambientais em condições de vulnerabilidade é sempre um desafio, principalmente quando se pretende alinhar os conteúdos teóricos e propositivos para desenvolver um projeto de arquitetura em um semestre. Todavia, a cada experiência identificasse um ganho qualitativo, visto que o aprofundamento realizado adveio de um dimensionar melhor do recorte de trabalho que caracteriza a prática de extensão. Compreende-se cada vez mais que é possível contribuir com pouco quando se considera a complexidade do problema tratado, mas que é de grande relevância para diversas das comunidades envolvidas, para o crescimento profissional e pessoal dos estudantes e professores.

Assim, as atividades de extensão curricularizadas reafirmam a importância também do desenvolvimento de projetos arquitetônicos coletivos. Dentre suas consequências, ressalta-se a promoção de competências de aprendizagem comportamentais, conhecidas como transversais, tais como o trabalho em equipe, o respeito e a responsabilidade com o outro, especialmente com sujeitos sociais em condições de vulnerabilidade. Nesse processo, os estudantes assumem um papel central em sua própria formação, envolvendo-se diretamente com questões concretas e desenvolvendo uma postura mais crítica e engajada diante dos desafios socioambientais. Afinal, a compreensão da profissão de arquiteto urbanista vai além do simples desenho de edifícios; ela envolve uma responsabilidade social significativa. Arquitetos e urbanistas têm o potencial de contribuir para a justiça social ao planejar

e projetar espaços que promovam a inclusão e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

Compreende-se que diante das problemáticas sociais e ambientais que caracterizam o mundo onde se vive na atualidade não se pode ficar omisso a essa realidade. Assim, buscar construir estratégias de extensão que se alinhem à prática de projeto de arquitetura e urbanismo é de enorme importância. Finalmente, ainda se encoraja o profissional em formação a transformar a realidade de suas comunidades, promovendo a justiça social por meio da proposição socioambiental real para que estejam aptos a participarem ativamente na promoção de um desenvolvimento urbano sustentável.

Referências

- Ciampa, A. da C. (1986). *A estória de Severino e a história de Severina: Um ensaio de psicologia social*. Brasiliense.
- Kyrgier, J., & Wood, D. (2005). *Making maps: A visual guide to map design for GIS* (2nd ed.). Guilford Press.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (Obra original publicada em 1968). Centauro.
- Marco Zero. (2024). *Pesca artesanal*. <https://marcozero.org/tag/pesca-artesanal/>
- Movimento Econômico. (2024, julho 1). *Com Novotel Marina, Recife embarca no milionário turismo náutico*. <https://movimentoeconomico.com.br/geral/redacao/2024/07/01/com-novotel-marina-recife-embarca-no-milionario-turismo-nautico/>
- Movimento Econômico. (2024, julho 1). *Com Novotel Marina, Recife embarca no milionário turismo náutico*. <https://movimentoeconomico.com.br/geral/redacao/2024/07/01/com-novotel-marina-recife-embarca-no-milionario-turismo-nautico/>
- Neto, A., Legroux, J., & Morcuende, A. (2021). *Aprendizagem territorial, educação e resistências no campo e na cidade: Henri Lefebvre e Milton Santos de mãos dadas: Pensando os espaços de luta e resistência no capitalismo em crise*. UFPA.

Orangotango. (2019). *Not an atlas: World of grassroots mapping*. <https://notanatlases.org/book/>

Santos, M. (2005). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Obra original publicada em 1996). Record.

Sir, G. A. (2019). *Geoide: A students' map for a students' building: Working from within and beyond the map*. <https://notanatlases.org/wp-content/uploads/2019/06/A-Students%E2%80%99-Map-for-a-Students%E2%80%99-Building.pdf>

Tuan, Y.-F. (1983). *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência* (L. de Oliveira, Trad.). Difel. (Obra original publicada em inglês)

SOBRE OS AUTORES

Andréa Melo Lins Storch

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE (1987), mestre (2000) e doutora (2017) pela mesma instituição. Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde integra comitês de extensão e pesquisa. Premiada por práticas pedagógicas inovadoras (CAU-PE, 2023–2024) e por intervenção em bem tombado em Olinda/PE (CAU-PE/MG/RJ). Atua em projetos voltados à vulnerabilidade socioambiental, com enfoque na coexistência ética.

E-mail: andrea.storch@unicap.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0430986790773638>

Carmen Lucia Borba Cavalcanti

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE (1992) e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (2006). Consultora do SEBRAE e diretora da GIRO Gestão de Negócios. Professora da UNICAP, idealizadora do projeto *Arquitetura Aberta*, voltado ao bem-estar de comunidades de baixa renda por meio da arquitetura social.

E-mail: carmen.cavalcanti@unicap.br

Currículo Lattes:

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=47283713CBC73F21FF36A7D513788C50

Dyego da Silva Digiandomenico

Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia pela USP (2019) e graduado pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2014). Professor da UNICAP desde 2019, premiado por práticas pedagógicas inovadoras (CAU-PE, 2023–2024). Pesquisador nos núcleos Humanidades e Plástica, desenvolve estudos nas interfaces entre arquitetura, arte, sociedade e tecnologia, com foco em identidade e desenvolvimento social

E-mail: dyego.digiandomenico@unicap.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5484423385105055>.

Vera Christine Cavalcanti Freire

Arquiteta e Urbanista graduada pela UFPE (1997), mestre em Desenvolvimento Urbano pela mesma instituição (2019). Professora assistente e pesquisadora da UNICAP, com premiações por práticas pedagógicas inovadoras (CAU-PE, 2024–2025) e por intervenção patrimonial em Olinda/PE (CAU-PE/MG/RJ). Desenvolve projetos voltados ao espaço urbano público, arquitetura social e transição ecológica nas cidades.

E-mail: vera.freire@unicap.br

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5868272307001269>



CAPÍTULO 4

COMUNIDADES PELA ARQUITETURA ABERTA

D.O.I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17021438>

*Carmen Lucia Borba Cavalcanti
Rafael Campos Rangel*



O projeto de extensão Arquitetura Aberta (AA), desenvolvido na disciplina de Arquitetura de Interiores do curso de Arquitetura e Urbanismo, teve como campo de atuação a Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife-PE. A iniciativa buscou articular ensino, pesquisa e extensão a partir de uma prática socialmente comprometida, promovendo o acesso da população de baixa renda a projetos arquitetônicos de qualidade. A metodologia envolveu alunos do quinto ano, sob coordenação docente, em atividades de diagnóstico comunitário, oficinas de capacitação e elaboração de projetos personalizados de arquitetura de interiores para cerca de 25 famílias. O processo foi orientado pelos princípios da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/2008) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados revelaram impactos significativos: para a comunidade, melhorias habitacionais, fortalecimento da autoestima e maior coesão social; para os estudantes, o desenvolvimento de competências técnicas, comunicativas e sociais, além do incentivo a soluções criativas, sustentáveis e de baixo custo.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Arquitetura Social; Comunidade; ODS 11; Habitação de Interesse Social.

Introdução

O campo acadêmico e o profissional promovem relações nas mais diversas esferas interdisciplinares de modo que esta conexão favorece e fomenta novas discussões acerca das produções e resultados desse intercâmbio. O presente trabalho reconhece essa realidade e toma como premissa evidenciar o diálogo entre esses dois campos, tendo como protagonistas os estudantes, professores e moradores de uma comunidade de baixa renda – por intermédio de um projeto de Extensão Universitária – integrando universidade e sociedade, a partir de uma demanda real.

A proposta deste projeto, coordenado por professores universitários Carmen Cavalcanti e Rafael Rangel, busca adotar uma abordagem sustentável e cidadã, comprometida com valores ecológicos, participativos e de desenvolvimento humano e comunitário. Este artigo busca compartilhar o processo e resultados, ainda em desenvolvimento, realizados por alunos do quinto ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), na disciplina de *Arquitetura de Interiores*, iniciada no primeiro semestre de 2024. Na ocasião, buscou-se na proposta metodológica do *Arquitetura Aberta* a formação e capacitação de seus estudantes para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos de interiores, tomando como premissa o eixo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, impactando cerca de 25 famílias da Comunidade do Pilar, localizada no Bairro do Recife, zona central da cidade do Recife-PE, Brasil.

O projeto *Arquitetura Aberta* (AA) é uma ação de impacto social, iniciada em 2018, e busca promover o acesso à Arquitetura e ao Urbanismo de qualidade – entendido aqui como segura, salubre e adequada (CABRAL; DA COSTA; CAVALCANTI, 2023) para a população de baixa renda, contribuindo para a inclusão urbana e a dignidade habitacional por meio de intervenções arquitetônicas e atividades multidisciplinares envolvendo a

participação direta de moradores dentro da sua própria comunidade, além de engajar estudantes em processos de extensão universitária, promovendo aprendizado prático e impacto social.

Apresentação do problema/desafio

A Comunidade do Pilar, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social¹ (ZEIS) ou ZEIS Pilar, abriga um público diversificado, composto principalmente por famílias de baixa renda que enfrentam condições precárias de moradia. A maioria dos residentes trabalha em ocupações informais ou em setores de baixa remuneração, o que reflete diretamente nas dificuldades econômicas e no acesso limitado a serviços essenciais, como saneamento, transporte e educação. Apesar desses desafios, a comunidade se destaca pela resiliência e capacidade de adaptação às adversidades, além de um forte espírito comunitário e solidariedade, que se manifestam em redes de apoio mútuo e engajamento em iniciativas locais voltadas para a melhoria das condições de vida².

As moradias na ZEIS Pilar são frequentemente inadequadas, apresentando problemas estruturais que comprometem a saúde e o bem-estar dos moradores. A falta de infraestrutura básica, como água potável, iluminação pública e segurança, agrava ainda mais a situação, especialmente nas áreas ainda não estruturadas. Essa realidade contribui para o

¹ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas designadas pelo Plano Diretor do Recife com o objetivo de promover a regularização fundiária, a melhoria das condições habitacionais e a inclusão social de comunidades de baixa renda. (PLANO DIRETOR DO RECIFE, 2020)

² O reconhecimento da ZEIS do Pilar tem relevância no contexto urbano da cidade do Recife, pois ela está inserida em uma área de alta valorização imobiliária, o que historicamente expõe a comunidade a pressões de gentrificação e remoção. A inclusão do Pilar no conjunto das ZEIS garantiu proteção legal contra intervenções que possam desconsiderar os direitos dos moradores, além de abrir caminhos para a implementação de políticas públicas de regularização fundiária e urbanística, bem como para a melhoria das condições de vida e moradia. (BRASIL DE FATO PE)

surgimento de problemas de saúde, como doenças respiratórias, decorrentes da má ventilação e umidade nas residências, além de impactar negativamente o bem-estar mental e físico da população. A insegurança também é uma preocupação constante, uma vez que a infraestrutura deficiente e a iluminação inadequada tornam a comunidade mais vulnerável a crimes.

A diversidade cultural é uma característica marcante da ZEIS Pilar, formada por pessoas de diferentes histórias, origens socioeconômicas e expressões artísticas. Essa pluralidade, embora enriquecedora, também apresenta desafios relacionados à coesão social e à integração entre os moradores. No entanto, a comunidade tem demonstrado um notável empoderamento e participação ativa, fomentando também ações e projetos, visando o desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida. Essas iniciativas reforçam a importância do trabalho coletivo e da união para superar as dificuldades e construir novas oportunidades para os envolvidos.

Apresentação do projeto

A introdução do *Arquitetura Aberta* na disciplina de *Arquitetura de Interiores* do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) representa uma confluência entre a prática acadêmica e a realidade social. Esta integração foi realizada através da formalização do Projeto de Extensão, o que facilitou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Disponibilizada aos estudantes do último ano do curso de arquitetura e urbanismo, a referida disciplina tem como objetivo capacitar os alunos no planejamento, projeto e análise do espaço interior das edificações. Os encontros com os estudantes e professores aconteciam semanalmente no período da tarde. [Figura 01]



Figura 01 – Registros dos encontros com os estudantes durante os assessoramentos em sala de aula. Fonte: Autores, 2025.

Para cada momento, o conteúdo programático era apresentado e discutido, e todo o planejamento da disciplina durante o semestre letivo era divulgado de forma antecipada para programação e produção das atividades com todos os envolvidos. O plano de ensino da disciplina abrange um conteúdo com três importantes direcionamentos, sendo o primeiro o **Desenvolvimento do Planejamento do Espaço Interior**, visando as atividades humanas nos seus aspectos físicos, psíquicos e sociais. O segundo, como a **Análise do Espaço**, considerando aspectos técnicos e compositivos, abordando questões e condicionantes projetuais relacionados à estrutura, instalações, materiais empregados e conforto ambiental e, em terceiro, os **Métodos de Ensino**, através das aulas expositivas, pesquisas orientadas, seminários, visitas técnicas e aulas ministradas por profissionais visitantes. A disciplina, assim, enfatiza a importância de compreender e responder às necessidades dos usuários dos espaços interiores, levando em conta fatores técnicos e humanos. (CAVALCANTI; RANGEL, 2021)

Um dos principais desafios enfrentados na disciplina foi a necessidade de aplicar os conhecimentos acadêmicos com o exercício prático. Nesse

sentido, o Projeto de Extensão *Arquitetura Aberta*, atuou como um facilitador, rompendo um *status quo* e exemplificando como a academia pode atuar como um agente transformador na sociedade, não favorecendo apenas o enriquecimento da formação dos alunos enquanto futuros profissionais, como será apontado no próximo tópico, mas também contribuindo positivamente para o desenvolvimento social e urbano dessas comunidades.

As atividades do Projeto de Extensão incluíram: (i) **intervenções arquitetônicas** através do planejamento e execução de melhorias em espaços comunitários; (ii) **atividades multidisciplinares** a partir do envolvimento de diversas áreas do conhecimento, como Fotografia e Jornalismo, para um impacto mais amplo e integrado; (iii) **participação direta dos moradores**, incentivando a participação ativa nas decisões e processos de intervenção, promovendo um sentido de pertencimento e sustentabilidade nas soluções propostas.

A estruturação do projeto *Arquitetura Aberta* para a disciplina acadêmica se deu a partir de uma série de procedimentos metodológicos que visam a integração de estudantes universitários com a comunidade, proporcionando um aprendizado prático e significativo. A disciplina acadêmica serviu como base para o desenvolvimento das atividades, orientando os alunos através de um processo estruturado que inclui diagnóstico, oficinas, projetos e intervenções. Os tópicos a seguir detalham cada etapa adotada no projeto:

a) Convocatória e Inscrição da Comunidade

A primeira etapa teve como objetivo convocar a Comunidade do Pilar para a realização da plenária inicial, onde aconteceria na própria comunidade e estariam reunidos os estudantes, professores e os moradores. Na ocasião, apresentou-se a proposta do projeto *Arquitetura Aberta* e a importância da participação ativa. Para tanto, ao longo da semana, o evento foi

divulgado através de panfletos e cartazes, grupo nas redes sociais da comunidade, além de bicicletas com alto-falantes anunciando diariamente a convocação. Toda articulação se deu a partir do fortalecimento do relacionamento com as lideranças comunitárias, garantindo que as ações do projeto fossem alinhadas com as expectativas e necessidades da comunidade. Portanto, não houve nenhum tipo de imposição para participação dos moradores, pois todo o processo e engajamento do projeto foi opcional. [Figuras 02]



Figura 02 – Registro dos beneficiários que optaram por participar do Arquitetura Aberta. Fonte: Autores, 2025.

b) Levantamento de Necessidades e Diagnóstico

A segunda etapa do projeto envolveu a realização de visitas à Comunidade do Pilar para levantar informações detalhadas sobre as condições de moradia, infraestrutura e demandas específicas dos moradores. Este diagnóstico foi essencial para entender a realidade local e identificar as principais necessidades de intervenção.

c) Oficinas e Capacitações

A terceira etapa envolveu a realização de oficinas e capacitações para os moradores do Pilar. Estas atividades foram projetadas para transferir conhecimentos e habilidades práticas que possam ser aplicadas diretamente na melhoria das condições de vida da comunidade. Os temas abordados incluem técnicas de construção de baixo custo, sustentabilidade, acessibilidade, comunicação, entre outros. Os ministrantes podem ser profissionais da área, facilitadores e estudantes universitários, promovendo uma troca de conhecimentos e experiências. Na ocasião, as oficinas para a Comunidade do Pilar foram postergadas para o semestre vindouro, considerando questões técnicas e, simultaneamente, acadêmicas.

d) Projetos de Arquitetura e Intervenções

Por fim, como última etapa, foram desenvolvidos projetos arquitetônicos voltados para a Comunidade do Pilar, considerando as necessidades levantadas e os recursos disponíveis. Para tanto, foram elaborados

formulários¹ para captar informações detalhadas das necessidades e preferências dos moradores, facilitando a criação de soluções personalizadas. Simultaneamente, aulas expositivas foram realizadas para orientação e assessoramento das propostas priorizando intervenções de baixo custo, trabalhando com princípios de sustentabilidade e viabilidade econômica, considerando como preparação dos estudantes para o entendimento da situação e desenvolvimento comportamental adequado para trabalhar com a comunidade.

Impacto do projeto

Na busca por alcançar seus objetivos e resoluções, o Arquitetura Aberta promove diálogos constantes com a sustentabilidade e a cidadania, de modo a gerar impactos sociais, fundamentado pelas seguintes variáveis: (i) o cumprimento da Lei Nº 11.888/2008 (ATHIS), que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, integrando o direito social à moradia; (ii) a iniciativa de fornecer, mediante atendimento individualizado e coletivo, projetos arquitetônicos de qualidade, permitindo o acesso a serviços técnicos especializados; (iii) capacitação dos beneficiários por meio do fortalecimento do capital humano e social a partir de oficinas temáticas para reutilização de resíduos, ampliação da vida útil de bens materiais e confecção de produtos para uso próprio ou oportunidades de negócio; (iv) promoção da mobilização comunitária, a partir

¹ O formulário utilizado no projeto Arquitetura Aberta coleta informações sobre as condições habitacionais e as necessidades específicas de cada morador. Ele abrange aspectos como número de pessoas, uso dos espaços, condições estruturais, além de identificar demandas relacionadas à ventilação, iluminação e acessibilidade. Também registra as preferências estéticas dos moradores e possíveis limitações financeiras para a execução das melhorias. Esse levantamento, permite criar projetos personalizados, promovendo soluções habitacionais eficientes e sustentáveis.

da integração comunitária participativa, com adultos, jovens e crianças, capacitando-os a acompanhar e registrar as transformações do processo e a narrar essas mudanças a partir de seu próprio ponto de vista e, por fim, (v) o fortalecimento da cidadania, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU), em especial a ODS - 11, por tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis contribuindo para serviços essenciais e uma vida digna. O projeto de extensão *Arquitetura Aberta*, ao integrar ensino, pesquisa e extensão com uma abordagem participativa e sustentável, não apenas promove a qualidade de vida das comunidades de baixa renda, mas contribui para a formação de futuros profissionais conscientes e socialmente comprometidos, evidenciando o papel da arquitetura como instrumento de transformação social. (PAIVA, BELTRÃO, CAVALCANTI, & LOUREIRO, 2019)

A elaboração parcial das atividades do projeto *Arquitetura Aberta*, até o momento, tem gerado resultados positivos e valiosas aprendizagens, tanto para a Comunidade do Pilar quanto para os estudantes envolvidos. Apesar da prorrogação das oficinas de capacitação, o projeto já atendeu até o momento 25 famílias, fornecendo-lhes projetos arquitetônicos personalizados para suas respectivas residências. Esta intervenção inicial revelou aspectos importantes sobre a dinâmica comunitária e a preparação dos futuros arquitetos e arquitetas. Os estudantes envolvidos no projeto demonstraram aprimoramento em habilidades práticas e teóricas relacionadas aos conhecimentos acadêmicos em situações reais, o que favoreceu suas habilidades em design sustentável e práticas de construção de baixo custo. [Figura 03]



Figura 03 – Registros das apresentações dos projetos pelos alunos para os beneficiários. Fonte: Autores, 2025.

Na comunidade do Pilar, a participação ativa da comunidade nos processos de planejamento e implementação também fortaleceu o tecido social e aumentou a coesão comunitária, contribuindo para um ambiente mais integrado. No entanto, um dos principais desafios enfrentados foi o envolvimento tímido e, por vezes, desinteressado de parte da comunidade. Muitos moradores ainda desacreditam na possibilidade de retorno efetivo das ações propostas, devido às experiências malsucedidas prometidas pelos Órgãos Governamentais e que não resultaram em melhorias concretas. Esse ceticismo, em parte, dificultou a mobilização e o engajamento total necessários para o pleno sucesso do projeto. Por outro lado, uma parte dos estudantes, por sua vez, enfrentam inseguranças naturais ao projetar espaços para um público real, temendo, por exemplo, estimular expectativas sem garantias de realização. No entanto, a crença no poder transformador da arquitetura e na materialização de sonhos continua a ser um forte motivador. Essa tensão entre a insegurança e a aspiração a realizar sonhos torna-se um terreno fértil para o crescimento profissional e pessoal dos estudantes. [Figura 04]



*Figura 04 – Registro da entrega do projeto de arquitetura para os beneficiários.
Fonte: Autores, 2025.*

Apesar dos desafios, reconhece que o projeto Arquitetura Aberta pode proporcionar e gerar um impacto social significativo. A documentação das atividades e a elaboração de relatórios detalhados podem servir como instrumentos para influenciar e fomentar políticas públicas e chamar a atenção para as necessidades reais das comunidades de baixa renda. O envolvimento dos moradores cresceu à medida em que eles começaram a receber os projetos arquitetônicos personalizados, inclusive, compartilhando e divulgando suas propostas entre eles e, com isso, se certificaram dos benefícios tangíveis das intervenções e a importância papel da arquitetura na transformação de suas residências. As oficinas e capacitações planejadas, quando implementadas, deverão fortalecer o capital humano e social da comunidade, promovendo habilidades práticas e consciência sobre a importância do planejamento arquitetônico.

Nesse cenário, oito pontos foram considerados principais para competências e habilidades dos estudantes ao longo da disciplina e enaltecidas através de alguns depoimentos:

O (i) aprendizado prático e aplicado esteve diretamente relacionado à experiência de campo, pois os alunos tiveram a oportunidade de aplicar os

conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso em um contexto real, enfrentando desafios concretos e desenvolvendo soluções práticas. Ainda, o trabalho com projetos reais permitiu aos estudantes aprimorarem o desenvolvimento de suas habilidades técnicas e comunicativas, como planejamento de espaço, escolha de materiais e técnicas de construção apropriadas para diferentes contextos, sobretudo o de baixa renda. Esse ponto esteve presente no depoimento de um dos estudantes:

...o trabalho me apresentou a possibilidade de projetar para um cliente de forma livre e autônoma, seguindo meu ritmo e permitindo experimentar outras ideias para o layout e decoração do apartamento. Autonomia que não tive durante o estágio. Participar do processo completo desde o briefing até a entrega do produto para o cliente nunca me ocorreu e pude exercitar minha capacidade de comunicação e de interpretação dos gostos das clientes. Projetar para a comunidade não foi diferente de projetar para um cliente do escritório, mas particularmente sinto que a satisfação de entregar o projeto foi maior tendo em vista que foi um projeto inteiramente desenhado por mim; e ver as pessoas animadas recebendo seus respectivos produtos foi um lembrete do porquê fiz esse trabalho. (DANTAS, BEATRIZ. 2024.)

Quanto à questão do (ii) Impacto Social, notadamente os estudantes buscaram alcançar melhorias da qualidade de vida da comunidade através das intervenções pontuais, proporcionando ambientes adequados, seguros e saudáveis, com novos arranjos espaciais e layout diversificado. O depoimento a seguir reforça a questão do impacto social:

...o processo de criação dos projetos foi muito desafiador pela questão do espaço extremamente limitado, reaproveitamento de móveis já existentes e orçamento de obra reduzido, mas foi uma experiência muito enriquecedora, onde pude aprender bastante a desenvolver projetos inteligentes e multifuncionais, além de ter

tido um contato próximo com clientes reais e entender seus desejos e dores. (AGUIAR, LÍGIA, 2024.)

Os moradores demonstraram grande entusiasmo ao receberem seus projetos personalizados, evidenciando a alegria em verem suas solicitações, desejos e sonhos traduzidos em propostas arquitetônicas concretas. Muitos relataram que os projetos representavam um reflexo de suas expectativas e uma possibilidade real de melhoria em suas condições de moradia, trazendo soluções práticas e acessíveis. Essa experiência reforçou a importância de projetos participativos que coloquem o morador no centro do processo criativo, promovendo conexões entre a arquitetura e a realização de conquistas pessoais.

Para desenvolver as (iii) competências profissionais, desde o trabalho em equipe, até a gestão de projetos, os estudantes puderam lidar com clientes reais, através do engajamento mútuo e colaborativo, compreendendo suas necessidades através do processo de escuta ativa, alternando com expectativas e limitações, sendo um fator essencial para a formação de um profissional completo, conforme o seguinte depoimento:

Foi uma experiência transformadora para meu crescimento tanto pessoal quanto profissional. Ao lidar com questões reais enfrentadas por comunidades em situação de vulnerabilidade, aprendi a ser mais empático e a compreender profundamente as necessidades das pessoas. Esse contato direto com a realidade me fez refletir sobre o papel da arquitetura não apenas como uma profissão técnica, mas também como uma ferramenta de transformação social. No aspecto profissional, desenvolvi habilidades cruciais, como a capacidade de propor soluções criativas e sustentáveis, trabalhar de forma colaborativa em equipes multidisciplinares e tomar decisões com um olhar crítico para o impacto ambiental e social. Essa experiência reforçou meu compromisso em criar projetos que, além de inovadores e eficientes, sejam inclusivos e acessíveis para todos. (VINÍCIUS, GABRIEL, 2024.)

Outro aspecto de grande relevância foi a ideia de (iv) mobilização e responsabilidade social, ou seja, os estudantes puderam se envolver em projetos de comunidades de baixa renda cuja realidade expôs diferentes padrões socioeconômicos, estéticos, culturais, promovendo o despertar da conscientização sobre essas desigualdades, conforme o seguinte depoimento:

Foi um trabalho interessante, humano, tivemos clientes com desafios surpreendentes, alguns com oito pessoas na casa, outros sem nem um colchão pra dormir, foi muito difícil de ver, mas foi muito incrível ver a alegria deles com a entrega do projeto e vê-los já fazendo planos de como iriam fazer tudo, foi super re- vigorante.” (SANTANA, ANA. 2024)

Portanto, trabalhar diretamente com comunidades favoreceu o desenvolvimento da empatia e a capacidade de entender e valorizar as diferentes realidades e necessidades das pessoas. Nesse âmbito, as limitações orçamentárias e materiais comuns em projetos de baixa renda incentivam os estudantes a desenvolverem (v) soluções inovadoras e sustentáveis, utilizando recursos de forma eficiente e criativa. Ainda, a busca por aprender a adaptar-se às restrições e encontrar alternativas viáveis tornou-se uma competência valiosa para o campo da arquitetura. A conexão com conteúdo acadêmico permitiu que todo aporte teórico tivesse um direcionamento no campo prático, mas também o exercício em campo permitiu o incremento de novas abordagens teóricas. O projeto buscou integrar de maneira direta os conteúdos abordados nas disciplinas teóricas com a prática, facilitando a compreensão e a retenção dos conceitos aprendidos. Dessa forma, a partir da (vi) interdisciplinaridade, os alunos tiveram a chance de aplicar os conhecimentos de diferentes áreas da arquitetura, como sustentabilidade, ergonomia, estética e técnicas construtivas, em um único projeto. Por fim, ressalta-se os benefícios para a comunidade também através da (vii) capacitação e envolvimento no processo de planejamento e execução. Ou seja, os moradores têm a oportunidade de participar de oficinas de capacitação em diversas ações, fortalecendo

habilidades e promovendo a autossuficiência. Nesse sentido, entende-se que a temática de (viii) Desenvolvimento Sustentável esteve diretamente relacionada com as dinâmicas das oficinas, servindo como modelo para futuras intervenções, promovendo práticas sustentáveis e soluções replicáveis em outras comunidades. A necessidade de continuidade do projeto Arquitetura Aberta é imperativa e reforçada através do depoimento de uma das principais lideranças da Comunidade do Pilar:

Gostaríamos de expressar nossa imensa gratidão a todos vocês do Projeto Arquitetura Aberta – alunos, coordenadores e todos que estão na linha de frente dessa iniciativa. O trabalho realizado foi de extrema importância para a nossa comunidade. Através dos encontros e projetos entregues, muitas pessoas obtiveram novos conhecimentos e agora estão aplicando na prática o que aprenderam. Isso demonstra o impacto positivo do projeto e como ele tem contribuído para o desenvolvimento pessoal e coletivo. A presença constante de vocês aqui, trabalhando lado a lado conosco, é algo que valorizamos muito. Cada visita fortaleceu nossa parceria e nos mostrou o quanto estamos juntos nessa caminhada. Esperamos que a comunidade continue engajada, buscando aprendizado e oportunidades para se inserir no mercado de trabalho. Essa troca tem sido muito boa e produtiva para todos nós. Muito obrigado a toda a equipe pela dedicação e empenho. Estamos juntos! (NASCIMENTO, JOSAFÁ, 2024.)

Ainda, ressalta-se que a experiência de aprendizado-serviço trouxe importantes mudanças e reflexões no aspecto institucional-acadêmico, especialmente na maneira como a Universidade vem delineando e apoiando o ensino do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Nesse viés, reconhece uma maior integração de práticas sustentáveis e sociais nos currículos acadêmicos e a ampliação de seu envolvimento com várias comunidades. [Figura 05] Isso não só enriqueceu a formação dos estudantes, mas também reforçou o compromisso da

instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento comunitário.



Figura 05 – Momento da entrega final para os beneficiários. Fonte: Autores, 2024.

Considerações finais

O projeto Arquitetura Aberta e seu diálogo direto com a disciplina de Arquitetura de Interiores vem revelando sua capacidade de transformar realidades, mesmo em sua fase inicial. O atendimento de 25 famílias com projetos arquitetônicos personalizados é um passo significativo, mas é apenas o começo de um longo caminho. A continuidade e ampliação das atividades planejadas, associadas a uma metodologia de fácil acesso e participativa, têm o potencial de ampliar ainda mais o impacto social do projeto. O trabalho conjunto entre a universidade e a comunidade, ao integrar ensino, pesquisa e extensão, não só promove a melhoria das condições de vida dos moradores da Comunidade do Pilar, mas também forma estudantes de arquitetura mais conscientes, preparados e socialmente comprometidos. Acredita-se firmemente que a arquitetura pode e deve ser um instrumento de transformação social e que a habitação pode ser a base sólida sobre a qual construímos comunidades mais justas e dignas.

Referências

BONDUKI, N. G. (2004). *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria* (4ª ed.). São Paulo: Estação Liberdade.

BRASIL DE FATO PE. (n.d.). As ZEIS do Recife e a luta pelo direito à cidade. Disponível em <https://brasildefatope.com.br>.

CABRAL, G. M. D., DA COSTA, Y. N. P. & CAVALCANTI, C. L. B. (2023). Caminhos entre universidade e prática profissional: os desafios da assistência técnica gratuita em tempos de pandemia. In D. Cardoso & J. Elton (Org.), *A extensão universitária da UNICAP em tempos de pandemia*. (1ª ed., Cap 20, pp 295-312). Recife, PE: UNICAP.

CAVALCANTI, C. L. B. & RANGEL, R.C. (2021). *Diálogos entre Arquitetura de Interiores e a Laudato Si'*. Congresso Oikos: Educação, Economia, Ecologia e Ecumenismo. Curitiba (PR): PUCPR.

PAIVA, M. E. A. T., BELTRÃO, M. C. R., CAVALCANTI, C. L. B., & LOUREIRO, M.C. (2019). ARQUITETURA ABERTA: Uma iniciativa social para qualidade de vida. In *XXV Encontro Rede Universitária Latino-Americana de Cátedras de Moradia*. Recife, PE.

PREFEITURA DO RECIFE. (2021). *Plano Diretor do Recife 2021*. Disponível em <https://licenciamento.recife.pe.gov.br>

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Carmen Lucia Borba Cavalcanti

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE (1992) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição (2006). Atualmente é consultora do SEBRAE, diretora da GIRO Gestão de Negócios e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, com atuação nos campos de arquitetura social, habitação de interesse social, assistência técnica, consultoria e projeto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5238322070196572>

E-mail: carmen.cavalcanti@unicap.br

Rafael Campos Rangel

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNICAP (2009), tendo recebido a Láurea Acadêmica e o prêmio Opera Prima (2010). Possui especialização em Metodologia e Técnicas de Análise na Arquitetura Contemporânea (UNICAP, 2010) e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2018). Atualmente é professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, atuando em ensino, pesquisa e extensão.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9252161757954405>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1112-3826>

E-mail: rafael.rangel@unicap.br



CAPÍTULO 5

ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL: PROJETO COMUNICARQ NAS REDES SOCIAIS

D.O.I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17021638>

Igor Villares de Carvalho

Rafael Campos Rangel

Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva



O projeto de extensão *ComunicArq*, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, tem como objetivo fortalecer a visibilidade institucional e ampliar o diálogo entre universidade e sociedade por meio da comunicação digital. A iniciativa atua na divulgação de práticas acadêmicas, pedagógicas e profissionais em redes sociais e repositórios digitais, promovendo engajamento, transparência e disseminação do conhecimento. Estruturado em etapas que incluem pesquisa bibliográfica, mapeamento de eventos, produção e circulação de conteúdos digitais, o projeto contribuiu para registrar metodologias inovadoras e aproximar a comunidade acadêmica de diferentes públicos externos. Além disso, promoveu a formação de estudantes para o uso ético, crítico e estratégico das mídias digitais, em consonância com a LGPD e com as diretrizes do CAU/BR. Os resultados demonstram impactos significativos: desenvolvimento de competências como criatividade, comunicação, trabalho em equipe e pensamento crítico, além do fortalecimento da interação entre universidade e sociedade. Alinhado ao ODS 4 – Educação de Qualidade, o *ComunicArq* constitui uma experiência transformadora ao integrar ensino, pesquisa e extensão em um processo que alia ética profissional, inovação e responsabilidade social, preparando futuros arquitetos e urbanistas para os desafios do século XXI.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Comunicação Digital; Arquitetura; Redes Sociais; ODS 4.

Introdução

A comunicação digital tornou-se um elemento indispensável para a disseminação de conhecimento e a construção da identidade institucional no âmbito acadêmico e profissional. No ensino superior, estratégias de visibilidade e divulgação são fundamentais para ampliar o impacto das atividades pedagógicas e acadêmicas junto à comunidade. Nesse contexto, o projeto ComunicArq, iniciativa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), alinha-se à missão da instituição de consolidar-se como uma Universidade Comunitária de interesse público (UNICAP, 1995).

O projeto busca fortalecer a visibilidade do curso e da instituição, promovendo a divulgação de atividades acadêmicas, pedagógicas e profissionais de forma acessível e interativa. Por meio do uso estratégico de redes sociais, como o Instagram, e outras plataformas digitais, o projeto visa ampliar o alcance das práticas inovadoras desenvolvidas pelo curso, destacando sua notoriedade acadêmica, visão humanista e metodologias ativas.

O público-alvo do projeto é diversificado, abrangendo estudantes, entusiastas, profissionais da área, instituições públicas e privadas interessadas em parcerias estratégicas. Ainda, o ComunicArq busca evidenciar os diferenciais oferecidos pela UNICAP, posicionando-se como uma ponte entre a academia e a sociedade, promovendo uma comunicação ativa e engajadora.

A fundamentação do projeto reforça a importância de integrar as práticas acadêmicas e profissionais da Arquitetura e Urbanismo ao uso ético das redes sociais, em conformidade com as diretrizes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU Brasil, 2013A, 2013B, 2014, 2022). Destaca-se, ainda, o caráter educacional do Guia Ético do Arquiteto e Urbanista nas Mídias Sociais (CAU Brasil, 2022), que apresenta princípios e boas

práticas para a comunicação digital, enfatizando o respeito e a aderência aos valores éticos da profissão. Dessa forma, ao aplicarem essas diretrizes desde a formação acadêmica, os estudantes desenvolvem uma postura alinhada aos valores da profissão, promovendo um diálogo responsável e qualificado no ambiente digital.

É nesse viés que o ComunicArq busca assumir um papel formador e transformador, incentivando futuros profissionais a utilizarem as mídias digitais de maneira estratégica e alinhada aos princípios éticos da profissão, se posicionando como um catalisador para a construção de uma imagem profissional sólida e responsável, reforçando, portanto, o compromisso da UNICAP e do Curso de Arquitetura e Urbanismo com a inovação e a excelência acadêmica e profissional.

Apresentação do problema

A comunicação na contemporaneidade vem enfrentando desafios significativos devido à dinamicidade e ao volume crescente de informações disseminadas nas redes sociais (RECUERO, 2009). No contexto acadêmico e profissional da Arquitetura e Urbanismo, a necessidade de comunicar-se de forma eficaz e ética torna-se ainda mais urgente. As plataformas digitais transformaram a maneira como o conhecimento é compartilhado, exigindo dos profissionais e estudantes uma compreensão aprofundada sobre estratégias de visibilidade e engajamento. No entanto, a falta de diretrizes claras e de capacitação específica para o uso dessas ferramentas pode resultar em comunicação ineficaz, superficialidade nas interações e, em casos mais graves, na disseminação de informações imprecisas ou antiéticas.

Estudantes interessados em aplicar para o vestibular do curso de arquitetura, familiares ou mesmo organizações que queiram firmar parcerias, muitas vezes, recorrem apenas à visitas pontuais ao campus ou diálogos

com representantes do curso para conhecerem os atributos acadêmicos da instituição. Porém, tais ações podem não ser suficientes e, portanto, reconhece-se a importância da elaboração de um repositório digital como facilitador para registrar, documentar, acompanhar e divulgar práticas pedagógicas e metodologias para comunidade.

Além de facilitar a visibilidade acadêmica para a comunidade, através das redes sociais, o ComunicArq surge como contribuidor para amenizar determinadas problemáticas, promovendo a capacitação de estudantes para o uso consciente – acadêmico e profissional – das redes sociais. Por meio de um processo estruturado, o projeto aborda a comunicação como ferramenta de articulação ao desenvolver estratégias que fortalecem a interação entre o público-alvo e os conteúdos acadêmicos, garantindo a perenidade das informações compartilhadas.

Apresentação do projeto

O ComunicArq é uma iniciativa colaborativa que envolve alunos voluntários e professores coordenadores, atuando em diferentes eixos do projeto. Os estudantes contribuem ativamente, sob a supervisão e orientação dos professores, registrando e enviando semanalmente materiais, peças gráficas, layouts, como fotos e vídeos, ou marcando o perfil oficial do curso em publicações no Instagram e/ou Whatsapp, que são analisadas e frequentemente compartilhadas, ampliando o alcance e a visibilidade das atividades realizadas. Esse trabalho oferece uma oportunidade prática para o desenvolvimento de habilidades técnicas e criativas, além de fortalecer a interação entre teoria e prática. As atividades do projeto estão apoiadas nos três pilares da formação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) e compreendidos a partir dos seguintes eixos temáticos: (Figura 1)



Figura 1 – Eixos temáticos do ComunicArq. Fonte: Autores, 2024

O ComunicArq enfatiza o conhecimento e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), destacando a importância de uma abordagem responsável no uso de informações digitais, especialmente em peças gráficas e publicações nas redes sociais. O projeto ainda incorpora, de forma central, os princípios e diretrizes das Resoluções nº 52/2013, 67/2013 e 75/2014 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR, que tratam, respectivamente, do Código de Ética e Disciplina, dos Direitos Autorais na Arquitetura e Urbanismo e da responsabilidade técnica em projetos, obras e serviços. Tais documentos são introduzidos aos alunos ainda na graduação de forma apropriada, para que conheçam os meandros da prática profissional regulamentar. Essa combinação de orientações éticas e legais fortalece a formação dos estudantes, preparando-os para atuar com integridade no mercado profissional na era da comunicação digital.

As ações desenvolvidas proporcionam aos estudantes oportunidades de explorar a potencialidade das redes sociais para engajamento, divulgação de serviços e construção de sua imagem profissional. Além disso, a interação digital estimula uma compreensão consciente e aprofundada

do papel do "mass-media" na comunicação contemporânea, permitindo que os participantes desenvolvam competências fundamentais, como criatividade, estratégia e adaptação às demandas do mercado, essenciais para uma atuação profissional qualificada e responsável. (Figura 2):



Figura 2 – Produção do conteúdo: eventos, diversidade, ações inclusivas, acadêmicas. Fonte: Autores, 2024

Metodologicamente, o ComunicArq se estrutura em cinco etapas:

- a) Pesquisa bibliográfica: investiga a comunicação como ferramenta de articulação entre academia e sociedade, abordando princípios de ética e responsabilidade digital.
- b) Mapeamento de eventos e atividades: identifica e organiza eventos acadêmicos e profissionais relevantes para a construção de produtos midiáticos.
- c) Produção de conteúdo digital: utiliza softwares de design e edição para transformar as práticas acadêmicas e profissionais em materiais visuais e interativos.
- d) Divulgação nas redes sociais: promove o engajamento do público-alvo por meio de plataformas como Instagram e WhatsApp.

- e) Criação de um repositório digital: organiza e disponibiliza os materiais desenvolvidos, garantindo transparência e acessibilidade. (Figura 3).



Figura 3 – Parte do repositório digital. Página inicial do Instagram do curso.
Fonte: Autores, 2024

Impacto do projeto

O ComunicArq contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo uma Educação de Qualidade (ODS 4) (Figura 4). O desafio da contemporaneidade quanto à inovação de práticas e metodologias na educação tem sido um tema recorrente, sobretudo no campo universitário. As práticas educacionais e as ações exploradas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco favoreceram à comunidade ao oferecer um panorama e conhecimento sobre a qualidade da formação de um estudante de arquitetura para atuação no campo profissional.

Como reflexo, as ações do projeto foram direcionadas para o engajamento da comunidade na participação de eventos educacionais, promovendo o reconhecimento e a facilitação do acesso às práticas pedagógicas e metodológicas por meio do repositório digital das ações acadêmicas que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Os ODS conectam o mundo digital e a educação ao promover inclusão, acesso ao conhecimento e conscientização global. No digital, ampliam debates sobre sustentabilidade, ética e inovação. Na educação, orientam práticas para formar cidadãos críticos, alinhados a um futuro mais justo e sustentável (ONU, 2015).



Figura 4 – ODS 4 – Educação de Qualidade como direcionamento do ComunicArq. Fonte: ONU (2015), modificado pelos autores

A interação entre estudantes e professores no desenvolvimento das atividades vem ampliando habilidades como trabalho em equipe, empatia, criatividade e comunicação. A aplicação de tecnologias e ferramentas digitais no contexto acadêmico reforça a capacidade de planejar, executar

e avaliar conteúdos éticos e de impacto social. Os estudantes são incentivados a desenvolver uma visão crítica do uso das redes sociais a fim de evitar distorcer informações ou divulgar conteúdos que possam prejudicar a imagem da profissão ou de terceiros, como práticas de concorrência desleal ou a disseminação de dados sensíveis sem autorização.

Os números gerados a partir das análises gráficas, considerando o crescimento mensal de inscritos/seguidores (mais de três mil em 2024) nas redes sociais, seguem contribuindo para o entendimento e compreensão da realidade acadêmica (Figura 5). O que antes apresentava um cenário questionável, hoje revelou aos alunos extensionistas a potencialidade de se trabalhar com o "outro-digital". A interação não é dada diretamente com o público de modo presencial; no entanto, a interatividade por meio de diálogos digitais permitiu o entendimento mais amplo do alcance das informações prestadas. A experiência vem proporcionando ainda uma compreensão prática dos desafios e oportunidades do ambiente digital, preparando os alunos para utilizá-lo como extensão de suas competências profissionais.

Principais conteúdos com base no alcance



Figura 5 – Principais conteúdos com base no alcance. Mais de mil visualizações.
Fonte: Autores, 2024

Destacamos a importância da participação dos alunos no trabalho, como exemplo trazemos o relato de uma aluna voluntária:

Participar deste projeto foi uma experiência incrível e enriquecedora em vários aspectos. Em nível pessoal eu aprimorei minhas habilidades interpessoais, minha comunicação e o trabalho em equipe.

Em nível acadêmico eu vi o quanto é importante a comunicação como principal ferramenta estratégica na interação da academia com a sociedade.

A participação na elaboração de um repositório digital e conteúdo, não apenas reforçou minha compreensão prática, mas também me deu uma experiência valiosa em gerenciamento de informações contribuindo significativamente para minha vida profissional.

(Dados coletados pelos autores)

Ressaltamos também o impacto da participação de um dos docentes do projeto. O que ilustra a contribuição de um arquiteto urbanista atuante no campo da comunicação visual e redes sociais:

Participar deste projeto trouxe aos alunos uma experiência incrivelmente enriquecedora em diversos aspectos. Primeiramente no nível pessoal, testemunhei um aprimoramento notável de sua comunicação e capacidade de trabalho em equipe.

No âmbito acadêmico, destaco a importância da comunicação como ferramenta estratégica fundamental na interação entre a academia e a sociedade externa.

Este projeto de extensão possibilita um contato com ferramentas de comunicação importantes, a relação sociedade e universidade se estreitam e a participação dos docentes é fundamental neste processo.

(Relato coletado pelos autores)

E, por fim, a dinâmica do “Fala Comunidade”, realizada pelos extensionistas, quando estes abrem uma pergunta ou comentário para interação

com o público, revelou um retorno positivo com o trabalho do ComunicArq. Na ocasião, foi solicitado que a comunidade complementasse a seguinte frase: “Eu gosto de acompanhar as postagens do curso de arquitetura porque...”. Segue um dos comentários:

Eu gosto de acompanhar as postagens do curso de arquitetura porque o perfil é informativo e relevante no que diz respeito ao curso de arquitetura na UNICAP, as atividades realizadas pelos estudantes do curso, além de mostrar o cotidiano da universidade. Me admira a transparência e a coesão da página, cada vez melhor e mais surpreendente.

(Relato coletado pelos autores)

Considerações finais

O projeto ComunicArq, ao explorar estratégias de visibilidade, comunicação e ética profissional nas redes sociais, demonstra-se como uma iniciativa fundamental para a formação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo, preparando-os para os desafios e oportunidades do ambiente digital. As ações desenvolvidas no âmbito do projeto proporcionam aos participantes a oportunidade de explorar a potencialidade das redes sociais não apenas como ferramentas de engajamento e divulgação de serviços, mas também como espaços para a construção de uma imagem profissional alinhada aos valores éticos e às demandas do mercado. A interação digital, por sua vez, estimula uma compreensão consciente e aprofundada do papel da mídia digital e massa na comunicação contemporânea, desenvolvendo competências essenciais como criatividade, estratégia e adaptação, indispensáveis para uma atuação profissional qualificada e responsável.

Além disso, o projeto evidencia a relevância das redes sociais e da internet como instrumentos capazes de promover práticas educativas e

profissionais de maneira ética, contribuindo para a formação de profissionais conscientes do impacto das tecnologias digitais em suas carreiras. A criação de um repositório digital e a disseminação de conteúdos inovadores reforçam essa proposta, ao mesmo tempo em que externalizam as práticas pedagógicas e metodológicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Essa iniciativa não só amplia a visibilidade da produção acadêmica, mas também fortalece o diálogo com a comunidade, estudantes, funcionários e professores, consolidando a universidade como uma instituição comunitária de interesse público.

Por fim, o ComunicArq destaca-se ao enaltecer o conhecimento das tecnologias e ferramentas digitais como elementos capazes de potencializar o ensino, a pesquisa e a extensão, pilares essenciais para a formação de qualidade no campo da Arquitetura e Urbanismo. O projeto não apenas prepara os alunos para o uso responsável e estratégico das redes sociais, mas também reforça o compromisso da universidade com a educação e a sociedade, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade), que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Dessa forma, o ComunicArq fortalece uma atuação profissional comprometida com os valores do Conselho de Arquitetura e Urbanismo e as demandas da sociedade contemporânea. Assim, consolida-se como uma experiência transformadora, que une teoria e prática, ética e inovação, contribuindo para a formação de profissionais conscientes e preparados para os desafios do século XXI.

Referências

Brasil. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm.

CAU Brasil. Guia Ético Do Arquiteto E Urbanista Nas Mídias Sociais. 2022. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/conferencia2023/wp-content/uploads/2023/11/Folder-CAU-ETICA-NAS-REDES-SOCIAIS-1011.pdf>. Acessado em: 19/11/2024

CAU Brasil. Resolução nº 52, de 24 de outubro de 2013. 2013 A. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Resolucao_52_2013.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAU Brasil. Resolução nº 67, de 12 de dezembro de 2013. 2013 B. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Resolucao_67_2013.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAU Brasil. Resolução nº 75, de 13 de novembro de 2014. 2014. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Resolucao_75_2014.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acessado em: 19/11/2024

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Carta de Princípios. Recife, 1995. Disponível em: <https://portal.unicap.br/web/unicap/nossa-missao>. Acesso em: 20 abril. 2022

INFORMAÇÕES DOS AUTORES

Igor Villares de Carvalho

Professor na UNICAP desde 2018. Arquiteto e Urbanista (UFPE, 2013), Mestre em Arquitetura (Politécnica de Milão, 2016) e doutorando em Desenvolvimento Urbano (PPGDU–UFPE). Leciona disciplinas de projeto arquitetônico, representação gráfica e teoria da arquitetura, atuando também em atividades de pesquisa e extensão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3513545897615253>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5865-6542>

E-mail: igor.villares@unicap.br

Rafael Campos Rangel

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNICAP (2009), recebeu a Láurea Acadêmica e o prêmio Opera Prima (2010). Especialista em Metodologia e Técnicas de Análise na Arquitetura Contemporânea (UNICAP, 2010) e Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2018). Atualmente é professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, atuando em ensino, pesquisa e extensão.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9252161757954405>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1112-3826>

E-mail: rafael.rangel@unicap.br

Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE (1988), Mestre em *Energy and Environmental Comfort* pela Architectural Association School of Architecture (1992) e Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012). É professora e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, com experiência em projeto arquitetônico, sustentabilidade, conservação, arquitetura moderna e autenticidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9371203533395348>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2345-4043>

E-mail: paula.maciел@unicap.br



CAPÍTULO 6

OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO E SEUS IMPACTOS NA NEUROCIRURGIA: UMA ABORDAGEM SOBRE A ÓTICA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17021810>

Ana Júlia Oliveira Siqueira

David Plácido Lopes

Fábio Lopes de Barros Correia Filho

Maria Izabella Silva Damasceno

Nathália Carvalho Figuerêdo

Rubem Ferreira da Silva Filho



O capítulo analisa os impactos do planejamento urbano deficiente no aumento dos acidentes de trânsito e suas repercussões diretas na saúde pública, com ênfase nas demandas da neurocirurgia. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo evidencia como fatores como infraestrutura precária, mobilidade desigual e crescimento urbano desordenado contribuem para a alta incidência de traumas cranioencefálicos e medulares, especialmente em populações vulneráveis.. O texto ainda apresenta a experiência do projeto de extensão universitária LANC, da Universidade Católica de Pernambuco, como exemplo de iniciativa que alia formação acadêmica, pesquisa e impacto social, promovendo educação preventiva, produção científica e participação cidadã. Conclui-se que o investimento em planejamento urbano e políticas públicas preventivas é essencial para a redução da morbimortalidade e o fortalecimento da saúde pública.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Acidentes De Trânsito; Neurocirurgia; Saúde Pública; ODS; Extensão Universitária.

Introdução

A falta de planejamento urbano aliado ao crescimento desordenado das cidades são fatores que, em conjunto, mostram-se como determinantes para o aumento dos acidentes de trânsito em todo o mundo. A deficiência de um planejamento que vise mitigar esses impactos é responsável por criar um cenário propício para eventos traumáticos, afetando, portanto, a saúde pública.

Esse cenário é um subsídio para a mobilidade insustentável, por impulsionarem a motorização da sociedade e, conseqüentemente, incidentes de trânsito. Fatores como o mau planejamento de estradas, deficiência de sinalização, superlotação de veículos coletivos, ausência de infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas, falha no projeto geométrico das vias, podem se configurar como fatores responsáveis pelo aumento da incidência e gravidade dos acidentes de trânsito, impactando o sistema público de saúde que não está preparado para suprir tal demanda, especialmente nos desfechos da neurocirurgia (NCR), nos quais destacadamente os traumas cranioencefálicos e as lesões medulares são frequentemente observados.

A análise desse cenário, considerando uma perspectiva que valorize os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pode se configurar como uma das ferramentas para o planejamento de estratégias de enfrentamento desses desafios. Em particular, destacam-se os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 10 (redução das desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Nesse sentido, o ODS 3, que busca garantir a vida saudável e promover o bem-estar para todos, inclui, portanto, a redução das mortes e lesões graves no trânsito. Já o ODS 8 enfatiza a importância de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, que também perpassa pela segurança nos deslocamentos urbanos, em conjunto com o ODS 9 que visa promover a industrialização inclusiva e sustentável, fomentar a inovação e modernizar indústrias, aumentar a eficiência, apoiar o desenvolvimento tecnológico e garantir acesso equitativo à infraestrutura, como transporte e

energia. Além desses, o ODS 10 que busca combater disparidades econômicas, sociais e políticas, promovendo a inclusão de grupos marginalizados, garantindo oportunidades iguais e melhorando a regulamentação dos mercados financeiros globais para maior equidade e, por fim, o ODS 11 que destaca a necessidade de tornar as cidades mais seguras, resilientes e sustentáveis, com planejamento urbano que priorize a mobilidade segura e a qualidade de vida.

Ao explorar a relação entre o mau planejamento urbano, o aumento dos acidentes automobilísticos e o conseqüente crescimento da demanda por atendimentos neurocirúrgicos, sob a perspectiva dos ODS, buscamos não apenas identificar as causas e os impactos desses problemas, mas também propor soluções alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Ao longo deste capítulo, discutiremos como a ineficiente implementação de medidas de planejamento urbano pode afetar a saúde pública, refletindo para a alta incidência de traumas neurocirúrgicos. A partir de dados relevantes e de exemplos práticos, será demonstrado que investir em cidades mais seguras e sustentáveis não é apenas uma questão de infraestrutura, mas um passo essencial para alcançar os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e garantir um futuro mais saudável e equitativo para todos.

Apresentação do problema/desafio

A traumatologia considera que os desfechos dos acidentes automobilísticos obedecem a uma curva trimodal de distribuição das mortes, sendo a primeira curva aquela das mortes imediatas e inevitáveis e que acontecem na cena do trauma. Nessa fase, independentemente da qualificação dos profissionais, da eficiência dos serviços de resgate, da precisão dos algoritmos de triagem ou da disponibilidade de recursos nos centros de referência, o impacto da assistência médica é limitado, pois os óbitos decorrem diretamente da gravidade do acidente. Diante desse cenário, a estratégia mais eficaz para reduzir essa curva não está no atendimento pré-

hospitalar, mas na implementação de políticas públicas eficientes e na educação da população, promovendo a prevenção e a segurança viária (ATLS, 2018).

A segunda curva, que compreende as mortes ocorridas nos minutos a horas subsequentes ao evento do trauma é denominada, na traumatologia, a hora de ouro: os primeiros sessenta minutos após o trauma em que as lesões orgânicas estão recentes o suficiente para serem sanadas e as lesões secundárias do organismo ainda não se instalaram, sendo oportunidade para a equipe médica agir e, com as intervenções adequadas, a agilidade dos serviços de emergência e a estratégia dos algoritmos de triagem se estabeleça o melhor desfecho possível (ATLS, 2018).

O deficiente planejamento urbano dos centros brasileiros fomenta um ambiente propício a acidentes automobilísticos, pois aumenta os riscos no deslocamento pelo território, alterando significativamente a primeira curva da traumatologia. Diante disso, é imperioso compreender a epidemiologia dos sinistros de trânsito e seu impacto no sistema de saúde, com enfoque nos serviços de neurocirurgia.

a) A cidade:

Com o progresso técnico e a chegada da civilização industrial, a visão tradicional é superada por problemas que a cidade se depara: crescimento demográfico, condições de trabalho da classe operária e enriquecimento global da cidade, em que cada um se beneficia de um espaço mínimo cada vez mais significativo, maior quantidade de objetos materiais e crescente prestação de serviços (HAROUEL, 2004) .

A mobilidade urbana é causa e consequência do desenvolvimento econômico e social, da expansão urbana e da distribuição espacial das atividades em uma cidade. O direito à mobilidade urbana, portanto, é um dos componentes do direito à cidade, a qual deve permitir a circulação das pessoas e cargas em condições harmoniosas, dotada de um adequado sistema de mobilidade. Esse sistema deve ser estruturado de modo a

garantir a todo cidadão autonomia nos deslocamentos desejados dentro do espaço urbano, respeitada a legislação em vigor (MPPR, 2011).

A circulação está ligada aos fatores de mobilidade e acessibilidade, com relação entre condições físicas pessoais e capacidade de pagamento dos custos por cada usuário. Depende da disponibilidade de tempo por parte das pessoas, adequado com os horários de funcionamento das atividades urbanas e ofertas de meios de transporte (FOLLADOR, 2011). E numa cidade como Recife, que foi durante muito tempo a segunda capital mais desigual do país - com um índice de Gini de 0,556 em 2022 -, é lógico pensar que seus fluxos também serão desiguais e determinantes para fomentar a insegurança no trânsito.

Os acidentes de transporte podem ocorrer em diversos contextos, mas é pelo seu impacto à saúde em que este texto se concentra. A necessidade humana por locomoção em curto espaço de tempo, a evolução da produção industrial em massa de veículos, a garantia de empregos e arrecadações fiscais aos governos, a precarização do transporte coletivo, criaram o "fenômeno" dos acidentes de trânsito (SCAVARDA; HAMACHER, 2011; SANT'ANNA, 2012).

Os incidentes são decorrentes geralmente de mais de uma razão concomitante, porém existem os fatores considerados mais importantes: ambiente inadequado de circulação; o uso do álcool ou drogas; velocidade excessiva (a energia cinética dos veículos aumenta exponencialmente com a velocidade); condições da pista e da sinalização; estado de manutenção dos veículos (VASCONCELLOS, 2012).

Aproximadamente 1,2 milhão de pessoas por ano no mundo morrem vítimas dos acidentes de trânsito e no Brasil, o número de mortos e feridos graves ultrapassa 150 mil pessoas, sendo que mais de 90% das mortes ocorrem em países de baixa e média renda. A Organização Mundial da Saúde - OMS estima que as perdas anuais mundiais devido aos acidentes ultrapassem US\$ 500 bilhões, e no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estima que os custos totais dos acidentes sejam de R\$ 28 bilhões ao ano.

A especialização dos acidentes de trânsito é importante por fornecer subsídios para o planejamento e para a execução de políticas públicas, aumentando sua eficácia e eficiência na redução e na prevenção desses agravos.

O primeiro acidente de trânsito registrado no Brasil ocorreu em 1897, quando José do Patrocínio importou um veículo da França e o deu para o escritor Olavo Bilac dirigir. O motorista, o qual não possuía habilitação, bateu em uma árvore quando estava a uma velocidade de 3 quilômetros por hora na Rua da Passagem, em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Nessa época ainda não se imaginava que este, o acidente de trânsito, seria um dos maiores problemas sociais do País (VASCONCELLOS, p. 127, 2012).

b) O trabalho:

As profissões de "motoboy" ou "moto-taxista", praticadas em sua maioria por adultos jovens do sexo masculino, foram consolidadas e regulamentadas pela Lei nº 12.009, de 29/07/2009, que exige idade mínima de 21 anos, possuir habilitação por pelo menos dois anos na categoria e ter sido aprovado em curso especializado para o exercício. A motocicleta empregada como veículo de trabalho é frequentemente relacionada com o aumento do número de vítimas motociclistas, e, assim sendo, os motoboys apresentam elevado risco para sofrer acidentes de trânsito devido às exigências da profissão, como pressão para realização de entregas rápidas, pressão psicológica por maior produtividade e remuneração por ela, jornadas extensas com turnos de trabalho que ultrapassam as dez horas diárias, condições precárias, ausência de contratos formais, estresse, baixos rendimentos (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Além disso, com a uberização do trabalho, cresceu nos centros urbanos outra modalidade de trabalho com as motocicletas: os entregadores e motoristas de aplicativo, com a particularidade de que eles não respondem à legislação trabalhista vigente pois as empresas que fornecem suas plataformas de trabalho, embora devam responder à legislação brasileira,

não tem sede no país, portanto, não há vínculo trabalhista, o que os torna trabalhadores informais.

Há vários anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece os acidentes de trânsito urbanos como um sério problema de saúde pública em todo o mundo, em virtude de serem acompanhados por elevado índice de morbimortalidade. Aproximadamente 1,2 milhão de mortes por ano no mundo são consequências de acidentes de trânsito. Dessas mortes, 90% ocorrem em países de baixa e média renda. O Brasil está entre os países que lideram a mortalidade por acidentes de trânsito urbanos. A maioria dos óbitos e internações por esse agravo é observada no sexo masculino, na raça/cor da pele negra, nos adultos jovens, em indivíduos com baixa escolaridade e entre motociclistas (MENDONÇA, 2017).

c) A(s) vítima(s):

O SAMU, componente pré-hospitalar móvel fundamental da Política Nacional de Atenção às Urgências, lançada em 2004, é um serviço gratuito, que funciona 24 horas, por meio da prestação de orientações e do envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado por um número de telefone e acionado por uma Central de Regulação das Urgências. Atualmente, o SAMU atende a 75% da população brasileira. No Recife, o SAMU foi inaugurado em 21 de dezembro de 2001. A capital pernambucana é sede da Central de Regulação Médica do SAMU Metropolitano do Recife; nela, também são reguladas as ligações de 17 municípios da Região Metropolitana (MENDONÇA, 2017).

Considerando a natureza do acidente, em aproximadamente 60% dos casos a causa foi colisão. Com relação ao meio de locomoção da vítima, as motos representaram a maioria entre os veículos envolvidos em acidente de trânsito urbano (MENDONÇA, 2017).

O sexo masculino e os adultos jovens merecem destaque quanto à realização de ações de promoção e prevenção de acidentes de trânsito urbano, visto que esses grupos são os mais acometidos por esse agravo. Esse dado pode ser consequência de uma maior exposição da população

masculina e jovem no trânsito: com base em comportamentos sociais e culturais, esse grupo assume mais riscos na condução de veículos, como alta velocidade, manobras inadequadas e uso de álcool. Potenciais despesas previdenciárias podem ser geradas, elevando os custos aos cofres públicos, devido à impossibilidade de trabalho das vítimas, que convivem com a necessidade de reabilitação.

Os horários que concentram os maiores números de atendimentos possivelmente estão relacionados com o horário de pico ou rush da cidade, isto é, o horário em que há um maior número de veículos circulando devido a ida e volta do trabalho, faculdade e escola.

d) O serviço de saúde:

Inaugurado em 1967 como Hospital de Pronto-Socorro, somente em 31 de dezembro de 1969, durante o governo Paulo Guerra, em nova inauguração, passou a atender à população pernambucana. Apenas em 1971, a unidade de saúde recebeu o nome de Hospital da Restauração (HR), batizado por causa das comemorações do tricentenário da expulsão definitiva dos holandeses do Estado, que ficou conhecida como Restauração Pernambucana.

A partir de 26 de abril de 2012, a instituição recebeu o nome atual, em homenagem ao ex-governador Paulo Pessoa Guerra. O Hospital da Restauração Governador Paulo Guerra é a maior unidade da rede de saúde pública de Pernambuco, com 833 leitos registrados no Ministério da Saúde. Na unidade, atuam mais de 4 mil profissionais, dos quais cerca de 3 mil são profissionais de saúde.

É num serviço de tal magnitude, que é referência em ortopedia-traumatologia, neurocirurgia, cirurgia geral e cirurgia bucomaxilofacial, que se recebe o maior número de politraumatizados oriundos não só da Região Metropolitana do Recife (RMR), mas como de municípios de todo o interior do estado de Pernambuco, sendo parcela significativa desses politraumatizados vítimas de sinistros de trânsito.

No escopo da neurocirurgia somente, pacientes que sofrem trauma raquimedular (TRM) ou trauma crânioencefálico (TCE) contribuem significativamente para os índices de morbimortalidade. Os pacientes jovens que sofrem TCE ou TRM são os que mais causam internações e custos médicos com hospitalizações em unidade de terapia intensiva, reabilitação, cirurgias, fisioterapia e, depois, custos previdenciários à União. Os pacientes de neurocirurgia que necessitam de cirurgia por algum evento agudo, têm a vida drasticamente impactada e oneram a sua família e a sociedade (CAMPOS, 2008).

As internações prolongadas ainda contribuem para complicações clínicas, acrescentando morbidez como: infecção respiratória, úlceras de decúbito, trombose venosa e embolia pulmonar. Há, também, uma longa fase de reabilitação para a reintegração do indivíduo à sociedade. A melhor conduta, portanto, passa a ser a prevenção, daí o grande valor aos estudos epidemiológicos e das políticas públicas de segurança. Evidenciamos que lesões graves como as cervicais, em que há maior risco de invalidez, ocorrem em indivíduos jovens que representam força de trabalho significativa da sociedade, elevando, portanto, os gastos públicos no suporte a tais vítimas (CAMPOS, 2008).

Apresentação do projeto e impactos na formação pessoal e profissional dos estudantes

O projeto de extensão, intitulado como Liga Acadêmica de Neurocirurgia da Universidade Católica de Pernambuco (LANC), foi desenvolvido a fim de complementar a formação acadêmica de estudantes que se interessam pela área neurocirúrgica, através de atividades acadêmicas teóricas e práticas. Para isso, o projeto busca a participação ativa de seus integrantes nas ações propostas que são construídas baseadas em metodologias integrativas, visando à formação de um conhecimento amplo e multidisciplinar.

Assim, o objetivo geral do projeto consiste em gerar, difundir e compartilhar conhecimentos e técnicas no campo da Neurocirurgia. Assim,

promovendo o pensamento crítico-reflexivo em conhecimentos teóricos e práticos no âmbito cirúrgico. Além disso, o projeto também visa complementar a formação do estudante de medicina com valores como ética, sustentabilidade e justiça.

Dentre os objetivos específicos, enfatizam-se a oportunidade de participação acadêmica efetiva nos campos de conhecimento e atuação da Neurocirurgia, a partir de estratégias eficientes e criativas, ressaltando também uma prática médica centrada no paciente; o incentivo à produção científica acerca de assuntos relevantes na Neurocirurgia e suas subespecialidades, estando sempre de acordo com os parâmetros e normas técnicas e éticas preconizadas pela universidade; e o estímulo à paz, equidade, solidariedade, aproximação e troca de experiências entre acadêmicos de medicina, médicos cirurgiões e demais profissionais de saúde, promovendo o caráter inter e multiprofissional da especialidade cirúrgica.

Acerca da metodologia de desenvolvimento das atividades do projeto, estas são baseadas no tripé universitário compreendido pelas áreas de ensino, pesquisa e extensão. No ensino, os estudantes participam de discussões técnico-científicas, mediadas por especialistas, acerca dos principais temas da Neurocirurgia. A realização regular dessas aulas permite a formação de uma base teórica consistente e a interação entre os alunos. Na área da pesquisa, os integrantes são divididos em grupos que são responsáveis pela discussão de temas intrínsecos à neurocirurgia, e pela fomentação de ideias para pesquisas acadêmicas relevantes, através do desenvolvimento de estudos como revisões, artigos originais e relatos de casos. Por fim, por meio da extensão, a LANC consegue levar suas atividades internas para além dos limites da universidade, conseguindo assim, transformar o conhecimento em uma ferramenta para ajudar a comunidade. Com isso, a realização de campanhas, como a corrida noturna interligas, a panfletagem contra o AVC, entre outros eventos executados, estimulam a prevenção em saúde e a conscientização por parte da população.

Dessa forma, a LANC se torna um meio para que os alunos possam desenvolver e aprimorar habilidades teóricas e práticas, trocar experiências

com médicos neurocirurgiões e outros alunos, além de utilizar o conhecimento adquirido para contribuir com o meio social.

Impacto do projeto

Planejamento urbano e saúde pública

O planejamento urbano consiste no processo de elaboração de soluções que buscam melhorar ou requalificar uma área urbana preexistente ou em vigência de criação. Seu principal objetivo é proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes ao enfrentar desafios decorrentes da alta densidade demográfica, como congestionamento, acidentes de trânsito, poluição e impactos ecológicos. Para isso, o planejamento urbano é essencial para elaborar medidas que abranjam os eixos de transporte, segurança, saneamento, acesso à espaços públicos, acessibilidade, interação com meio ambiente natural, entre outros (SANTOS, 2012).

Nesse cenário, é imprescindível destacar o planejamento urbano como fator de influência na saúde mental e principalmente física dos habitantes de uma cidade. Em um contexto de uma urbanização mal gerida, por exemplo, a ausência de água potável pode acarretar no adoecimento e aumento de mortalidade da população em vulnerabilidade, da mesma forma que um maior índice de ocorrência de acidentes de trânsito está relacionado com congestionamentos e o não planejamento do trânsito urbano (ÁNGEL CÁRDENAS, 2023; SANTOS, 2012).

Impactos do planejamento urbano na neurocirurgia

O neuro-urbanismo é o campo de estudo que busca compreender a estreita relação entre a pesquisa urbana e a saúde. Este segmento do saber ocupa-se com a proposição de teorias que avaliem o impacto da disposição dos elementos constituintes da cidade no componente neurológico e psíquico do indivíduo. De acordo com o antropólogo Michel Agier (2015), a cidade é essencialmente dinâmica. Nesse sentido, o planejamento urbano deve contemplar tal aspecto, com constantes aprimoramentos técnicos no intuito de promover o urbanismo saudável.

No cenário atual em que o planejamento urbano não constitui-se uma prioridade, a disposição inadequada de elementos aumenta significativamente a incidência de quedas e acidentes automobilísticos conforme foi largamente discutido no presente estudo.

Para a neurocirurgia, portanto, em sendo o acidente automobilístico a principal causa de TCE (LADEIRA, 2017), a correta aplicabilidade do urbanismo com o fito de preveni-los constitui mister interesse, reduzindo custos para os cofres públicos e morbi-mortalidade nacional.

Assim, o projeto de extensão universitária em Neurocirurgia, em especial a LANC, tem um papel fundamental na orientação da população sobre a prevenção de traumas cranianos, no fortalecimento do vínculo entre a academia e as políticas públicas.

Iniciativas voltadas à educação sobre acidentes podem ajudar a reduzir a sobrecarga dos serviços neurocirúrgicos causada por incidentes urbanos e diminuir a mortalidade na primeira hora após o evento traumático.

Além disso, esses projetos promovem a interação entre estudantes, profissionais da saúde, favorecendo pesquisas e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes na reorganização dos espaços urbanos, com foco na redução de riscos neurológicos.

Relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) consistem em um plano de ação, elaborado pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), durante a conferência Rio+20, realizada em 2012. O plano envolve 17 objetivos globais, que englobam 169 metas a serem cumpridas até o ano de 2030. Implementados em 1º de janeiro de 2025, os ODS integram a Agenda 2030 e visam à erradicação da fome e da pobreza, garantia dos direitos da mulheres, promoção de saúde e bem-estar, proteção ambiental, efetivação da paz e justiça, entre outros propósitos que proporcionem o crescimento e cooperação de todos os países sem comprometimento das gerações futuras (CAMARA et al., 2024).

Nesse âmbito, as universidades possuem papel crucial no cumprimento dos objetivos citados, mediante o desenvolvimento de projetos de extensão e o estímulo com subsídios para a sua manutenção, visto que tais iniciativas detêm a responsabilidade de expandir os conceitos acadêmicos para a comunidade, servindo como meio de democratizar o acesso à educação, além de ser objeto de difusão do conhecimento e transformação da realidade.

A LANC, asseguradamente, contribui para a formação de estudantes de medicina de maneira ética, sustentável e justa. Outrossim, volta-se para as necessidades sociais ao promover ações que extrapolam os limites da Universidade, isto é, desempenha suas funções em alinhamento a esse compromisso global.

O ODS 3 (Saúde e Bem-estar) é muito bem contemplado pela LANC, através da realização das atividades práticas, como enfermarias, cirurgias eletivas e de urgência e plantões no serviço de trauma, assim, alcançando, especialmente, a meta 3.6, que visa à redução pela metade das mortes e dos ferimentos globais por acidentes em estradas, em razão de uma porção considerável dos traumas decorrer de acidentes automobilísticos. Ademais, a promoção de ações sobre conscientização em saúde nas datas comemorativas, como o dia mundial do AVC, de corridas em conjunto com outros projetos e de atendimentos de triagem metabólica em eventos, também são exemplos do impacto direto da LANC na saúde e bem-estar da população.

A pesquisa científica é um pilar fundamental dos Projetos de Extensão, e na LANC, particularmente, esse é um componente bastante relevante, e que está de acordo com a meta 9.5 do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). No tocante a esse aspecto, a formação de grupos de pesquisa, com o intuito de reunir as melhores evidências sobre temas relevantes na área da neurocirurgia, resultando na publicação de resumos e artigos científicos em anais de eventos e revistas médicas, refletem o fortalecimento da difusão do conhecimento, impactando no aperfeiçoamento de técnicas cirúrgicas, melhorias em diagnóstico e tratamento das doenças, e, dessa forma, auxiliando a prática médica diária.

O trabalho executado pela LANC também envolve os princípios do ODS 10 (Redução das Desigualdades), principalmente no que tange à meta 10.3, a qual busca garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades, mediante as atividades práticas sob supervisão médica no Hospital da Restauração, maior serviço público de saúde da região Nordeste, cujo papel de melhoria da assistência aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é notável. A meta 10.2, que discorre acerca da inclusão social de todos, independentemente de qualquer condição, também está em consonância com os objetivos do Projeto.

Dessa maneira, constata-se a conformidade dos preceitos seguidos pela LANC com os compromissos da Agenda Global 2030, o que ressalta a importância do direcionamento das ações de diversos projetos e organizações em prol de pautas coletivas. Por conseguinte, se todas as iniciativas agirem em favor de um crescimento sustentável, atendendo às necessidades das gerações atuais, mas também futuras, as metas para 2030 serão efetivadas.

Considerações finais

A análise apresentada neste capítulo evidencia a intrínseca relação entre o planejamento urbano deficiente, o aumento dos acidentes de trânsito e o impacto na saúde pública, especialmente no que diz respeito aos traumas neurocirúrgicos. A falta de infraestrutura adequada, os problemas de mobilidade e a desigualdade social contribuem para um cenário de alta morbimortalidade, sobrecarregando os sistemas de saúde e afetando principalmente populações vulneráveis.

A abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 3, 8, 9, 10 e 11, oferece um caminho para enfrentar esses desafios, promovendo cidades mais seguras, inclusivas e sustentáveis. O Projeto de Extensão em Neurocirurgia (LANC) exemplifica como iniciativas acadêmicas podem alinhar-se a esses objetivos, contribuindo para a redução de acidentes, a melhoria da assistência médica e a promoção de políticas públicas eficazes.

Portanto, investir em planejamento urbano sustentável e em ações preventivas não apenas reduzirá os acidentes de trânsito e seus desfechos traumáticos, mas também fortalecerá a saúde pública e a qualidade de vida, em consonância com os princípios globais de desenvolvimento sustentável. A integração entre academia, políticas públicas e sociedade é essencial para construir um futuro mais seguro e equitativo para todos.

Referências

- Ángel Cárdenas. (2025, março 18). *Como o planejamento urbano impacta a saúde?* CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina. <https://www.caf.com/pt/blog/como-o-planejamento-urbano-impacta-a-saude/>
- American College of Surgeons. (2018). *Advanced Trauma Life Support (ATLS): Student Course Manual* (10ª ed.). Chicago, IL: American College of Surgeons.
- Bacchieri, G., & Barros, J. D. (2011). Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: Muitas mudanças e poucos resultados. *Revista de Saúde Pública*, 45(5), 949–963.
- Câmara, S. B., et al. (2024). Mapeamento da produção científica em torno dos objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS e produção de alimentos. *Ciência Rural*, 55, e20230134. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20230134>
- Campos, M., et al. (2008). Epidemiologia do traumatismo da coluna vertebral. *Coluna/Columna*, 35(2), 115–121.
- Desenvolvimento | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. (2025, março 17). <https://desenvolvimentoeconomico.pecife.pe.gov.br/desenvolvimento>
- Follador, D. P. (2011). *Constituição do Plano Diretor de Transporte e da Mobilidade: Um estudo comparativo de Belo Horizonte e Curitiba* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná].
- Gonçalves, B. G. D. (2012). *Acidentes de trânsito por embriaguez: Dolo ou culpa do condutor* [Monografia de graduação, Centro Universitário da Cidade].
- Grande-Ayala, C. E., Marin, M. A., & Rincón-García, N. (2024). Social sustainability in urban mobility: An approach for policies and urban planning from the Global South. *Journal of Infrastructure, Policy and Development*, 8(8), 5786. <https://doi.org/10.24294/jipd.v8i8.5786>

Harouel, J.-L. (2004). *História do urbanismo*. São Paulo: Papirus Editora.

Hospital da Restauração Governador Paulo Guerra. (2025, março 17). <https://portal.saude.pe.gov.br/hospitais/hospital-da-restauracao-governador-paulo-guerra/>

Ladeira, R. M., Malta, D. C., Morais Neto, O. L., Montenegro, M. M., Soares Filho, A. M., Vasconcelos, C. H., et al. (2017). Acidentes de transporte terrestre: Estudo Carga Global de Doenças, Brasil e unidades federadas, 1990 e 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20(Suppl 1), 157–170.

Lefebvre, H. (2008). *Espaço e política* (M. M. de Andrade & S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Macedo, M. R. O. B. C., et al. (2022). Traffic accident prediction model for rural highways in Pernambuco. *Case Studies on Transport Policy*, 10(1), 278–286. <https://doi.org/10.1016/j.cstp.2021.11.010>

Mendonça, M., Silva, A., & Castro, C. (2017). Análise espacial dos acidentes de trânsito urbano atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: Um recorte no espaço e no tempo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 20(4).

Ruschel, A. (n.d.). *O planejamento urbano e os acidentes de trânsito: Um estudo sobre o município de Toledo - PR* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná].

Sant’Anna, F. H. M. (2012). *Características das vítimas de acidentes de transporte terrestre, lesões e benefícios concedidos entre segurados do Instituto Nacional do Seguro Social de Cambé (PR) em 2011* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina].

Santos, A. M. S. P. (2012). Planejamento urbano: Para quê e para quem? *Revista de Direito da Cidade*, 4(1), 1–18.

Scavarda, L. F. R., & Hamacher, S. (2001). Evolução da cadeia de suprimentos da indústria automobilística no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2), 201–219.

Vasconcellos, E. A. (2001). *Transporte urbano, espaço e equidade*. São Paulo: Annablume.

Vasconcellos, E. A. (2012). *Mobilidade urbana e cidadania*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional.

SOBRE OS AUTORES

Maria Izabella Silva Damasceno

Discente do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5961696842428538>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5836-6097>

E-mail: mariaizabelladamasceno@gmail.com

Fábio Lopes de Barros Correia Filho

Discente do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3737806155164400>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8880-3606>

E-mail: fabiolopesbcf@gmail.com

Rubem Ferreira da Silva Filho

Discente do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1382200896482067>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6755-4286>

E-mail: ferreira.mebur@gmail.com

Ana Júlia Oliveira Siqueira

Discente do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7957194050105346>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0744-9885>

E-mail: ajuliaoliveira2@gmail.com

Nathália Carvalho Figuerêdo

Discente do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9402021105159421>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4077-3388>

E-mail: nathaliacfigueredo@gmail.com

David Plácido Lopes

Neurocirurgião. Mestre em Comunicação Humana e Saúde. Docente da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2500437097481228>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0934-459X>

E-mail: davidplacidolopes@hotmail.com



CAPÍTULO 7

SEMENTES DE SOLIDARIEDADE: REFLEXÕES SOBRE A FOME NO SÉCULO XXI

D.O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17023144>

Valdenice José Raimundo
Cirlene Sales da Silva



Este texto pretende apresentar uma prática extensionista, desenvolvida na Universidade Católica de Pernambuco, dentro de uma rede internacional entre países do Sul global. Nasce no contexto pandêmico, ressaltando um fenômeno que sempre esteve presente na realidade brasileira, a fome, essa, atrelada à insegurança alimentar. As reflexões que serão apresentadas têm como pilar a ideia de que a extensão reúne a experiência, a troca e a integração com o ensino e a pesquisa. O projeto tem contribuído com diversas famílias, que devido às desigualdades, próprias da organização social capitalista e racista, têm experimentado, talvez, da experiência mais traumática que um ser humano pode experimentar, a agonia de não ter acesso a um direito essencial, que é a alimentação.

Palavras-Chave: Fome; Extensão; Jardim;

Introdução

"O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome"
(Carolina Maria de Jesus)

A extensão compõe a tríade que estrutura as universidades brasileiras. O ensino, a pesquisa e a extensão, são componentes fundamentais para o processo formativo dos (as) estudantes. Para o Ministério da Educação (MEC), a extensão universitária é um processo que coloca em relação às dimensões: educativa, cultural, social e científica, em articulação com a pesquisa e o ensino. Ou seja, a extensão é potencialmente responsável pela produção e difusão de conhecimento.

É um espaço de troca entre a sociedade e a universidade. É através da extensão que os aprendizados elaborados na sala de aula se materializam. A extensão aproxima as necessidades que estão postas na realidade das comunidades da universidade, desafiando-a a responder de forma criativa, inovadora e eficiente tais demandas. A extensão é um convite ao pesquisador (a) ao compromisso de a partir de seus estudos e pesquisas estabelecer um diálogo com questões concretas, resolvendo problemas reais.

Para as (os) estudantes envolvidas (os) a extensão pode proporcionar uma experiência completamente nova, ao colocá-las (os) em contato com uma realidade, muitas vezes, desconhecida. A intervenção na realidade tem o poder de possibilitar a produção de reflexões críticas, mediadas pelo conhecimento acumulado em sala de aula. É, sem dúvida, um espaço de difusão de conhecimento, propício para o fomento de novas (os) pesquisadoras (es).

Neste sentido, a extensão universitária é um ambiente promotor de transformação da realidade. No entanto, se faz necessária uma compreensão dessa capacidade, visando um envolvimento maior das (os) docentes e

em consequência das (os) estudantes em experiências extensionista. Não perceber a importância da extensão na relação entre a sociedade e a universidade, coloca em risco a garantia da indissociabilidade entre os demais elos que sustentam a vida acadêmica.

Entendemos que a realidade de desigualdade social, que impossibilita o acesso da população empobrecida a bens e serviços, tem demandado que a extensão universitária deixe o lugar periférico, muitas vezes a ela relegado, e, ganhe visibilidade, a partir de propostas capazes de alterar contextos de injustiças. Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2010), as universidades cumprem uma função social que demanda um compromisso social estratégico, promovendo a interação transformadora com setores da sociedade.

É com essa compreensão que surge o Jardim Solidário, em um contexto de retorno do Brasil ao Mapa da Fome, após a pandemia da Covid 19. Em 2020, a COVID-19 foi qualificada pela Organização Mundial da Saúde – OMS como uma pandemia, devido ao crescimento e desenvolvimento da doença em diversos países do mundo.

O jardim solidário é desenvolvido na Universidade Católica, uma universidade comunitária¹, ou seja, é uma universidade com caráter público não-estatal, abrigada pela Lei 12881/13. Dentre suas características, a Unicap apresenta o compromisso social de olhar a extensão como uma oportunidade de proporcionar aos envolvidos uma consciência crítica acerca das desigualdades e das estratégias para o seu enfrentamento, em ações concretas nos territórios.

Consideramos que as práticas extensionistas não podem ser separadas da pesquisa e do ensino. Sendo assim, é necessário assumir o

1 Lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias de educação superior - ices, disciplina o termo de parceria e dá outras providências.

compromisso de transmitir o conhecimento acadêmico-científico-tecnológico-inovador à comunidade e, a partir dos saberes por ela compartilhados, refletir sobre novas perspectivas, quem contribua com a reelaboração do pensar acadêmico. São universidades comprometidas com o ensino de elevada qualidade, sendo referência na produção de conhecimento científico, tecnológico e na inovação. Também são exemplares em atender as necessidades das comunidades que as cercam.

Neste cenário, o Projeto de Extensão Jardim Solidário é muito importante, pois se propôs a contribuir com a solução de um problema real para a comunidade de Coqueiral. As professoras, alunas e voluntários envolvidos na proposta, passaram a olhar criticamente para a situação de desigualdade socioeconômica, produtora da fome e da insegurança alimentar.

Da semente à colheita: caminhos cultivados

“Para quem não sabe, um jardim é uma floresta”

Provérbio Africano

O Projeto Jardim Solidário tem sido um espaço de reflexão e acolhida. Primeiramente, a ideia de jardim, que nomeia o Projeto de Extensão: Jardim Solidário¹, surge por entender ser o jardim um espaço onde a vida, na sua pluralidade, pulsa. É um pequeno território, no qual os seres vivos (fauna e flora) resistem. Quem cuida do jardim não cultiva apenas plantas: também cultiva fé, esperança e saúde mental. O jardim tem a capacidade de renovar o clima e o oxigênio, acolher a chuva e restaurar a terra. Tudo em um movimento que articula e integra a diversidade, fortalecendo os diferentes ecossistemas.

Não podemos esquecer que é também um espaço de cultivo da beleza, expressa nas flores, abelhas, borboletas e pássaros que visitam o

¹ Este projeto dialoga com outras ações de extensão, desenvolvidas pelo Centro Universitário de Patos – UNIFIP e pelas Universidades Amílcar Cabral (UAC) e a Faculdade de Direito de Bissau de Guiné-Bissau, no continente africano.

ambiente. Nele, as sementes são acolhidas no seu processo de germinação. Quem se dedica ao jardim e se relaciona com as sementes sabe que cada uma carrega uma floresta, carrega alimento, carrega novas e múltiplas possibilidades.



Fig. 1 – Uma das plantas do projeto. Fonte: As autoras.

A escolha pelo Jardim se dá em uma analogia com a vida. Somos diversos, habitamos a mesma Casa comum¹, sendo assim responsáveis pelas pessoas deste território comum. Porque, como as sementes, cada um de nós carrega múltiplas possibilidades. Neste contexto, não é justo que um só ser sinta fome ou tenha acesso limitado à alimentação.

Em relação ao Solidário, a escolha se deu por entendermos que a solidariedade implica na acolhida entre os humanos. A solidariedade é extremamente necessária na garantia da sobrevivência, de forma cooperativa e recíproca. O Jardim Solidário é um espaço de cooperação. O projeto consiste na troca de mudas de plantas por alimentos. Quem chega com um item não perecível pode escolher uma muda. Os alimentos são então doados a quem está com fome ou em situação de insegurança alimentar.

¹ Refere-se a um conceito cunhado pelo Papa Francisco e traz a ideia de que o planeta é o lar de todos os seres vivos.

O projeto passou por diversas fases. Inicialmente, ele foi desenvolvido na comunidade de Coqueiral, localizada na Região Político-Administrativa do Recife - RPA5. Cortado pelo Rio Tejipió¹, Coqueiral é um território periférico em situação de vulnerabilidade econômica e social. Em seu entorno existem diversos bairros na mesma situação, ou seja, em condições socioeconômicas atravessadas por manifestações da desigualdade.

Na comunidade de Coqueiral está situado o Instituto Solidare² que desenvolve uma série de ações, por meio de projetos e programas para a comunidade, no intuito de alterar a situação de uma população sem acesso aos direitos. Em uma parceria estabelecida do Instituto com a Universidade Católica de Pernambuco, fomos à comunidade e implementamos a proposta do Jardim Solidário, acolhida com entusiasmo.

Logo o projeto ganhou uma logomarca, um espaço, página no Instagram e voluntárias, vinculadas ao Instituto. Um fato a destacar é que em 2022 uma das enchentes do Rio Tejipió inundou a comunidade de Coqueiral e o espaço do projeto foi bastante impactado. As mudas ficaram cobertas por lama, mas foi possível recuperar a maior parte delas.

O alimento arrecadado (itens não perecíveis) era entregue ao Instituto, que se encarregava de doar às famílias já cadastradas nos projetos existentes. No processo de troca, as pessoas podiam escolher uma muda de cactos, suculentas, orquídeas, rosa do deserto, plantas ornamentais,

¹ O rio Tejipió é um curso d'água que banha a Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, no Brasil. Nasce no município de São Lourenço da Mata, tendo apenas 20 quilômetros de extensão. Serve como divisa entre os municípios de Recife e Jaboatão. Passa pelos bairros Curado, Cavaleiro, Coqueiral, Tejipió, Totó, Barro, Areias, Caçote, Ibura, Imbiribeira e Vila do Ipsep. Deságua no Rio Capibaribe. Corre nas divisas do sul – nos limites entre Jaboatão e Recife (Curado e Cavaleiro) – e, prosseguindo, recebe o ribeiro Pacheco. Depois, adentra pelas terras dos antigos engenhos Peres, Uchoa e Ibura, onde passa a receber água do riacho Jiquiá. Daí, segue serpenteando até Afogados, até desaguar no Rio Capibaribe.

² O Instituto Solidare é uma organização da sociedade civil de direito privado, do segmento da assistência social. Tem como missão promover o desenvolvimento social, político e pedagógico, de crianças e adolescentes, a partir de suas famílias, sem distinção de sexo, etnia e credo; contribuindo para formação cidadã

entre outras. Além de trocar por alimentos, as plantas também eram vendidas e, com o valor arrecadado, comprávamos comida para doar.



Fig.2 - Equipe do Projeto. Professora, estagiária e voluntárias. Fonte: registro pessoal.

O projeto tem a coordenação das professoras Valdenice Raimundo e Cirlene Sales. Contamos, além das voluntárias, com uma bolsista do Programa Pernambuco na Universidade¹ (Prouni-PE), Maria Augusta Batista de Lucena, aluna do curso de Serviço Social. O Projeto participou de feiras, atividades em empresas, eventos na universidade e na igreja Batista em Coqueiral, que abriga o Instituto Solidare.

O Jardim solidário, além de contribuir com as ações de enfrentamento a fome, atua ainda em outras áreas importantes, tais como:

¹ É destinado à concessão de bolsas de estudo do ensino superior para alunos vinculados a Instituições de Ensino Superior – IES. O PROUNI-PE tem por objetivo a formação de pessoas em nível superior, prioritariamente nos cursos de áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, através da concessão de subsídio financeiro e do atendimento às demandas dos setores econômicos do Estado de Pernambuco, propiciando melhor qualificação de recursos humanos para a sociedade e inclusão social e laboral para os bolsistas.

-
- Autocuidado – cuidar de plantas pode ser uma atividade terapêutica, ajuda no autocuidado, reduzindo o estresse e a ansiedade, ao promover tranquilidade. É um lugar de estímulo à criatividade.
 - Relação com a natureza – trazendo benefícios como o fortalecimento do sistema imunológico, a redução do stress e melhora a qualidade do sono;
 - Promover reflexões acerca de uma proposta de desenvolvimento sustentável que colabore com a transformação da sociedade;
 - Solidariedade – ser sensível a necessidade da outra pessoa, nos humaniza.

Essas contribuições ampliam os objetivos do projeto, com impactos sobre as famílias beneficiadas, nas pessoas que trocam o alimento por uma plantinha e, ainda, todos e todas que desenvolvem a proposta. Todas ações são regularmente planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas por todos os envolvidos.

Em 2024 o projeto passou a integrar uma rede internacional, dialogando com ações de outras universidades, como já mencionado anteriormente. Nesta rede há um compartilhamento das experiências, visando perceber o que temos em comum, o que é específico de cada experiência e o podemos aprender uns com os outros.

As ações do Jardim solidário e o diálogo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

As ações desenvolvidas pelo Jardim Solidário dialogam com o Plano de Ação Global, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) visam erradicar a pobreza, a proteção do planeta e a garantia da paz e da prosperidade para todos até 2030. Contudo, entendemos que isso só será possível por meio do enfrentamento às desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

A fome e a insegurança alimentar não podem ser entendidas apenas como ausência de alimento, como já dissemos anteriormente, envolve a profunda desigualdade social, a pobreza e a falta de acesso justo aos recursos ambientais.

O conjunto das desigualdades é produzido por um sistema focado no lucro e racista. Podemos afirmar que enquanto houver fome, nenhum outro aspecto da vida será sustentável. Estamos diante de um desafio multidimensional à Agenda 2030, pois a fome é transversal aos demais objetivos. Como exemplo, podemos destacar que o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, dialoga com o ODS 1 - Erradicação da Pobreza, com o ODS 10 - Redução das Desigualdades.

A fome é um fenômeno que afeta a saúde (ODS 3), a educação (ODS 4), a igualdade de gênero (ODS 5) e a paz (ODS 16). É preciso destacar que, na realidade brasileira, o racismo aprofunda todas as questões aqui trabalhadas. O racismo estrutural tem, historicamente, relegado pessoas negras e pardas ao não acesso à alimentação adequada, o que tem como consequência uma maior insegurança alimentar e o pior estado nutricional para esses grupos, enfatizando que para os lares chefiados por mulheres negras a questão se agrava.

Diante disto, podemos afirmar que as iniciativas extensionistas, traduzidas em ações concretas, podem contribuir para o fortalecimento dos compromissos globais.

Da trajetória aos resultados: caminhos percorridos e aprendizados construídos

Os resultados aqui apresentados não são quantitativos e sim qualitativos. Entendemos como resultado, deste projeto de extensão, o que concretamente foi gerado a partir das ações realizadas com foco na alteração da realidade social e no fortalecimento do vínculo entre a universidade e a comunidade. Diante disto, elencaremos alguns resultados:

-
1. Inferimos que diante dos itens alimentícios doados, houve mudanças, por menor que tenha sido, na qualidade de vida das pessoas beneficiadas. Entendemos que a questão da fome está vinculada a uma questão estrutural e política, logo nossas ações, podem ser entendidas como paliativas, mas também como um canal de sensibilização e denúncia da ausência de uma ação estatal que possa erradicá-la.
 2. Espaço de geração de saberes aplicados e surgimento de novos saberes, com base na vivência e no diálogo entre conhecimento acadêmico e comunitários.
 3. As/os estudantes e voluntários envolvidas/os puderem desenvolver valores como empatia e leitura crítica desta realidade.
 4. Fortalecimento das instituições e universidades envolvidas.

Diante do exposto, ponderando os benefícios promovidos pelo projeto, foi possível observar que as ações atenderam emergencialmente às pessoas atendidas, bem como conseguiram motivar os estudantes, voluntários e coordenação do projeto a estarem atentos as desigualdades sociais e entenderem que não são naturais. O retorno quanto à participação da bolsista Prouni-PE foi muito positivo, uma vez que contribuiu para o seu desenvolvimento individual e o fortalecimento da sua formação profissional. O projeto, portanto, possibilitou a relação entre a universidade e a comunidade, ao desenvolver atividades indissociáveis entre extensão, ensino e pesquisa.

Entendemos que a fome é uma Problemática que precisa ser lembrada. Trindade (1944)¹ já dizia: Trem sujo da Leopoldina Correndo, correndo, parece dizer: Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome...

A fome e a insegurança alimentar têm marcado a vida de diversas pessoas e grupos no Brasil. A fome é resultado da desigualdade produzida pela

¹ Esse poema permaneceu inédito até 2008, quando foi revelado por sua filha Raquel Trindade.

organização social capitalista, geradora de produção de riqueza não acesada pelas pessoas que a produzem. O Brasil é um país continental e as injustiças sociais e sua distribuição impactam as regiões de formas diferentes.

A história de quase quatro séculos de escravidão e nosso largo passado colonial criaram profundas clivagens entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens. Tal distanciamento marcou a forma com a qual organizamos nossa sociedade, nossa economia e nosso Estado, diminuindo sua capacidade redistributiva. Em outras palavras, não só nossa economia beneficia poucos, mas também nosso Estado e nossa organização social contribuem para perpetuar desigualdades (Oxfam, 2017. p. 39).

É muito contraditório que um país com acesso a avanços tecnológicos como a Internet das Coisas, a Inteligência Artificial, robótica na saúde, bioinformática, drones e outras descobertas, tenha, ao mesmo tempo, pessoas sem acesso regular à alimentação e outras sem ter o que comer. Ou seja, elas têm negado um direito essencial. E, nesse ponto, é preciso compreender a fome como uma questão de ordem econômica e política.



Fig. 3 - Projeto sendo apresentado na Unicap para a população idosa, da UNICAP PRATA. Fonte: Unicap/Imagem.

Não são poucos os autores e autoras que se debruçaram sobre as situações advindas das desigualdades produtoras do não acesso igualitário a alimentação. Como indica o sociólogo Josué de Castro, na década de 1940, em seu livro *Geografia da Fome*: “O que falta é vontade política para mobilizar recursos a favor dos que têm fome. A fome é a expressão biológica de males sociológicos”. Ou Carolina de Jesus, na década de 1960, em seu livro *Quarto de Despejo*: “A pior coisa do mundo é a fome!”. Ela também foi anunciada no poema de Manoel Bandeira, na década de 1940:

Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho meu Deus, era um homem (Bandeira, 1947).

A fome sempre esteve presente na realidade brasileira, tendo sido tratada de formas distintas em diferentes conjunturas. A iniciativa extensionista aqui apresentada situa-se no período imediatamente após a pandemia, em uma conjuntura, como mencionamos anteriormente, na qual o Brasil havia retornado ao Mapa da Fome.

Segundo o relatório *Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo - SOFI (2023)* da Organização Mundial das Nações Unidas, o Brasil havia saído do Mapa da Fome em 2014. No entanto, retorna em 2019 e permanece até 2022. A esse período foram agregados os impactos da pandemia da Covid 19 e um governo¹ que contribuiu com o retrocesso dos direitos conquistados.

Assim, a fome e a insegurança alimentar tornaram-se um desafio para milhões de brasileiros. O cenário de crise se aprofundou, pois o governo não tinha compromisso com a agenda social, mesmo frente a um conjunto de acontecimentos que demandavam um posicionamento solidário. Entendemos ser o pano de fundo da fome as profundas contradições e

¹ A referência é ao governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Seu governo correspondeu aos anos de 2019-2022.

desigualdades da sociedade brasileira. A pandemia aprofundou o problema no país.

Durante a pandemia, o quadro de fome e insegurança alimentar avançou em todas as regiões do país, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, organizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste contexto, diversos movimentos e coletivos se organizaram com base na solidariedade. Na ausência de ações concretas por parte do Governo Federal, entram em cena os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, organizações não governamentais, igrejas, artistas, grupos de amigos, universidades: instaura-se um grande movimento embalado pela frase: Quem tem fome tem pressa¹.

Havia no ar um pedido de urgência. A fome é um efeito da questão social² e, como tal, combatê-la precisa ser prioridade do Estado, através de políticas públicas eficazes.

(...) a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais —a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países —em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (Behring; Boschetti, 2016, p. 156).

¹ A frase foi cunhada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na década de 1990.

² Para Iamamoto a questão social é o “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mante-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (2003, p. 27).

Em uma organização social capitalista o acesso aos direitos se dá através das políticas públicas. Ter garantida a própria alimentação é um direito fundamental. Contudo, o Estado responde a isso com intervenções esporádicas e imediatas, quando, em nossa compreensão, elas precisam ser contínuas e estruturais

Considerações Finais

O enfrentamento a fome no Brasil exige ações estruturais, políticas públicas eficazes e o comprometimento de diversos setores da sociedade. Neste contexto, o Projeto de Extensão aqui apresentado mostrou-se uma iniciativa significativa ao articular universidade e comunidade em torno de questões urgentes e persistentes: a fome e a insegurança alimentar.

A proposta de trocar mudas de plantas por alimentos, mais do que uma ação simbólica, se revelou uma estratégia potente de mobilização, reflexão e denúncia. Ao promover a participação de estudantes, professores e voluntários da comunidade, o projeto instaurou um espaço de confiança, solidariedade e responsabilidade coletiva, onde o cuidado com a terra e com o outro podem caminhar juntos.

O projeto tem contribuído para a formação crítica dos envolvidos, ao possibilitar o debate sobre as raízes estruturais da fome, a ausência de políticas públicas consistentes e a urgência de práticas transformadoras. Nesse sentido, a extensão universitária reafirma seu papel como ponte entre o saber acadêmico e os saberes comunitários, provocando mudanças concretas, ainda que em pequena escala, e formando sujeitos mais sensíveis, engajados e conscientes.

Em um cenário marcado por desigualdades, a continuidade e o fortalecimento de ações como essa são fundamentais não apenas para

aliviar a fome imediata, mas também para fomentar uma cultura de cuidado, justiça social e construção coletiva de alternativas sustentáveis.

Espera-se que a experiência contribua para o fortalecimento da extensão e estimule a práxis extensionista no ensino e na pesquisa. Possa ainda, fortalecer a comunidade e promover a inclusão social.

Referências

BANDEIRA, M. O **bicho**. Disponível: <https://www.escritas.org/pt/t/4828/o-bicho>. Acesso em: 05/04/ 2025.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

OXFAM. **A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras**. OXFAM Brasil, 2017. p. 39.

SOBRE AS AUTORAS

Valdenice José Raimundo

Doutora em Serviço Social. Professora da graduação e pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Coordenadora do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos.

Coordenadora do Projeto de Extensão Jardim Solidário.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4595497931112345>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2870-4064>

E-mail: valdenice.raimundo@unicap.br

Cirlene Sales da Silva

Doutora em Psicologia Clínica. Professora da graduação e pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Coordenadora do Projeto de Extensão Jardim Solidário.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0700805958306043>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5707-7776>

E-mail: cirlene.silva@unicap.br



CAPÍTULO 8

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO À SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR DO GRUPO DE EXTENSÃO “ALIMENTANDO O BEM: SABORES SUSTENTÁVEIS

D.O.I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17023199>

João Guilherme Caribé Bastos Gonçalves

Lorena Barros Cavalcanti

Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos

Essa iniciativa incentiva práticas alimentares mais sustentáveis, com foco no consumo integral dos alimentos, visando reduzir o desperdício e maximizar seu aproveitamento. A atuação do grupo no evento contou com uma apresentação inicial sobre sustentabilidade alimentar, conduzida pela professora orientadora, seguida da execução de receitas sustentáveis monitoradas pelos integrantes do projeto. O projeto está fortemente alinhado com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis. Dessa forma, a importância do projeto torna-se evidente, pois promove a conscientização e a mudança de hábitos dos participantes em relação às práticas alimentares sustentáveis. O projeto de extensão "Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis" desempenha um papel essencial na transformação social ao difundir conhecimentos adquiridos na universidade e replicá-los para a comunidade.

Palavras-chave: Extensão comunitária. Alimentação sustentável. Aproveitamento Integral dos Alimentos. Organização das Nações Unidas. Desperdício de alimentos.



Introdução

A insegurança alimentar é um dos principais desafios globais, afetando milhões de pessoas diariamente. Esse problema não se limita à qualidade dos alimentos, mas diz respeito também à incerteza sobre o acesso regular à alimentação. O Brasil ainda enfrenta altos índices de pobreza, o que impacta diretamente na segurança alimentar da população. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2024), houve uma redução de 85% nos casos de insegurança alimentar severa. No entanto, a fome e o desperdício de alimentos continuam sendo questões preocupantes.

Diante desse cenário, o projeto de extensão "Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis" surge como uma alternativa para incentivar o aproveitamento integral dos alimentos e reduzir o desperdício alimentar. Composto por estudantes de Nutrição da Unicap do terceiro e quarto período, o projeto promove oficinas em eventos universitários e comunitários voltados para práticas sustentáveis na cozinha. Essas atividades visam engajar a sociedade no combate ao desperdício, aliando educação, nutrição e sustentabilidade.

Durante a IV edição do Congresso Nacional de Biotecnologia, Ambiente, Saúde e Educação (IV CONBASE), o projeto realizou uma oficina que uniu teoria e prática sobre o consumo sustentável de alimentos. Nessa oficina, os participantes externos do congresso tiveram a oportunidade de aprender e praticar receitas que utilizam partes não convencionais dos alimentos, como bolo de casca de banana, muffin de talo de agrião, suco da casca de abacaxi e o tempero caseiro a base de casca de limão desidratada.

Além de promover a conscientização sobre o valor nutricional dos alimentos, o projeto fortalece a comunidade em torno de práticas que beneficiam o meio ambiente, a economia e a saúde pública, garantindo mais formas de atingir segurança alimentar. Iniciativas como essa são essenciais para construir um futuro mais sustentável e justo.

Este artigo busca analisar a importância do aproveitamento integral dos alimentos no combate ao desperdício alimentar e sua contribuição para a sustentabilidade, com foco nas atividades desenvolvidas no IV CONBASE e sua relação com os princípios da alimentação sustentável e os desafios contemporâneos da segurança alimentar.

O projeto também está diretamente alinhado à Agenda 2030 da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos para o Brasil. Em especial o (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis. Nesse contexto, o aproveitamento integral dos alimentos, que é o principal tema do projeto de extensão, surge como uma estratégia relevante para a redução do desperdício e para a promoção de uma alimentação mais sustentável e nutritiva.

No Brasil, um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, observa-se um paradoxo: enquanto uma parcela significativa da população enfrenta insegurança alimentar, grandes quantidades de alimentos são descartadas, muitas vezes em condições próprias para consumo. Segundo o site do Embrapa (2024), com base em dados da FAO, aproximadamente 28% dos alimentos que chegam ao final da cadeia em países latino-americanos são desperdiçados. Nesse contexto, o aproveitamento integral dos alimentos surge como uma estratégia relevante para a redução do desperdício e para a promoção de uma alimentação mais sustentável.

O curso de Nutrição abrange aspectos que vão além da tradicional prescrição de dietas em clínicas. “Devendo-se destacar que nosso país convive com enfermidades típicas de países subdesenvolvidos, cuja causa é a fome e a desnutrição, resultado de uma associação de má alimentação e nutrição, bem como de um inadequado estilo de vida” (GEUS et al., 2011). Devido a essa realidade, uma das áreas que mais demanda atenção é aquela em que o nutricionista atua no combate à desnutrição de uma comunidade, uma vez que esse termo carrega um significado oposto à essência do curso. Enquanto a Nutrição tem como objetivo garantir a ingestão adequada de nutrientes, promovendo saúde e bem-estar, a

desnutrição representa a consequência patológica da falta desses cuidados promovidos pelo profissional de Nutrição.

Diante da importância do combate à desnutrição, o projeto de extensão "Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis" surge com uma proposta efetiva de atuação, ensinando e incentivando o consumo de alimentos em sua totalidade. É importante destacar que cascas, talos e sementes são frequentemente descartados no preparo tradicional dos alimentos, porém, esses alimentos ainda possuem um ótimo valor nutricional. Essas partes podem e devem ser reaproveitadas de maneira adequada na culinária para reduzir o desperdício e enriquecer e aumentar a alimentação das pessoas.

O aproveitamento integral dos alimentos visa difundir boas práticas, especialmente entre a população mais carente, que já enfrenta algum nível de desnutrição e/ou insegurança alimentar. Esse cenário se agrava devido à diminuição do poder de compra da população, associada ao aumento dos preços dos alimentos e à baixa renda média. Além de garantir o aproveitamento máximo dos nutrientes, essa iniciativa também promove a economia doméstica para muitas pessoas, sabendo que a pobreza no Brasil ainda afeta cerca de 59 milhões de brasileiros (IBGE, 2024).

Apresentação do projeto

Criado no ano de 2024 e, contemplado na 3ª chamada do edital "Extensão Universitária e Aprendizagem e Serviço", da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), através do programa UNISERVITATE, iniciativa da Porticus e coordenado pelo Centro Latino-Americano de Aprendizagem em Serviço Solidário (CLAYSS), que tem o objetivo gerar uma mudança sistêmica nas Instituições Católicas de Ensino Superior (ICES) por meio da institucionalização da Aprendizagem e Serviço (A+S).

O projeto de extensão "Alimentando o bem: sabores sustentáveis" surgiu da necessidade de tornar conhecido e incentivar a população a realizar o

aproveitamento integral dos alimentos, utilizando as partes menos convencionais dos alimentos, tendo em vista o seu potencial nutritivo.

Sob a coordenação da Profa. Dra. Natália Carvalho, o projeto conta com a atuação de 09 estudantes do curso de graduação em Nutrição da UNICAP, que se reúnem periodicamente para o planejamento de ações para serem realizadas ao longo do semestre. Dentre as ações, estão oficinas culinárias, palestras, e ao fim do projeto, a criação de um E-book com as receitas desenvolvidas pelos estudantes, para que possa ser divulgado com os interessados.

O público-alvo contempla a população de comunidades, escolas e projetos locais que apresentarem o interesse de incorporar estes conhecimentos, com o objetivo de contribuir com melhor aporte nutricional, superando as desigualdades sociais.

Impacto do projeto

No que diz respeito à atuação do projeto de extensão, o grupo participou do evento promovido pela Unicap entre os dias 06 e 08 de novembro de 2024, o IV Congresso Nacional de Biotecnologia, Ambiente, Saúde e Educação (IV CONBASE), cujo tema foi “Desafios e Soluções para um Futuro Sustentável”. A oficina foi planejada pela orientadora do projeto e teve início com uma apresentação expositiva em slides sobre a sustentabilidade na utilização dos alimentos, direcionada aos congressistas. Em seguida, foi realizada a parte prática na cozinha do curso de Nutrição, onde os participantes tiveram contato com os alimentos e as receitas sustentáveis propostas. No momento da prática culinária, foram preparadas quatro receitas sustentáveis, supervisionadas pela professora orientadora e monitoradas por dois integrantes do grupo de extensão. As receitas incluíram: muffin de talo de agrião, bolo de casca de banana, suco da casca de abacaxi e lemon pepper caseiro.

As receitas foram testadas previamente pelos alunos do projeto e executadas em conjunto com os congressistas, sob a orientação da professora. O momento de preparo das receitas sustentáveis promoveu integração entre monitores e participantes, criando um ambiente dinâmico e interativo. Cada monitor iniciou a preparação de uma das receitas, e os congressistas foram divididos em dois grupos para acompanhar o processo. Durante a execução, houve muita interação e troca de experiências, com os participantes circulando entre as bancadas de preparo para acompanhar diferentes técnicas culinárias.

Além do ambiente amistoso e colaborativo, ao final de cada receita, os congressistas expressaram grande surpresa e entusiasmo ao experimentar os pratos preparados. Entre as frases mais ouvidas durante a oficina, destacam-se:

“Nossa, o suco da casca de abacaxi tem o gosto do abacaxi!”
“Nunca imaginaria que o bolo de casca de banana teria gosto da fruta em si.” “Esse muffin de talo de agrião está muito bom, parece até de frango!” “O cheiro do lemon pepper caseiro está muito bom!”

Esses comentários demonstram a aceitação positiva das receitas e reforçam a importância do aproveitamento integral dos alimentos como alternativa sustentável e viável na alimentação cotidiana.

O objetivo nessa ocasião do IV CONBASE foi difundir essas receitas e práticas sustentáveis foi atingido com aproveitamento, impactando positivamente a sociedade, incentivando hábitos que reduzam o desperdício de alimentos.



Figura 1 - Parte teórica do minicurso de Aproveitamento integral dos alimentos realizado no IV CONBASE. Fonte: os autores.

Durante o minicurso, primeiramente foi realizado o aporte teórico sobre o tema, com a verificação do nível de conhecimento dos participantes, seguido de uma discussão mais aprofundada do assunto e as principais atualizações científicas sobre o impacto da dessas escolhas alimentares (Figura 1). Logo após, foi realizada a parte prática, conduzida pelos monitores da oficina, integrantes do projeto de extensão, com a execução de quatro receitas criativas, todas aproveitando integralmente os alimentos (Figura 2).



Figura 2 - Oficina de Aproveitamento integral dos alimentos, durante minicurso realizado no IV CONBASE. Fonte: os autores.

A primeira receita foi o bolo de casca de banana, uma alternativa saudável, já que essa parte da fruta é rica em fibras e minerais, contendo mais nutrientes que a própria polpa. A casca da banana possui potássio, cálcio, luteína, ômega-3, ômega-6 e magnésio, tornando-se um ingrediente altamente nutritivo (Figura 3).



*Figura 3 - Elaboração de receita do bolo de casca de banana, pelos alunos inscritos na Oficina de Aproveitamento integral dos alimentos, promovida pelo projeto de extensão Alimentando o bem: sabores sustentáveis, durante minicurso realizado no IV CONBASE.
Fonte: os autores.*

A segunda receita preparada foi o muffin de talo de agrião (Figura 4). Nesse preparo, foi possível transformar a parte do agrião que normalmente seria descartada em uma massa rica em vitamina C, vitamina A e flavonoides, compostos bioativos com ação antioxidante e anti-inflamatória.



Figura 4 - Muffin de talos de agrião e bolo de casca de banana, produzidos durante a oficina de Aproveitamento integral dos alimentos, promovida pelo projeto de extensão *Alimentando o bem: sabores sustentáveis*, durante minicurso realizado no IV CONBASE. Fonte: os autores

A terceira preparação foi o suco de casca de abacaxi, que contém vitamina C e bromelina, uma enzima com propriedades anti-inflamatórias que também auxilia no funcionamento intestinal.

Além disso, foi elaborado um tempero caseiro à base da casca do limão desidratada, amplamente utilizado na culinária brasileira: o *lemon pepper*. Esse condimento possui vitamina C, ácido cítrico, folato, magnésio, fósforo, potássio e ferro, agregando sabor e benefícios nutricionais às preparações. Essas receitas não apenas proporcionam um maior

aproveitamento dos alimentos, mas também geram mudanças de comportamento nos congressistas, que se tornaram multiplicadores do conhecimento ao demonstrarem assimilação do conteúdo ministrado e um comprometimento genuíno em modificar seus hábitos e influenciar as práticas alimentares das pessoas ao seu redor.

O projeto é pertinente tanto para a comunidade acadêmica quanto, principalmente, para o público externo, que é o principal alvo das ações do projeto de extensão. Esse aprendizado promove uma mudança de mentalidade e comportamento. Além disso, o projeto e suas intervenções estão intrinsecamente ligados à Organização das Nações Unidas e à sua Agenda 2030, assinada por 193 países, incluindo o Brasil, que prevê melhorias no desenvolvimento sustentável em nível global.

A Agenda 2030 da ONU representa um esforço coletivo para enfrentar os principais desafios globais, como as mudanças climáticas, as desigualdades sociais e econômicas e a escassez de recursos naturais. Segundo as Nações Unidas (2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos para orientar ações globais que promovam a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. O projeto de extensão "Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis" contribui para essas metas ao promover práticas que combatem o desperdício de alimentos e incentivam sua utilização sustentável. A abordagem desenvolvida pelo grupo é fundamental para a construção de um futuro mais sustentável, alinhando-se diretamente aos ODS da ONU.

Em particular, destacam-se os ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e o ODS 12 – Consumo e Produção Sustentável. O ODS 2 visa erradicar a fome e garantir o acesso universal a alimentos nutritivos, um objetivo essencial que o projeto busca atingir por meio de soluções efetivas e práticas. Já o ODS 12 propõe a redução do desperdício e o consumo responsável de recursos, o que também está diretamente relacionado às boas práticas sustentáveis na cozinha, ensinadas e abordadas como temática central na intervenção realizada pelo grupo do projeto de extensão.

Considerações finais

Após a experiência relatada no projeto de extensão "Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis" na IV CONBASE, é possível afirmar que o projeto atingiu seus objetivos de maneira significativa, promovendo o aproveitamento integral dos alimentos e contribuindo para a redução do desperdício, ao mesmo tempo em que disseminou práticas alimentares sustentáveis. A abordagem criativa nas receitas e a metodologia adotada pelo grupo demonstraram grande eficácia na transformação do comportamento dos participantes, que mostraram um engajamento significativo durante as oficinas. Esse impacto positivo foi evidente tanto no meio acadêmico quanto na comunidade externa.

Além disso, o alinhamento do projeto com a Agenda 2030 da ONU, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, e ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis, reforça sua relevância não apenas no contexto nacional, mas também global. Isso é especialmente importante em um cenário onde a insegurança alimentar continua sendo um desafio em várias regiões do mundo.

As experiências adquiridas ao longo do projeto ressaltam a importância das extensões universitárias como ferramentas poderosas para a transmissão do conhecimento acadêmico à comunidade, ao mesmo tempo que contribuem para a formação prática e cidadã dos estudantes. Este tipo de iniciativa, além de gerar benefícios diretos para os participantes, cumpre um papel essencial no fortalecimento da conexão entre universidade e sociedade, oferecendo soluções práticas para problemas sociais urgentes.

Referências

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2025, março 16). *Perdas e desperdício de alimentos*. Embrapa Brasil. <https://www.embrapa.br/tema-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/sobre-o-tema>

FAO. (2024). *The state of food security and nutrition in the world 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. <https://doi.org/10.4060/cd1254en>

Geus, L. M. M. de, Maciel, C. S., Burda, I. C. A., Daros, S. J., Batistel, S., Martins, T. C. A., Ferreira, V. A., & Ditterich, R. G. (2011). A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(supl. 1), 797–804. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700010>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024, março 14). *Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

Nações Unidas. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável: Agenda 2030*. Brasília: Governo Federal. <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/cartilhas/nacoes-unidas-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-agenda-2030.pdf>

SOBRE OS AUTORES

Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos

Professora Assistente II da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) Coordenadora dos cursos de Nutrição, Enfermagem e Farmácia – UNICAP Doutora e Mestre em Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFPE Graduada em Nutrição pela UFPE (2011) Membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Inovação e Cuidado em Saúde (GPTICS – UNICAP) e do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP – UNICAP)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9697796357008242>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5508-6214>

E-mail: natalia.vasconcelos@unicap.br

João Guilherme Caribé Bastos Gonçalves

Discente do curso de Nutrição da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Estudante do 3º período. Integrante do projeto de extensão “Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis”. Áreas de interesse: Nutrição Clínica, Qualidade dos Alimentos, Vigilância Sanitária e Gestão de UAN

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5637031056269700>

E-mail: joao.00000854765@unicap.br

Lorena Barros Cavalcanti

Discente do curso de Nutrição da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Participante de projeto acadêmico com atuação em pesquisa e práticas em Nutrição. Interesse em Nutrição Clínica e promoção da saúde por meio da alimentação adequada

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4878006177277239>

E-mail: lorena.00000854005@unicap.br



CAPÍTULO 9

TRANSFORMANDO DESPERDÍCIO EM OPORTUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “ALIMENTANDO O BEM: SABORES SUSTENTÁVEIS”, COM APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTOS

D.O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17023570>

Amanda Domingos Mendonça

Gabriela Veríssimo Alves da Trindade

Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos

Tainá Arana Moraes de Vasconcelos

Talyta da Silva Tavares

Thayná Vitória Buarque Bezerra



Embora seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o Brasil enfrenta uma grave insegurança alimentar, enquanto grandes quantidades de comida são descartadas anualmente. O projeto analisa as causas e impactos desse desperdício nos âmbitos social, econômico e ambiental e também apresenta uma experiência realizada na Semana de Integração Universidade Católica e Sociedade (SIUCS), que apresentou alternativas práticas para reduzir o desperdício, como o uso de cascas e sementes em preparações culinárias. A iniciativa reforçou a necessidade da conscientização social para minimizar desigualdades alimentares. Conclui-se que a redução do desperdício exige esforços conjuntos do governo, setor privado e sociedade civil e medidas como educação alimentar e incentivo ao consumo sustentável são essenciais para garantir o direito à alimentação adequada.

Palavras-chave: Fome. Desperdício De Alimentos. Segurança Alimentar, Sustentabilidade, Aproveitamento Integral Dos Alimentos, Impactos Ambientais, Políticas Públicas.

Introdução

A fome no Brasil é uma realidade intrincada, firmemente estabelecida em desigualdades sociais e econômicas (Oxfam Brasil, 2021). Apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo (Embrapa, 2022), o país enfrenta um paradoxo alarmante: milhões de brasileiros sofrem com a insegurança alimentar, enquanto vastas quantidades de alimentos são desperdiçadas.

Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2022, 33,1 milhões de pessoas no Brasil não tinham o que comer (OLHE PARA A FOME, 2025). Essa situação crítica evidencia a urgência de compreendermos as causas e consequências da fome no país, bem como de buscarmos soluções eficazes para garantir o direito humano à alimentação adequada.

No Brasil, cerca de 30% da produção de alimentos é desperdiçada a cada ano. Esse dado faz com que o país se destaque no ranking global de desperdício de alimentos, ocupando a décima posição (ONU, 2021). Ao mesmo tempo, resultados recentes indicam que milhões de brasileiros sofrem com a insegurança alimentar. De acordo com o IBGE, em 2023, 27,6% dos lares brasileiros lidavam com algum nível de insegurança alimentar. Essa crise se contrapõe à vasta produção agrícola produção agrícola e a riqueza de recursos naturais presentes no país.

O desperdício de alimentos agrava a fome ao produzir detritos que contaminam o ar, a água e o solo, ao final do processo, potencializando as alterações climáticas (WWF, 2021). A garantia de acesso constante e contínuo a alimentos de alta qualidade é vital para combater a fome, a desnutrição e o desperdício, além de cultivar a sustentabilidade ambiental (FIAN Brasil, 2020).

Este trabalho surge como uma estratégia para otimizar o uso dos recursos alimentares, reduzir perdas e contribuir para a segurança alimentar e nutricional. A valorização de partes usualmente descartadas, mas com potencial nutritivo, representa uma alternativa viável para melhorar o aporte de nutrientes, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 da ONU – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

A fome e a desnutrição no Brasil

A fome é um dos desafios mais urgentes e complexos, ao longo da história humana. Embora o avanço da tecnologia tenha possibilitado o crescimento da produção de alimentos, milhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação suficiente, principalmente em áreas mais vulneráveis economicamente.

O livro “Geografia da Fome” de Josué de Castro, publicado em 1946, faz uma análise sobre as causas da fome, tratando-a não como resultado de condições naturais, mas como uma consequência de desigualdades sociais e políticas estruturais

A fome não se manifesta apenas pela falta de alimentos, mas também pela má distribuição de recursos, desigualdades entre diferentes grupos sociais e regiões. A concentração de terras, a exploração de recursos naturais para exportação e a ausência de políticas públicas eficazes contribuem para agravar a situação. O impacto da fome vai muito além da saúde física, afetando o desenvolvimento social, a educação e a economia das populações afetadas.

A obra de Josué de Castro, ao discutir a fome, também ajuda a entender como a desnutrição é um reflexo de um sistema desigual. Ele aponta a necessidade de transformar as bases econômicas e sociais para combater não apenas a fome, mas também suas consequências, como a desnutrição em todas as suas formas.

A desnutrição é uma condição física, causada pela falta de nutrientes essenciais no organismo, que compromete o funcionamento adequado do corpo e prejudica a saúde em vários níveis. Ela pode ocorrer devido ao consumo insuficiente de alimentos ou à falta de diversidade na dieta, resultando em deficiências de vitaminas, minerais, proteínas ou energia.

De acordo com uma pesquisa realizada pela ONU, 8,4 milhões de brasileiros estão em situação de fome, e no mundo, cerca de 733 milhões. Esses números revelam a gravidade do problema da fome em uma escala nacional e global. A insegurança alimentar não é apenas uma questão de privação física; ela está profundamente conectada a desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Portanto, combater a fome exige uma abordagem integrada, que inclua investimentos em políticas sociais, redistribuição justa de recursos e promoção de práticas sustentáveis. O enfrentamento desse desafio não apenas assegura o direito básico à alimentação, mas também fortalece as bases para um desenvolvimento humano mais justo e equitativo.

Apresentação do problema

O desperdício de alimentos é um problema que está presente em todo o mundo e no Brasil. Apesar do país ser considerado o “celeiro do mundo”, importante na produção e exportação de alimentos, também é um dos que mais desperdiçam devido à fatores estruturais, econômicos e culturais.

Segundo dados da ONU, cerca de 46 milhões de toneladas de alimento são desperdiçados por ano no Brasil, esse, ocupando a 10^a posição no ranking global de desperdício. Além de quê, isso está mais associado ao fato de haver problemas na questão de transporte e infraestrutura de armazenamento desses alimentos, do que, o desperdício doméstico – que é um dos mais lembrados quando se pensa em perda de alimentos.

Devido a esse contexto, já existem investimentos para que haja a redução do desperdício ao longo da cadeia de produção, visto que, não é um fato isolado do Brasil. Sendo assim, é de suma importância que o país trabalhe em busca de medidas concretas para o aumento da segurança alimentar, sendo uma dessas, o aproveitamento integral dos alimentos como forma de diminuir as disparidades alimentícias e o desperdício como um todo.

Ademais, ter esse pensamento como um dos pilares da diminuição das disparidades socioeconômicas é extremamente notável, justamente pelo direito humano à alimentação estar assegurado na Constituição Federal de 1988.

Art. 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Infelizmente, na maioria das vezes, isso se torna uma convicção utópica. Por não ser a realidade vista ao longo dos anos, o que se tem de algo concreto são pessoas com realidades socioeconômicas muito altas com uma abundância de alimentos desperdiçando. Enquanto pessoas de camadas mais abastadas sem ter com o quê se alimentar.

Dessa forma, debater sobre como os desperdícios alimentares têm influência direta nas questões socioeconômicas da população brasileira – mais precisamente nas pessoas que sentem fome – se torna imprescindível. Porém, a atenção para esse tópico não é amplamente discutida no Brasil, uma vez que, ano após ano, os índices de perda de alimentos se mantêm altos enquanto 64 milhões de pessoas têm acesso restrito à comida (dados do IBGE).

A segurança alimentar vai além do simples acesso aos alimentos, abrangendo a garantia de que estes sejam seguros, nutritivos e suficientes para atender às necessidades da população. Ela se baseia em quatro pilares fundamentais: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Para que a segurança alimentar seja efetiva, é essencial que os alimentos

estejam fisicamente disponíveis, que as pessoas tenham condições de adquiri-los, que sejam consumidos de maneira adequada para suprir as necessidades nutricionais e que essa disponibilidade seja estável ao longo do tempo.

O aproveitamento integral dos alimentos, que consiste na utilização de partes usualmente descartadas, como cascas, talos e sementes, surge como uma estratégia eficaz para reduzir o desperdício e promover a segurança alimentar. Essa prática não apenas diminui o volume de resíduos orgânicos encaminhados aos aterros sanitários, mas também contribui para a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental. O desperdício de alimentos é um problema global que impacta não apenas a segurança alimentar, mas também o meio ambiente, uma vez que a decomposição de resíduos orgânicos emite gases de efeito estufa, como o metano, contribuindo para as mudanças climáticas.

Além dos benefícios ambientais, o aproveitamento integral dos alimentos enriquece a dieta com nutrientes essenciais presentes em partes frequentemente desprezadas. Por exemplo, cascas e talos são ricos em fibras, vitaminas e minerais que podem fortalecer o sistema imunológico e prevenir doenças crônicas, como diabetes e doenças cardiovasculares. Sementes e bagaços de frutas, muitas vezes descartados, podem ser utilizados em preparações culinárias, fornecendo antioxidantes e compostos bioativos que favorecem a saúde. Estudos apontam que o reaproveitamento de partes não convencionais dos alimentos pode ser uma alternativa viável para combater deficiências nutricionais, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade social.

Para que o aproveitamento integral seja seguro, é crucial seguir práticas adequadas de manipulação e higienização dos alimentos, garantindo que não haja contaminação e que os nutrientes sejam preservados. Técnicas como a higienização com hipoclorito de sódio, o armazenamento adequado e o cozimento correto são essenciais para evitar riscos à saúde. Além disso, a criatividade na culinária é uma ferramenta poderosa para incentivar essa prática, tornando os alimentos mais atrativos e saborosos.

A adoção de políticas públicas que incentivem o aproveitamento integral dos alimentos é essencial para a promoção da segurança alimentar. Projetos que conscientizem a população sobre a importância de consumir os alimentos em sua totalidade podem resultar em benefícios nutricionais e econômicos, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental. Programas de educação alimentar e nutricional em escolas, campanhas de conscientização e incentivos fiscais para empresas que reduzam o desperdício são algumas das medidas que podem ser implementadas para fortalecer essa abordagem.

Em suma, a segurança alimentar e o aproveitamento integral dos alimentos são interdependentes e fundamentais para a construção de um sistema alimentar sustentável, saudável e acessível a todos. Ao reduzir o desperdício e promover uma alimentação mais nutritiva e consciente, é possível garantir não apenas o direito à alimentação adequada, mas também a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Apresentação do projeto

Criado no ano de 2024 e, contemplado na 3ª chamada do edital "Extensão Universitária e Aprendizagem e Serviço", da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), através do programa UNISERVITATE, iniciativa da Porticus e coordenado pelo Centro Latino-Americano de Aprendizagem em Serviço Solidário (CLAYSS), que tem o objetivo gerar uma mudança sistêmica nas Instituições Católicas de Ensino Superior (ICES) por meio da institucionalização da Aprendizagem e Serviço (A+S).

O projeto de extensão "Alimentando o bem: sabores sustentáveis" surgiu da necessidade de tornar conhecido e incentivar a população a realizar o aproveitamento integral dos alimentos, utilizando as partes menos convencionais dos alimentos, tendo em vista o seu potencial nutritivo.

Sob a coordenação da Profa. Dra. Natália Carvalho, o projeto conta com a atuação de 09 estudantes do curso de graduação em Nutrição da UNICAP, que se reúnem periodicamente para o planejamento de ações para serem realizadas ao longo do semestre. Dentre as ações, estão oficinas culinárias, palestras, e ao fim do projeto, a criação de um E-book com as receitas desenvolvidas pelos estudantes, para que possa ser divulgado com os interessados.

O público-alvo contempla a população de comunidades, escolas e projetos locais que apresentarem o interesse de incorporar estes conhecimentos, com o objetivo de contribuir com melhor aporte nutricional, superando as desigualdades sociais.

Impacto do projeto

Durante a Semana de Integração Universidade Católica e Sociedade (SIUCS), tivemos a oportunidade de palestrar sobre a importância do aproveitamento integral dos alimentos, trazendo alternativas sustentáveis para o uso integral dos alimentos. O objetivo foi demonstrar, de forma prática e acessível, como pequenas mudanças podem gerar impacto positivo tanto na alimentação quanto no meio ambiente.

Ao longo da apresentação, explicamos como partes dos alimentos que geralmente são descartadas podem ser reaproveitadas de maneiras criativas e saborosas. Dois exemplos que foram desenvolvidos para apresentação foram o *lemon pepper* caseiro, feito a partir da casca do limão, e as sementes de abóbora torradas, que foram servidas à população que interagiu com a equipe durante o evento (Figura 1).



Figura 1. Lemon pepper e pepita de jerimum torrada, distribuídos na apresentação do grupo durante a SIUCS.

Com papel educativo, além da distribuição dos alimentos elaborados, foi criada uma gincana, de perguntas e respostas sobre o tema do projeto, a fim de conhecer o entendimento das pessoas sobre o aproveitamento integral de alimentos, aproveitando a oportunidade para contribuir com novas informações (Figura 2).



Figura 2. Gincana interativa: roleta do jogo de perguntas e respostas sobre aproveitamento integral dos alimentos, produzido pelos estudantes do projeto de extensão.

Para estender o alcance do projeto e atrair novos públicos, foi criada uma conta no Instagram, com o intuito de compartilhar todas as informações pertinentes sobre a iniciativa. A conta foi atualizada com conteúdos que demonstram o caráter e os objetivos do projeto, possibilitando que um número maior de pessoas conhecesse sua proposta e fosse impactado por seus ideais (Figura 3).



Figura 3. Captura de tela da conta do Instagram do projeto.

Considerações finais

A execução deste projeto demonstra o potencial da educação em fomentar mudanças significativas, sensibilizando a comunidade acadêmica e a sociedade para práticas alimentares mais sustentáveis. O incentivo ao uso de partes menos convencionais dos alimentos contribui não apenas para minimizar o desperdício, mas também para ampliar o acesso a mais

fontes de nutrientes, contribuindo com uma maior segurança alimentar e nutricional.

Enfrentar esses desafios exige um esforço coletivo, envolvendo governo, setor privado, academia e sociedade civil para implementação de ações e políticas públicas eficazes, investimentos estratégicos e ações educativas voltadas para a conscientização e a transformação de práticas alimentares saudáveis.

Dessa forma, o projeto reforça a necessidade de integrar conhecimento acadêmico e ação social na busca por soluções que tornem os sistemas alimentares mais eficientes e sustentáveis. O compromisso contínuo com essa pauta é essencial para avançarmos na construção de um futuro mais justo, equitativo e ambientalmente responsável.

Referências

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2025). *Perda de alimentos não se configura apenas na esfera doméstica*. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/perdas-e-desperdicio-de-alimentos>

Castro, J. de. (2008). *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço* (10ª ed.). Editora Civilização Brasileira.

CNN Brasil. (2025). *Brasil virou celeiro do mundo e já lidera as exportações mundiais de sete alimentos, diz BTG*. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-viceleiro-do-mundo-e-ja-lidera-exportacoes-mundiais-de-sete-alimentos-diz-btg/>

Embrapa. (2024). *Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos*. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849>

FAO. (2019). *O desperdício de alimentos no mundo*. <http://www.fao.org/food-loss-and-food-waste/en/>

FIAN Brasil. (2020). *Direito Humano à Alimentação Adequada*. <https://fianbrasil.org.br/o-que-fazemos/direito-humano-a-alimentacao-adequada/>

Fiocruz. (2023). *Aproveitamento integral dos alimentos*. https://cogic.fiocruz.br/aproveitamento_integral_alimentos.pdf

Garcia, A. L. A. (2024, julho 24). *31 milhões de brasileiros deixam a insegurança alimentar, mas Brasil segue no mapa da fome da ONU*. O Globo. <https://oglobo.globo.com>

IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=39836>

IBGE. (2025). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <https://www.ibge.gov.br/>

Oxfam Brasil. (2025). *Fome no mundo: um direito básico violado*. <https://www.oxfam.org.br/blog/fome-no-mundo-um-direito-basico-violado/>

Olhe Para a Fome. (2025). *Olhe para a fome*. <https://olheparaafome.com.br/>

Pereira, M. G., & Silva, T. R. (2024). *Os benefícios do aproveitamento integral dos alimentos: redução do desperdício alimentar*. ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/379907339>

PNUMA. (2018). *Como o desperdício de alimentos está destruindo o planeta*. <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/como-o-desperdicio-de-alimentos-esta-destruindo-o-planeta>

PNUMA. (2024). *Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024*. <https://www.unep.org/pt-br/resources/publicacoes/relatorio-do-indice-de-desperdicio-de-alimentos-2024>

PNUMA. (2025). *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*. <https://www.unep.org/pt-br>

Santos, K. L., Panizzon, J., Cenci, M. M., Grabowski, G., & Jahno, V. D. (2020). *Food losses and waste: reflections on the current brazilian scenario*. Brazilian Journal of Food Technology, 23, e2019134. <https://doi.org/10.1590/1981-6723.13419>

SESC Mato Grosso do Sul. (2024). *Desperdício zero: a importância do aproveitamento integral dos alimentos*. <https://sesc.ms/artigo/desperd%C3%ADcio-zero-import%C3%A2ncia-do-aproveitamento-integral-dos-alimentos>

Senado Federal. (2024, outubro 16). *Paim alerta para desperdício de alimentos no Brasil*. Agência Senado. <https://www12.senado.leg.br>

123 Ecos. (2024). *Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) – O que é, pilares e tipos*. <https://123ecos.com.br/docs/seguranca-alimentar/>

WWF Brasil. (2021). *Perda e desperdício de alimentos*. https://www.wwf.org.br/natureza_brasil/questoes_ambientais/producao_sustentavel/alimentos/perda_desperdicio_alimentos/

SOBRE AS AUTORAS

Amanda Domingos Mendonça

Discente de Nutrição – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Membro do Diretório Acadêmico de Nutrição Josué Apolônio de Castro.
Extensionista no projeto *Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis*.
Atuou como monitora na disciplina de Histologia I.
E-mail: amanda.00000851733@unicap.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0294862099746880>

Gabriela Veríssimo Alves da Trindade

Discente de Nutrição – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Estudante do 3º período e integrante do Diretório Acadêmico de Nutrição
Josué Apolônio de Castro.
E-mail: gabriela.00000852547@unicap.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9897758381814167>

Natália Carvalho Montenegro de Vasconcelos

Professora Assistente II – Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP)
Graduada em Nutrição (UFPE), mestre e doutora pelo Programa de Pós-

Graduação em Nutrição da UFPE. Coordenadora dos cursos de Nutrição, Enfermagem e Farmácia da UNICAP. Integra o Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Inovação e Cuidado em Saúde (GPTICS/UNICAP) e o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

E-mail: natalia.vasconcelos@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9697796357008242>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5508-6214>

Tainá Arana Moraes de Vasconcelos

Discente de Nutrição – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Estudante do 4º período, com dedicação à formação acadêmica e prática na área da Nutrição.

E-mail: taina.00000851731@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0963353530940217>

Talyta da Silva Tavares

Discente de Nutrição – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Cursa o 4º período de Nutrição, com desenvolvimento de competências teórico-práticas para atuação profissional.

E-mail: talyta.00000851734@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7380542247984382>

Thayná Vitória Buarque Bezerra

Discente de Nutrição – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Estudante do 4º período e integrante do projeto de extensão *Alimentando o Bem: Sabores Sustentáveis*.

E-mail: thayna.00000851404@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5321833867763680>

CAPÍTULO 10

ODS 12 NA PRÁTICA: A IMPORTÂNCIA DA COLETA SELETIVA DE ÓLEO NA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17023911>

*Manfred Tabosa Correia Lima
Larissa de Aquino Arruda Lima
Everton Leonardo da Silva
Thaís Torres Borba
Dra. Adriene Siqueira de Melo*



Este capítulo apresenta os impactos e desdobramentos do Projeto de Extensão em Pesquisa Clínica e Saúde Responsável (PESQUISAR), desenvolvido por estudantes de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com foco na conscientização ambiental e promoção da saúde coletiva. A partir da coleta seletiva de óleo vegetal usado, a iniciativa dialoga com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12), promovendo práticas sustentáveis, educação ambiental e envolvimento comunitário. O projeto atua integrando saúde humana e ambiental, aproximando o conhecimento científico da população e formando profissionais comprometidos com a transformação social. A ação realizada nos arredores da universidade incluiu panfletagem, escuta ativa da população e mobilização digital, evidenciando como a extensão universitária pode ser ponte entre ciência, cuidado e responsabilidade socioambiental. Os resultados apontam para o fortalecimento do papel da universidade como agente ativo na promoção de um futuro mais sustentável, inclusivo e informado.

Palavras-chave: extensão universitária; ODS 12; saúde ambiental; descarte de óleo; educação em saúde; responsabilidade social.

Introdução

A extensão universitária consolida-se como vetor eficaz de transformação social, levando a universidade para perto das comunidades. Neste sentido, fortalece o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ODS 12, que tem como objetivo assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis (ONU, 2015). Nesse contexto, a coleta seletiva de óleo vegetal usado emerge como uma estratégia essencial para a preservação ambiental, a economia circular e a promoção da responsabilidade social.

O descarte inadequado de óleo de cozinha no meio ambiente é um dos principais fatores de contaminação de solos e corpos d'água, comprometendo ecossistemas aquáticos e dificultando o tratamento de esgoto (Santos & Oliveira, 2021). Estima-se que um litro de óleo pode contaminar até 25 mil litros de água, evidenciando a gravidade do impacto ambiental causado por essa prática (Silva et al., 2020). Diante desse cenário, iniciativas de coleta seletiva e reaproveitamento do óleo usado têm ganhado destaque como soluções sustentáveis que aliam conscientização social, geração de renda e produção de biocombustíveis (Pereira et al., 2022).

Dessa forma, a extensão universitária ao conectar o saber acadêmico com as demandas sociais, desempenha um papel estratégico na implementação de ações que promovem o descarte responsável do óleo vegetal, incentivando a participação comunitária e a educação ambiental. De acordo com Silva et al. (2020), projetos de coleta de óleo desenvolvidos em parceria com cooperativas locais não apenas mitigam a poluição ambiental, mas também geram oportunidades econômicas para comunidades de baixa renda. Além disso, a atuação de universidades na sensibilização da população, por meio de campanhas educativas e oficinas práticas, têm mostrado resultados positivos na mudança de hábitos de consumo e descarte (Santos & Oliveira, 2021).

Outro aspecto relevante é a viabilidade técnica e econômica do reaproveitamento do óleo coletado para a produção de biodiesel, um biocombustível que contribui para a transição energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa (Pereira et al., 2022). Estudos demonstram que o óleo residual apresenta um elevado potencial para ser transformado em biocombustível de qualidade, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e fortalecendo a economia circular (Nascimento et al., 2023).

Portanto, a implementação de projetos de coleta seletiva de óleo, alinhados à extensão universitária e, conseqüentemente, ao ODS 12, promove não apenas a conscientização ambiental, mas também o desenvolvimento social e econômico. A partir da mobilização de estudantes, professores e comunidades locais, é possível fomentar práticas sustentáveis de consumo e produção, fortalecendo o papel da universidade como agente transformador da sociedade. Essas experiências fortalecem que a extensão universitária é muito mais que uma ação acadêmica: é uma ponte que liga o conhecimento científico à transformação social, criando soluções a problemas de saúde pública em conformidade aos ODS (ONU, 2015).

Apresentação do problema/desafio

Um dos principais desafios ambientais atualmente é a destinação inadequada de resíduos, especialmente no que diz respeito ao descarte de óleos e gorduras residuais (OGR). O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12, que trata do consumo e produção responsáveis, enfatiza a necessidade de reduzir a geração de resíduos por meio da prevenção, reciclagem e reuso (ONU, 2015). No entanto, com a falta de conscientização e infraestrutura para realizar a coleta seletiva de óleo, existe o agravamento da poluição hídrica e do solo, comprometendo a sustentabilidade ambiental e os ecossistemas aquáticos de forma adicional ao curso do desequilíbrio esperado com a forma e escala de produção humana nos dias atuais, sendo um fator agravante.

Estudos indicam que um único litro de óleo descartado de maneira inadequada pode contaminar até 25 mil litros de água (ARAÚJO, et al. 2022). Essa informação torna-se ainda mais preocupante quando se considera o volume de descarte desse resíduo, tanto em domicílios quanto em estabelecimentos comerciais. Isso pois, dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal (ABIOVE) indicam que uma família brasileira consome, em média, 4 litros de óleo por mês. Considerando que grande parte desse volume é descartada de forma inadequada, estima-se que aproximadamente 700 milhões de litros de óleo sejam despejados irregularmente no meio ambiente anualmente no Brasil (ABIOVE, 2023).

Quando despejado diretamente na rede de esgoto, o óleo pode levar ao entupimento de canos e tubulações, aumentar os custos de tratamento da água e favorecer a proliferação de microrganismos prejudiciais à saúde pública. Além disso, o descarte inadequado no solo reduz sua capacidade de absorção de água, favorecendo processos erosivos e contaminação de lençóis freáticos (DISCONZI, et al. 2014). Esse descarte inadequado, somado ao alto consumo do produto, ressalta a necessidade urgente de estratégias para o reaproveitamento e destinação correta do óleo residual, a fim de minimizar os impactos ambientais e sanitários.

Outro grande desafio é a ausência de políticas públicas efetivas e de incentivos econômicos para a coleta seletiva de OGR. Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010) estabelecer diretrizes para a gestão adequada de resíduos, sua implementação ainda enfrenta entraves, como a baixa adesão da população e a carência de pontos de coleta acessíveis (BRASIL, 2010). Além disso, muitas empresas e estabelecimentos comerciais não possuem práticas adequadas para o descarte do óleo, resultando em altos índices de poluição e desperdício de um resíduo que poderia ser reaproveitado para a produção de biodiesel, sabão e outros subprodutos sustentáveis.

Assim, a falta de informação sobre os impactos ambientais e as alternativas sustentáveis para o descarte do óleo de cozinha usado representa um dos principais desafios na gestão desse resíduo. A desinformação da

população impede a adoção de práticas corretas e perpetua hábitos que são prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública. Muitas pessoas desconhecem os riscos do descarte inadequado, como a contaminação de corpos hídricos, o entupimento de redes de esgoto e a degradação do solo, bem como as possibilidades de reutilização desse resíduo em processos produtivos sustentáveis, com a fabricação de biodiesel e sabão ecológico (SILVA et al., 2021).

Além disso, há uma falsa percepção de que certos métodos caseiros de descarte são seguros. Por exemplo, o hábito de misturar óleo de cozinha usado com outros resíduos orgânicos ou despejá-lo diretamente no solo é frequentemente visto como inofensivo, quando, na realidade, compromete a absorção de água pelo solo e pode contaminar lençóis freáticos (CARVALHO & SOUZA, 2020). Essa atitude contribui para o agravamento dos impactos ambientais e dificulta a implementação de estratégias eficazes para o reaproveitamento desse resíduo.

Para enfrentar esse problema, é essencial investir na conscientização da população por meio de campanhas educativas e programas de coleta seletiva acessíveis. Políticas públicas eficazes devem incentivar o descarte adequado, facilitando a criação de pontos de coleta em áreas residenciais e comerciais, além de fomentar parcerias com o setor privado para a destinação correta e reaproveitamento do óleo (FERNANDES et al., 2019).

Diante desse cenário, torna-se urgente a ampliação, efetivação e popularização de programas de coleta seletiva de óleo, de modo a garantir uma gestão sustentável de resíduos oleosos, reduzir a contaminação ambiental e promover a economia circular. Implementar soluções que integrem educação ambiental, incentivos à reciclagem e infraestrutura adequada para a coleta seletiva é essencial para avançar no cumprimento das metas do ODS 12 e minimizar os danos ambientais decorrentes do descarte inadequado de óleo.

Apresentação do projeto

A Região Metropolitana do Recife (RMR), composta por 15 municípios e abrindo mais de 4 milhões de habitantes, enfrenta desafios estruturais significativos no que se refere ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde, especialmente no atendimento à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O sistema de saúde da região está sobrecarregado, com uma crescente demanda nos serviços de atenção primária e secundária, resultando em longos tempos de espera para consultas e exames diagnósticos (IBGE, 2022; Ministério da Saúde, 2021). Além disso, a alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), requer acompanhamento contínuo, o que sobrecarrega ainda mais o sistema de saúde local. Esses desafios não apenas comprometem o acesso a cuidados médicos essenciais, mas também dificultam a implementação de estratégias eficazes para a promoção da saúde da população.

Nesse sentido, em um cenário em que o sistema de saúde luta para atender às necessidades básicas de cuidados médicos, surge um questionamento importante: como um sistema sobrecarregado pode, efetivamente, promover a educação e conscientização sobre questões relacionadas à saúde ambiental e à sustentabilidade? O distanciamento entre as necessidades urgentes de saúde pública e a capacidade de informar e engajar a população em ações sustentáveis é um problema crescente.

A falta de informações sobre a importância de práticas ambientais sustentáveis, como o descarte adequado de resíduos, é agravada pela desinformação populacional. Muitas pessoas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, desconhecem os impactos ambientais de suas ações, o que perpetua hábitos prejudiciais tanto à saúde humana quanto ao meio ambiente (SOUZA et al., 2021). É nesse contexto que o Projeto de Extensão em Pesquisa Clínica e Saúde Responsável (Pesquisar) surgiu, no ano de 2022, como uma oportunidade de atuação para estudantes da graduação do curso de Medicina na Universidade Católica de Pernambuco, com a intenção de integrar o conhecimento clínico à educação tanto para os graduandos quanto para o público em geral.

O projeto propõe atuar de formas não apenas com o foco tradicional em cuidados médicos e prevenção de doenças, mas também com a inclusão de temas que envolvem o bem-estar social, como a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, pois existe o reconhecimento de que a saúde humana e ambiental estão intimamente interligadas. A pesquisa clínica, ao identificar as necessidades locais de saúde, permite o desenvolvimento de intervenções mais precisas e baseadas em evidências. Além disso, é uma ferramenta essencial para o aprimoramento da capacitação dos profissionais de saúde, possibilitando a implementação de estratégias que atendam às especificidades da população da RMR (BRASIL, 2020).

A saúde ambiental, muitas vezes negligenciada no atendimento básico de saúde, precisa ser reconhecida como uma extensão natural das ações educativas realizadas pelo sistema de saúde. A inclusão de temas como o impacto do descarte inadequado de resíduos, a preservação dos recursos naturais e a promoção de práticas de consumo responsável são essenciais para uma abordagem mais ampla da saúde pública, que envolva tanto o cuidado do corpo quanto o cuidado com o ambiente em que as pessoas vivem. A desinformação sobre esses temas agrava ainda mais os problemas de saúde, perpetuando hábitos prejudiciais e dificultando a adoção de medidas preventivas e sustentáveis por parte da população (SOUZA et al., 2021).

Diante desse cenário, o Pesquisador visa não apenas integrar a pesquisa científica com a promoção da saúde ambiental, mas também atuar, a partir dos seus participantes extensionistas, como um agente de conscientização, combatendo a desinformação e promovendo mudança de hábitos na população. Ao capacitar os futuros profissionais de saúde para que integrem a saúde ambiental em sua prática clínica, o projeto não apenas fortalece o sistema de saúde local, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais informada e responsável com o meio ambiente.

A parceria entre universidades e serviços de saúde pode facilitar a adoção de protocolos mais eficazes, bem como a incorporação de novas

tecnologias e terapias que atendam às demandas específicas da população recifense, ainda mais quando é entendido que os estudantes da graduação atual, no futuro, serão integrantes ativos nos sistemas de saúde (CARVALHO & LIMA, 2021). Dessa forma, a extensão universitária se torna uma aliada na integração entre ensino, serviço e comunidade, promovendo avanços que beneficiam tanto a academia quanto a sociedade, de forma presente, mas também futura.

Por vezes, a produção científica é pouco estimulada durante a graduação e percebida como um processo e produto inacessível, tanto para produção quanto aprendizado. Nesse sentido, surge o questionamento: como o público em geral, fora do meio acadêmico, percebe a pesquisa científica? O Projeto visa, não apenas aproximar as ciências da população, mas também transformar a maneira como o conhecimento científico é recebido pela comunidade, impactando diretamente a vida das pessoas e seus hábitos de saúde e consumo. A pesquisa clínica desempenha um papel central na evolução da medicina, permitindo a validação de novas intervenções terapêuticas, a compreensão aprofundada das doenças e a personalização dos tratamentos (FRIEDMAN; FURBERG; DEMETS, 2015).

O Projeto Pesquisar se propõe a ser uma ponte entre a saúde humana e a saúde ambiental, proporcionando à comunidade acadêmica e à população da RMR uma oportunidade de refletir sobre o impacto de suas ações no ambiente e na saúde pública, com a finalidade de promover uma sociedade mais informada, saudável e sustentável.

Dessa maneira, ao estimular uma formação crítica nos acadêmicos e criar um espaço de diálogo entre a universidade e a sociedade, o Projeto Pesquisar tem o potencial de transformar não apenas o cenário da saúde, mas também de contribuir com a construção de um sistema mais inclusivo e eficaz. Ao integrar questões de saúde humana e ambiental, o projeto promove um modelo de saúde mais holístico, onde a ciência, a educação e a conscientização se entrelaçam para gerar soluções sustentáveis e inovadoras para os desafios locais.

Impacto do projeto

Ao interpretar a pesquisa como ferramenta essencial para a melhoria da assistência à saúde da população brasileira, o Projeto Pesquisar desempenha um papel fundamental na consolidação de uma cultura científica dentro e fora do ambiente acadêmico, não se limita à formação dos estudantes, mas busca um diálogo direto com a sociedade. Isso se reflete em ações práticas, como foi o caso da recente iniciativa de conscientização sobre o descarte adequado de óleo nos arredores da Universidade Católica de Pernambuco.

Em parceria com uma empresa especializada desde 2014, a Universidade tem um ponto de coleta desse material. O Projeto Pesquisar, ao utilizar as informações fornecidas por essa parceria, atuou na divulgação dos locais de descarte, incentivou a população a adotar práticas corretas e indagou os indivíduos abordados sobre essa temática.

Foram distribuídos panfletos informativos a funcionários da universidade, donos de restaurantes, estabelecimentos comerciais, transeuntes e estudantes. Além disso, durante a distribuição, foram realizadas perguntas para avaliar o conhecimento da comunidade sobre o tema do descarte adequado, promovendo um debate sobre a importância de práticas responsáveis para a saúde e o meio ambiente.

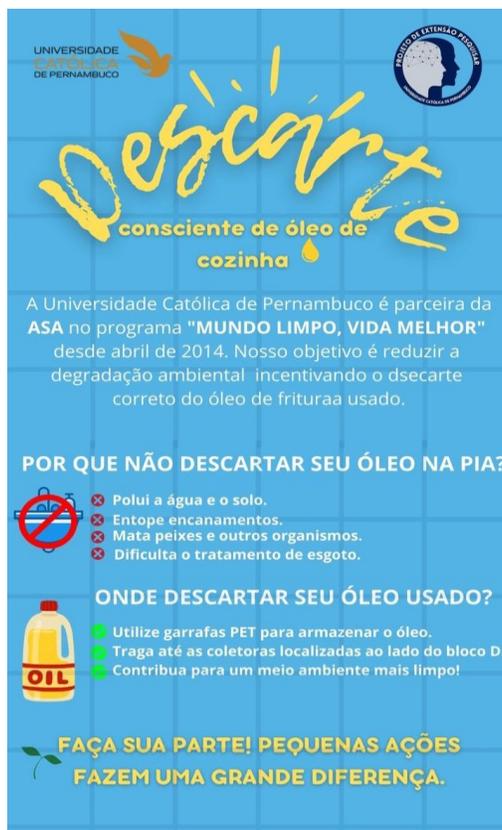


Fig. 1 - Panfleto informativo entregue pelos extensionistas. Arquivo pessoal, 2025.

Essa ação não se limitou ao formato físico. A presença nas redes sociais da universidade permitiu a disseminação das informações a um público ainda maior, rompendo barreiras geográficas e ampliando o alcance da mensagem. Isso não apenas promoveu o autocuidado, mas também incentivou a conscientização ambiental, elementos diretamente ligados à saúde coletiva.



Fig. 2 - Postagem em rede social sobre a ação em coleta de óleo. Autor, 2025.

Por meio das redes sociais, o projeto leva informações relevantes sobre saúde para acadêmicos, graduandos de diferentes áreas e o público em geral, favorecendo não apenas a disseminação do conhecimento, mas também o empoderamento individual em direção ao autocuidado e a prevenção de doenças. Esse espaço digital também se configura como um ambiente muito fértil para a difusão do interesse pela produção científica, incentivando a curiosidade sobre os avanços da pesquisa e aproximando a população do debate sobre ciência, saúde e um desenvolvimento social integral.

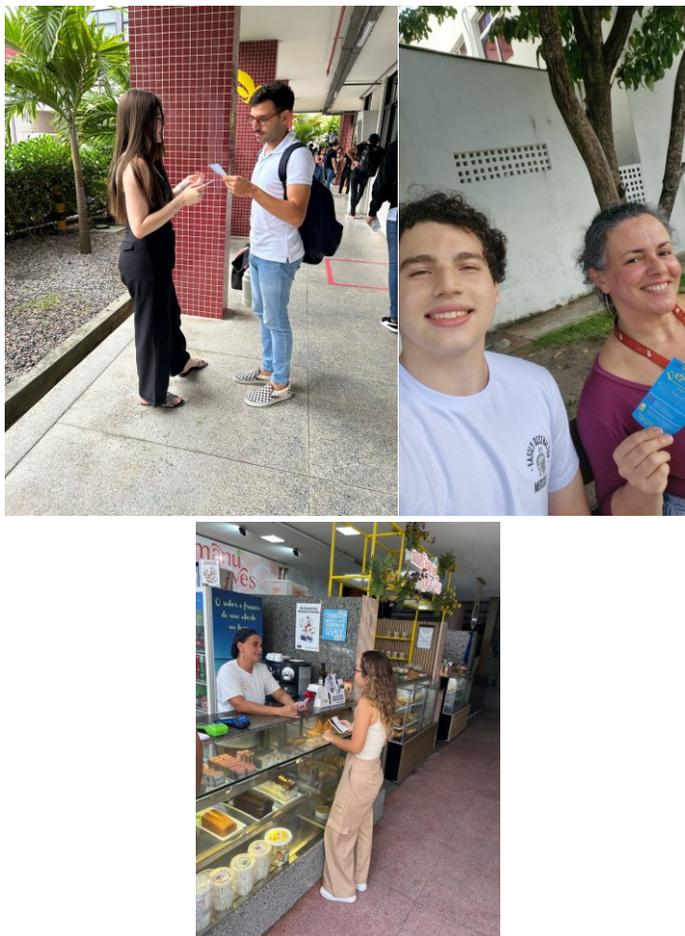


Fig. 3, 4 e 5 - Extensionistas panfletando a ação nos arredores da Universidade. Arquivo do Pesquisador, 2025.

Essas imagens reforçam o caráter prático da extensão universitária e a interação direta com a sociedade, evidenciando a importância de disseminar informações sobre saúde e sustentabilidade. As fotos também ilustram o envolvimento dos extensionistas, destacando a transformação da relação entre a universidade, a ciência e a comunidade.

Portanto, a ação realizada reflete o compromisso do Projeto Pesquisador com a promoção da saúde, sustentabilidade e educação. Ao associar o

conhecimento científico à prática cotidiana e aos desafios ambientais, o projeto contribui para um ambiente mais informado, consciente e responsável. Esse esforço conjunto, evidenciado pelas imagens das atividades realizadas, reforça o impacto do projeto e a importância de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão para a transformação social.

O impacto social do projeto transpassa os limites acadêmicos e se materializa em ações de extensão que estabelecem um diálogo direto com a população. A proximidade com o público ocorre por diferentes meios, desde aulas abertas e atividades interativas voltadas para os transeuntes nos arredores da Universidade Católica de Pernambuco até a atuação digital, que rompe barreiras geográficas e alcança um público diversificado.

Diante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12 – que visa garantir padrões de produção e consumo sustentáveis), o Projeto Pesquisar se coloca a favor da democratização do conhecimento científico e propõe a aproximação da ciência à população de forma acessível e que tenha aplicação prática ao dia a dia da população. Além disso, ao incentivar a pesquisa e a formação de profissionais críticos e capacitados, existe a colaboração para a melhoria do bem-estar coletivo ao incentivar conscientemente uma assistência social qualificada e baseada em evidências.

Dessa maneira, o Projeto Pesquisar atua não apenas na formação acadêmica e profissional de seus participantes, mas também na transformação da relação entre ciência e sociedade. Ao ampliar o acesso à informação qualificada e incentivar uma visão crítica sobre saúde, pesquisa e conhecimentos gerais, o projeto contribui para a construção de uma comunidade mais informada e consciente de seu papel na promoção do bem-estar coletivo. Essa aproximação entre conhecimento e prática fortalece a autonomia da população na tomada de decisões que promovam a saúde e a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que estimula a responsabilidade dos futuros profissionais em atuar com base na melhor evidência disponível. Assim, o projeto se consolida como um agente de mudança, promovendo um impacto social duradouro e reforçando o compromisso com uma assistência à saúde mais equitativa, acessível e eficaz.

Considerações Finais

Depreende-se, portanto, que a extensão universitária é um elo fundamental entre conhecimento acadêmico e transformação social, atuando para a promoção da pesquisa científica, da sustentabilidade e da democratização da informação em saúde. Em vista disso, o Projeto Pesquisar tem como objetivos integrar ensino, pesquisa e extensão, a fim de difundir o conhecimento à população e estimular a formação de profissionais comprometidos com a prática da promoção de saúde responsável. O projeto fortalece o compromisso de disseminar conhecimento científico acessível e promover conhecimento acerca de práticas sustentáveis, demonstrando como o desenvolvimento sustentável impacta diretamente na qualidade da assistência à saúde e na qualidade de vida da população.

Referências

Araújo, A. R. R., et al. (2022). Logística reversa: óleo residual de fritura, uma proposta para os restaurantes da praça da alimentação do shopping Boulevard, Belém-Pará. *Brazilian Journal of Animal and Environmental Research*, 5(2), 1517–1531.

Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. (2025, março 15). *Coleta e destinação correta do óleo de cozinha usado traz benefícios sociais, econômicos e ambientais*. <https://abiove.org.br>

Brasil. (2010, agosto 2). *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Carvalho, P. H., & Lima, R. T. (2021). Pesquisa e inovação na saúde pública: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, 26(4), 789–805.

Carvalho, P. H., & Souza, M. A. (2020). O impacto da desinformação na gestão de resíduos urbanos: desafios e soluções. *Revista Brasileira de Sustentabilidade*, 15(2), 85–102.

Disconzi, G. S., et al. (2014). *Coleta seletiva do óleo residual doméstico: desafios e perspectivas para um aproveitamento socioambiental e sustentável*. [Trabalho não publicado].

Friedman, L. M., Furberg, C. D., & DeMets, D. L. (2015). *Fundamentals of clinical trials* (5th ed.). Springer.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Estimativas populacionais dos municípios brasileiros*. <https://www.ibge.gov.br>

Medeiros, A. L., et al. (2018). Formação acadêmica e o impacto da pesquisa na prática médica. *Jornal Brasileiro de Educação Médica*, 42(2), 155–170.

Nascimento, T. R., Freitas, A. L., & Lima, R. M. (2023). A transformação do óleo residual em biodiesel como estratégia de sustentabilidade. *Revista de Energias Renováveis*, 5(4), 22–35.

Nisbet, M. C., & Scheufele, D. A. (2009). What's next for science communication? Promising directions and lingering distractions. *American Journal of Botany*, 96(10), 1767–1778.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. ONU.

Pereira, L. F., Souza, A. C., & Mendes, R. F. (2022). Produção de biodiesel a partir de óleo de cozinha usado: uma alternativa para o consumo sustentável. *Journal of Renewable Energy Studies*, 10(1), 78–92.

Santos, M. A., & Oliveira, C. R. (2021). Educação ambiental e a conscientização sobre o descarte de óleo residual em comunidades urbanas. *Cadernos de Extensão Universitária*, 7(2), 120–135.

Silva, J. R., Almeida, T. F., & Costa, P. S. (2020). Coleta de óleo vegetal usado e sua contribuição para o ODS 12. *Revista Brasileira de Sustentabilidade*, 15(3), 45–60.

Silva, J. R., et al. (2020). Doenças infecciosas e desigualdades regionais no Brasil: um estudo epidemiológico. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), e00012320.

Silva, J. R., Menezes, C. F., & Lima, T. S. (2021). Impactos ambientais do descarte inadequado de óleo de cozinha e estratégias para sua mitigação. *CADERNOS DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS*, 12(3), 98–115.

Souza, M. A., & Andrade, C. F. (2019). O papel da pesquisa clínica na qualificação da assistência médica. *Revista de Pesquisa Médica e Saúde Pública*, 10(3), 235–250.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES:

Larissa de Aquino Arruda Lima

Discente de Medicina – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) Graduanda do curso de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco. É presidente do Projeto de Extensão em Pesquisa Clínica e Saúde Responsável (2022-atual) e participa dos Projetos de Extensão em Otorrinolaringologia (2023-atual) e voltado à saúde da pessoa com deficiência (2025-atual). Coordena Intercâmbios e Estágios pela Coordenação de Estágios e Vivências (2023-atual) e já atuou como Coordenadora Regional do DENEM (2024-2025). Foi monitora nas disciplinas de Biologia Celular e Histologia I (2023-2024) e Microbiologia (2024), além de coautora de três capítulos de livros.

E-mail: larissaaquinoarruda@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6959438113067983>

Everton Leonardo da Silva

Discente de Medicina – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) Cursa o 6º período de Medicina. É presidente do Diretório Acadêmico Josefa Águeda (DAJA), tendo sido vice-presidente na gestão 2023/2024. Representa o corpo discente no colegiado do curso e atuou como representante estudantil no Conselho da Escola de Saúde e Ciências da Vida (2023/2024). Foi monitor de Bioquímica I (2023.1) e Semiologia Médica I (2023.2). Participa do Projeto PESQUISAR, do Projeto LudEduc em Saúde e do Projeto Xica Manicongo. Integra a Liga Acadêmica em Infectologia

(LAIN) e é bolsista PIBIC/UNICAP com pesquisa sobre multirresistência bacteriana em infecções respiratórias pediátricas.

E-mail: everton.00000847403@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2553979581252416>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2962-6064>

Manfred Tabosa Correia Lima

Discente de Medicina – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Estudante de Medicina na Universidade Católica de Pernambuco. Atua como coordenador de pesquisa clínica do Projeto PESQUISAR. Integra também os projetos de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica (LAVIB) e Saúde da Pessoa com Deficiência (INCLUIR). Foi monitor das disciplinas de Biologia Celular e Histologia I, Fisiologia II e atualmente de Biofísica I.

E-mail: manfred.lima@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7297399334849106>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3033-5565>

Thaís Torres Borba

Discente de Medicina – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Estudante de Medicina na Universidade Católica de Pernambuco. É vice-presidente e Coordenadora de Ensino do Projeto PESQUISAR e bolsista PIBIC/UNICAP vinculada ao PROCAPE, com pesquisa na área de Cirurgia Cardiovascular sob orientação do Prof. Dr. Pedro Rafael Salerno. Atuou no Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica (2023-2024). Foi monitora das disciplinas de Semiologia II e Laboratório Clínico.

E-mail: thaisborbat@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3191399428576887>

Adriene Siqueira de Melo

Biomédica pela UFPE (2008), especialista em Biologia Molecular (UPE, 2010), Mestre em Saúde Pública (IAM/FIOCRUZ/PE, 2011) e Doutora em Medicina Tropical (UFPE, 2016). Atua com pesquisa em Saúde Pública, com ênfase em Imunoparasitologia, Imunologia Aplicada e Imunologia Celular. Experiência prática em laboratório clínico (ensaios parasitológicos, sorológicos, hematológicos, bioquímicos e moleculares) e docente nas disciplinas de imunologia, microbiologia, parasitologia e exames laboratoriais.

E-mail: adriene.melo@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0537016010704318>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2242-8596>



CAPÍTULO 11

SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA: O DILEMA DOS KITS CIRÚRGICOS

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17024256>

Alan Vitor Vasconcelos Maciel
Manfred Tabosa Correia Lima
Thacyana Michely Gomes da Silva
Alessandro Peixoto de Araújo



O projeto de extensão LAVIB (*Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica*), da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), busca integrar formação médica, pesquisa científica e responsabilidade social. Coordenado pelo Dr. Alessandro Araújo, especialista em cirurgia bariátrica, o projeto oferece aos estudantes a vivência direta em cirurgias eletivas, plantões supervisionados e campanhas educativas, aproximando-os da realidade hospitalar e do cotidiano de um cirurgião. Além da capacitação técnica, a iniciativa promove a reflexão sobre sustentabilidade, ao discutir o uso de kits cirúrgicos descartáveis e permanentes, os impactos da produção de resíduos hospitalares e alternativas como reprocessamento e materiais biodegradáveis. Com mais de 500 cirurgias realizadas em hospitais públicos e privados, publicações científicas e atividades de prevenção à obesidade, o LAVIB demonstra sua relevância acadêmica e social. Ao relacionar saúde pública e práticas ambientalmente responsáveis, o projeto reforça o papel da extensão universitária e contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3 e o ODS 12.

Palavras-chave: Extensão universitária; Cirurgia bariátrica; Videolaparoscopia; Sustentabilidade; ODS.

Introdução

O projeto de extensão em videolaparoscopia e cirurgia bariátrica (LAVIB) surgiu com o objetivo de ser um projeto de cirurgia geral, proporcionando aos ligantes uma vivência muito próxima à de um cirurgião geral e permitindo uma visão mais clara sobre a residência médica. Apesar de ser uma liga de cirurgia geral, contamos com a orientação do Dr. Alessandro Araújo, especialista em cirurgia bariátrica e videolaparoscópica, o que possibilita aos ligantes o contato direto com essas áreas da cirurgia.

Um dos principais pilares da liga é oferecer aos participantes uma experiência ampla dentro do projeto de extensão, permitindo vivências diversificadas. Algumas das atividades propostas incluem a participação em cirurgias eletivas realizadas diariamente nos hospitais em que o nosso orientador Dr. Alessandro Araújo atua. Além disso, a LAVIB valoriza fortemente a pesquisa científica. No último ano (2024), a liga publicou mais de 10 artigos em congressos e apresentações médicas. Os ligantes também têm a oportunidade de participar quinzenalmente de plantões no Hospital Getúlio Vargas, proporcionando um aprendizado enriquecedor. Além dessas atividades, a LAVIB realiza diversas ações voltadas à promoção da saúde individual e coletiva, reforçando seu compromisso com a educação médica e a assistência à população.

Apresentação do problema/desafio

Diante da proposta apresentada pela Universidade Católica de Pernambuco, o Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica (LAVIB) decidiu promover uma discussão aprofundada sobre os prós e contras do uso de kits cirúrgicos descartáveis e permanentes na cirurgia geral. A relevância desse debate está diretamente ligada à forma como a sociedade encara a sustentabilidade, especialmente no contexto hospitalar.

O descarte inadequado de resíduos cirúrgicos representa um grande desafio ambiental, com estudos apontando que hospitais estão entre os maiores geradores de lixo biológico e plástico, contribuindo para a degradação ambiental e elevando os custos com a destinação desses materiais (Reddy et al., 2025). A racionalização do uso de kits cirúrgicos, o reprocessamento de materiais e a implementação de alternativas biodegradáveis são ações que podem reduzir drasticamente a geração de resíduos, sem comprometer a segurança dos procedimentos. Pesquisas indicam que hospitais que adotaram estratégias sustentáveis na gestão de seus insumos cirúrgicos conseguiram diminuir em até 40% a quantidade de resíduos descartados, além de reduzir custos operacionais (Ameh, 2025).

Os kits de campos cirúrgicos representam um grande dilema quando se trata da sustentabilidade, uma vez que o descarte inadequado de resíduos hospitalares gera impactos ambientais significativos e crescentes (Da Silva Figueiredo et al., 2020). Considerando essa problemática, a LAVIB optou por realizar uma apresentação que abordará a relação entre sustentabilidade e eficiência dos diferentes tipos de kits cirúrgicos. O objetivo é evidenciar qual alternativa se mostra mais viável e sustentável na prática cirúrgica, especialmente diante do uso de materiais descartáveis e não reutilizáveis.

Quando se trata da discussão entre sustentabilidade e eficiência no uso de kits cirúrgicos descartáveis e permanentes é importante entender que tal assunto envolve diversos desafios que precisam ser cuidadosamente analisados. Em termos gerais da sustentabilidade, um dos principais problemas é a grande geração de resíduos hospitalares. O uso dos kits descartáveis aumenta significativamente a quantidade de lixo gerado em nosso meio, e isso requer um descarte seguro e adequado (Da Silva Figueiredo et al., 2020). Diante disso é fundamental compreender que se não houver um manejo eficiente desse lixo o mesmo pode levar à uma contaminação do solo, da água e até mesmo aumentar a disseminação de doenças infectocontagiosas. Além disso, a produção e o descarte de kits descartáveis têm um grande impacto ambiental. A fabricação desses

materiais é responsável por consumir recursos naturais e gerar emissões de CO₂, e muitos desses produtos contêm plástico e componentes não biodegradáveis, que contribuem para a poluição ambiental.

Por outro lado, os kits cirúrgicos não descartáveis assumem um papel importante na redução de resíduos hospitalares, uma vez que o manuseio desses kits é menos danoso quando se trata do tema sustentabilidade, permitindo, assim, a reutilização dos kits. Apesar disso, o uso desses materiais tem o seu ponto negativo, exigindo um desempenho muito alto dos profissionais que lidam com esses materiais, uma vez que o descuido diário com o manuseio dos mesmos podem ocasionar contaminação do material, colocando totalmente a cirurgia em risco.

Outrossim, segundo o estudo de (TOMÉ. 2014), a administração e a infraestrutura necessária para ambos os tipos de kits representam um desafio significativo na esfera pública de saúde. Os kits permanentes exigem, por exemplo, autoclaves e uma equipe bem treinada para garantir a esterilização adequada, além de um sistema de armazenamento eficiente dos kits. Já os kits descartáveis demandam um sistema adequado de separação e destinação dos resíduos, o que implica custos adicionais e complexidade logística.

Diante do que foi apresentado anteriormente, é fundamental compreender que existem formas de tentar diminuir os danos relacionados com o lixo hospitalar. Entre as estratégias disponíveis para reduzir os impactos ambientais dos procedimentos cirúrgicos sem comprometer a segurança do paciente e da natureza destaca-se, atualmente, a otimização dos kits cirúrgicos, uma vez que muitos são montados com um grande número de instrumentos que, na prática, acabam não sendo utilizados em todas as cirurgias, a racionalização desses materiais pode reduzir significativamente o desperdício e os custos operacionais. Outra alternativa importante e fundamental consiste no reprocessamento de materiais, permitindo que algumas ferramentas e equipamentos descartáveis sejam reutilizados com segurança, desde que sigam protocolos rígidos de esterilização e controle de qualidade. Pesquisas indicam que essa prática pode

reduzir em até 50% a produção de resíduos cirúrgicos sem comprometer a eficácia dos procedimentos (Ameh, 2025).

Logo, a substituição por materiais sustentáveis vem ganhando espaço, com a busca por alternativas biodegradáveis ou de menor impacto ambiental para os componentes dos kits cirúrgicos. O uso de materiais têxteis reutilizáveis para campos cirúrgicos, por exemplo, pode reduzir drasticamente o volume de lixo gerado nos hospitais. Outra abordagem fundamental é a gestão sustentável dos resíduos hospitalares, garantindo a correta separação, descarte e tratamento desses materiais. Tecnologias como a eletrocoagulação e o uso de energia solar para o tratamento de efluentes hospitalares têm demonstrado grande eficácia na redução da contaminação ambiental (Çetinkaya et al., 2025).

Apresentação do projeto

A LAVIB (Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica) surge como uma iniciativa inovadora voltada para a capacitação acadêmica e profissional de estudantes da área da saúde, promovendo experiências práticas de cirurgias que são realizadas nos principais hospitais da rede pública da cidade do Recife, como o Hospital Getúlio Vargas (HGV) e o Hospital Barão de Lucena (HBL), além contar com o acesso de alguns hospitais privados que possuem ligação com o orientador da liga.



Fig. 1 - Cirurgia realizada com a ajuda de ligantes da LAVIB. Arquivo pessoal, 2025.

Um dos principais pilares da LAVIB é proporcionar aos participantes uma experiência abrangente dentro do projeto de extensão, permitindo vivências diversificadas e enriquecedoras. Entre as atividades promovidas, destaca-se a participação em cirurgias eletivas realizadas diariamente nos hospitais onde atua o orientador da liga, Dr. Alessandro Araújo. Essa imersão no ambiente cirúrgico possibilita o aprimoramento das habilidades técnicas e a compreensão prática dos desafios da especialidade. Além da experiência assistencial, a LAVIB tem um forte compromisso com a pesquisa científica. Somente no último ano (2024), a liga publicou mais

de 10 artigos em congressos e apresentações médicas, consolidando sua relevância acadêmica e incentivando os ligantes a desenvolverem pensamento crítico e embasamento científico.



Fig. 2 - XXIV Congresso Brasileiro de Cirurgia Bariátrica e Metabólica. Arquivo pessoal, 2024.

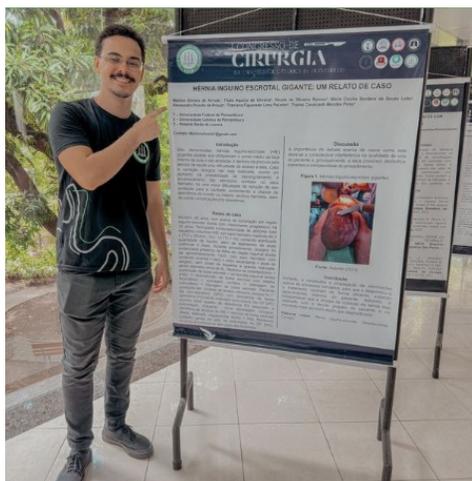


Fig. 3 - Congresso de Cirurgia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Arquivo pessoal, 2024.

Outra oportunidade valiosa oferecida aos participantes é a atuação quinzenal em plantões no Hospital Getúlio Vargas, proporcionando contato direto com a rotina hospitalar e aprofundando o aprendizado por meio da prática clínica supervisionada. Além dessas iniciativas, a LAVIB promove diversas ações voltadas à promoção da saúde individual e coletiva, reafirmando seu compromisso com a educação médica e a assistência à população. Por meio de palestras, campanhas de conscientização e projetos sociais, a liga busca impactar positivamente tanto a formação dos estudantes quanto a qualidade de vida da comunidade atendida.

Nossos extensionistas também têm a oportunidade única de vivenciar uma experiência semelhante à de um interno durante as férias. Nesse período, alguns grupos vão para o Hospital Barão de Lucena, onde auxiliam internos e residentes em diversas atividades, contribuindo ativamente para a rotina hospitalar. Esse é um momento extremamente enriquecedor, que proporciona um aprendizado prático valioso e um contato mais próximo com a realidade da profissão.

Além disso, essa vivência se destaca como um grande diferencial da liga, uma vez que, atualmente, nenhuma outra liga de medicina da Universidade Católica de Pernambuco oferece esse tipo de experiência. Essa oportunidade não apenas aprimora as habilidades técnicas dos participantes, mas também fortalece seu senso de responsabilidade e comprometimento com a área da saúde.

É importante entender que o projeto de extensão conta com a colaboração de diversos profissionais da saúde, promovendo um impacto significativo na sociedade. Nos últimos dois anos, o mesmo foi responsável pela realização de mais de 500 cirurgias, abrangendo desde procedimentos simples até intervenções de alta complexidade, como a gastrectomia. Esse dado evidencia a relevância do Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica, que vai muito além de uma iniciativa acadêmica restrita a uma instituição de ensino. Ele demonstra um compromisso

real com a formação dos ligantes, proporcionando experiências práticas que os inserem diretamente na rotina cirúrgica. Dessa forma, os participantes não apenas adquirem conhecimento teórico, mas vivenciam, na prática, os desafios e exigências da profissão, preparando-se de maneira mais completa para o futuro na área médica.

Adentrando sobre o tema central do E-book, o projeto busca continuamente promover um debate técnico e científico sobre a sustentabilidade na cirurgia, a LAVIB também procura envolver os seus estudantes em uma abordagem prática para a implementação dessas mudanças. Durante a participação no projeto, os alunos têm contato direto com profissionais da área da saúde, pesquisadores e gestores hospitalares para discutir as possibilidades de aplicação dessas estratégias. Dessa forma, o projeto não apenas contribui para a formação acadêmica dos participantes, mas também para a construção de uma mentalidade mais ampla diante do sistema de saúde. O projeto de extensão (LAVIB) se posiciona, assim, como um modelo de extensão universitária que une ensino, pesquisa e impacto social, preparando futuros profissionais para os desafios contemporâneos da medicina sustentável.

Impacto do projeto

O Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica apresenta impactos significativos tanto em termos de contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quanto na formação pessoal e profissional dos estudantes participantes. A iniciativa busca alinhar práticas cirúrgicas a um modelo sustentável, promovendo a conscientização e a adoção de estratégias que minimizem os impactos ambientais do uso de kits cirúrgicos descartáveis.

No que se refere aos ODS, o projeto está diretamente relacionado a objetivos como o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que visa garantir o acesso à saúde de qualidade, e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que

incentiva a redução do desperdício e a adoção de práticas sustentáveis nos mais diversos setores, incluindo a área da saúde.



Fig. 4 - Congresso realizado na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Arquivo pessoal, 2022.

Além da contribuição para os ODS, o impacto da LAVIB na formação pessoal e profissional dos estudantes é notável. A experiência prática proporcionada pelo projeto permite que os alunos compreendam de forma aprofundada a relação entre sustentabilidade e eficiência nos procedimentos cirúrgicos, um tema cada vez mais relevante no cenário médico global. Durante sua participação, os estudantes têm a oportunidade de observar e analisar criticamente o uso de kits cirúrgicos em cirurgias bariátricas e videolaparoscópicas, identificando oportunidades de otimização e contribuindo com soluções baseadas em evidências científicas. Esse aprendizado é essencial para a formação de profissionais mais conscientes e capacitados a atuar em um ambiente hospitalar que demanda eficiência sem negligenciar a responsabilidade ambiental.

Outrossim, a LAVIB tem um compromisso contínuo com a promoção da saúde e a conscientização da população sobre os riscos e desafios da obesidade. Para isso, a liga realiza constantemente palestras, campanhas educativas e atividades sociais voltadas para a disseminação de informações e a orientação do público sobre a importância da prevenção e do tratamento adequado dessa condição. Um dos principais objetivos da LAVIB

é justamente combater a obesidade e proporcionar qualidade de vida às pessoas afetadas por essa doença crônica.

Ao longo dos últimos 10 anos, a LAVIB desempenhou um papel fundamental na realização de inúmeras cirurgias bariátricas, procedimentos que transformaram a vida de muitos pacientes, proporcionando não apenas a perda de peso, mas também a recuperação da saúde e o aumento da autoestima. Com uma atuação pautada no compromisso com a excelência e no bem-estar dos indivíduos, a liga se consolidou como uma referência na área, impactando positivamente a trajetória de diversas pessoas e reafirmando seu papel essencial na luta contra a obesidade.



Fig. 5 - Um de nossos ligantes participando de uma gastroplastia vertical. Arquivo pessoal, 2024.

Os impactos do projeto também podem ser percebidos por meio dos depoimentos dos participantes, que frequentemente relatam uma ampliação da visão sobre a interseção entre sustentabilidade e prática médica. Muitos estudantes destacam como a experiência na LAVIB os motivou a repensar a gestão hospitalar e a importância da adoção de práticas mais sustentáveis no seu futuro profissional. Além disso, a interação com médicos, gestores hospitalares e pesquisadores fortalece o aprendizado interdisciplinar e prepara os alunos para enfrentar desafios reais do setor da saúde.

O impacto do projeto de extensão na trajetória dos alunos é imensurável, refletindo-se diretamente em conquistas acadêmicas e profissionais. Em 2024, tivemos a imensa felicidade de receber a notícia de que um de nossos extensionistas foi aprovado na residência de cirurgia geral no Hospital Otávio de Freitas. Esse feito não apenas enche de orgulho toda a equipe envolvida, mas também reforça o papel essencial do projeto na formação de futuros profissionais altamente qualificados. É importante lembrar que ao longo de sua participação, os extensionistas têm acesso a um ambiente de aprendizado enriquecedor, que alia teoria e prática, proporcionando experiências fundamentais para o desenvolvimento de suas habilidades. Esse resultado é um exemplo concreto de como o projeto contribui para a construção de uma base sólida, preparando os alunos desde cedo para os desafios da vida profissional e abrindo portas para novas oportunidades na área da saúde.

Por fim, diante do que foi apresentado sobre o discurso da sustentabilidade, o projeto de extensão reforça a importância da participação universitária como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades sociais. Ao capacitar futuros profissionais para um olhar amplo sobre o impacto ambiental das práticas cirúrgicas e estimular a implementação de soluções inovadoras, o projeto contribui para a evolução do setor hospitalar em direção a um modelo mais eficiente e sustentável. Dessa forma, sua atuação extrapola os limites do ambiente acadêmico e gera

impactos positivos para a sociedade como um todo, mostrando o real valor que um projeto de extensão pode ter diante de um aluno.

Considerações Finais

Portanto, diante do que foi analisado, os estudos, de uma forma geral, convergem para a formação de uma ideia de que a gestão de resíduos hospitalares e o uso de materiais descartáveis representam um grande desafio para a sustentabilidade ambiental e a economia do nosso país. Embora o uso de materiais descartáveis seja conveniente e muitas vezes mais seguro, especialmente em termos de controle de infecções para o paciente e para os profissionais da saúde, as alternativas reutilizáveis demonstram benefícios ambientais a longo prazo, com custos reduzidos para o setor de saúde público e um menor impacto no meio ambiente como um todo. Logo o uso de materiais reutilizáveis, como o algodão, são fundamentais para a redução de custos e diminuição dos impactos ambientais, porém por outro lado os materiais descartáveis trazem mais segurança para os pacientes e para os profissionais da área de saúde.

Referências

DA SILVA FIGUEIREDO, Graciete et al. Resíduos de serviços de saúde (RSS) e seus impactos ambientais: desafios para a gestão e gerenciamento no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 71162-71179, 2020.

DE SOUZA, Rafael Q. et al. Diretrizes básicas latino-americanas para limpeza e preparo de dispositivos médicos para esterilização. *American Journal of Infection Control*, v. 52, n. 7, p. TS17-TS20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ajic.2024.10.025>

DONAHUE, Laura M. et al. A life cycle assessment of reusable and disposable surgical caps. *Journal of Surgical Research*, v. 299, p. 112-119, 2024.

LOPES, Edyane Cardoso. Impacto da cirurgia bariátrica na qualidade de vida de uma população de usuários do SUS e nos gastos com medicamentos. 2013.

NOGUEIRA, Danielly Negrão Guassú; CASTILHO, Valeria. Resíduos de serviços de saúde: mapeamento de processo e gestão de custos como estratégias para sustentabilidade em um centro cirúrgico. REGE-Revista de Gestão, v. 23, n. 4, p. 362-374, 2016.

PATRICIO, Karina Pavão; AMORIM, Alefe Rebouças; BORGES, Beatriz Zan-elato Rueda. O descarte incorreto de resíduos sólidos em um centro cirúrgico: um problema ambiental, econômico e social. Engenharia Sanitaria e Ambiental, v. 27, n. 3, p. 617-623, 2022.

REDDY, D. N. Carbon footprinting and environmental impact of gastrointestinal endoscopy procedures at a tertiary care institution: a prospective multi-dimensional assessment. Gut, 2025. DOI: [10.1136/gutjnl-2024-332471](https://doi.org/10.1136/gutjnl-2024-332471).

TOMÉ, Mariana Fexina. Custo do reprocessamento de campos cirúrgicos de tecido de algodão: um estudo de caso. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VILLALON, Ana L. et al. Uso de água para reprocessamento estéril na América Latina. American Journal of Infection Control, v. 52, n. 7, p. TS9-TS12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ajic.2024.10.022>

ÇETINKAYA, A. Y. Integration of electrocoagulation and solar energy for sustainable wastewater treatment: a thermodynamic and life cycle assessment study. Environmental Monitoring and Assessment, v. 197, n. 2, p. 224, 2025. DOI: [10.1007/s10661-025-13662-x](https://doi.org/10.1007/s10661-025-13662-x).

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES:

Alessandro Peixoto de Araújo

Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Residência médica em Cirurgia Geral e Gastroenterológica pelo Hospital Agamenon Magalhães (1999–2000). Especialista em Cirurgia Bariátrica, membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM) e da International Federation for the Surgery of Obesity (IFSO). É preceptor da residência médica em Cirurgia Geral do Hospital Barão de Lucena (SUS/PE) e atua como cirurgião abdominal no Centro Médico Hospitalar da PMPE. Atende também pelas operadoras UNIMED Guararapes e UNIMED Sergipe.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9424724716421803>

E-mail: sanpeixoto@terra.com.br

Alan Vitor Vasconcelos Maciel

Acadêmico de Medicina na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Foi representante da turma XVI durante três anos. Atualmente, é presidente e coordenador de mídia do Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica (LAVIB), além de coordenador da tesouraria do projeto Entrelaçados (saúde mental do idoso). Participou do Projeto de Extensão Incluir e do Diretório Acadêmico Josefa Águeda (DAJA). Foi monitor das disciplinas de Semiologia Médica I, Parasitologia e Microbiologia e Bioquímica II

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1586786360104146>

E-mail: alanvasconcelos.med@hotmail.com

Manfred Tabosa Correia Lima

Acadêmico de Medicina da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordenador de pesquisa clínica do Projeto de Extensão em Pesquisa Clínica (PESQUISAR). Participa do Projeto de Extensão em Videolaparoscopia e Cirurgia Bariátrica (LAVIB) e do Projeto Incluir (saúde da pessoa com deficiência). Foi monitor das disciplinas de Biologia Celular e Histologia I e Fisiologia II e, atualmente, é monitor de Biofísica I.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7297399334849106>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3033-5565>

E-mail: manfred.lima@hotmail.com

Thacyana Michely Gomes da Silva

Enfermeira, com pós-graduação em Urgência e Emergência, Cardiologia e Hemodinâmica. Possui experiência em hospitais de grande porte, atuando em unidades de referência como Hospital da Restauração, Hemope e Hospital da Polícia Militar. Atualmente, é acadêmica do 4º período do curso de Medicina na Faculdade Tiradentes (FITS). Busca expandir constantemente seus conhecimentos e aprimorar a qualidade do atendimento, com interesse em oferecer cuidados cada vez mais completos e especializados aos pacientes.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7077335965499165>

E-mail: thacyanagomes97@gmail.com



CAPÍTULO 12

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AÇÃO CLIMÁTICA: A JORNADA DE INOV-AÇÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA COMO EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17024415>

Breno José Andrade de Carvalho

Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna

Eduardo Antônio Maia Lins

Fábio José de Araújo Pedrosa

João Elton de Jesus

Valdeci Monteiro Dos Santos

Valdenice José Raimundo



As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI, com impactos que atravessam dimensões ambientais, sociais e econômicas, atingindo de forma desigual as populações mais vulneráveis. Nesse cenário, a Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13), reforça a urgência de ações frente à crise climática, em articulação com metas como educação de qualidade (ODS 4) e cidades sustentáveis (ODS 11). Este artigo analisa a experiência da Jornada de Inov-Ação Socioambiental e Climática, desenvolvida pelo Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS) da UNICAP. A iniciativa mobilizou estudantes do ensino médio em um percurso formativo baseado em metodologias participativas, que resultaram na elaboração de quatro propostas de intervenção socioambiental. Os resultados evidenciam que a extensão universitária, ao articular ensino, pesquisa e ação comunitária, constitui um espaço estratégico para formar sujeitos críticos e engajados, capazes de transformar conhecimento em ação diante da crise climática.

Palavras-chave: Educação Climática. Extensão Universitária. ODS 13. Sustentabilidade. Protagonismo Juvenil.

Introdução

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, com efeitos que transcendem fronteiras geográficas, sociais e econômicas. O aumento da temperatura média global, a elevação do nível do mar, a intensificação de eventos climáticos extremos e a perda da biodiversidade são fenômenos que afetam diretamente a vida cotidiana, sobretudo nas grandes cidades costeiras. Esses impactos não se distribuem de maneira igualitária: eles agravam desigualdades já existentes, atingindo de forma mais severa populações vulneráveis e marginalizadas, principalmente em países do Sul Global, onde a capacidade de adaptação e mitigação é mais limitada (IPCC, 2022; NOBRE; YOUNG; SALAZAR, 2012).

Diante desse cenário, a Agenda 2030 da ONU estabeleceu o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13) – Ação Contra a Mudança Global do Clima, que convoca governos, instituições, empresas e sociedade civil a adotarem medidas urgentes para enfrentar a crise climática. No contexto brasileiro, pesquisadores ressaltam que o ODS 13 está intimamente ligado a outros objetivos, como erradicação da pobreza, saúde, segurança alimentar e cidades sustentáveis, reforçando que a ação climática deve ser compreendida como um compromisso ético com a justiça social e a proteção da vida em todas as suas formas (RIBEIRO; SANTOS, 2020; LEITE, 2020).

No caso da cidade Recife, capital Pernambucana, os riscos tornam-se ainda mais evidentes: segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a cidade foi considerada a 16ª mais vulnerável do mundo aos efeitos da crise climática, sobretudo pela sua localização costeira, alta densidade populacional e desigualdade socioespacial (UNICEF, 2023). Para enfrentar tal desafio, torna-se urgente a construção de soluções integradas. Nesse contexto, a educação ambiental e climática ganha destaque como “instrumento para a formação de uma comunidade consciente, participativa e resiliente” (FOSS; KO, 2019), capaz de

transformar conhecimento em ação e promover uma cidadania ecológica crítica (LAYRARGUES, 2012).

Foi nesse horizonte que a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com apoio do projeto internacional *Climate Labs: Fortalecendo as capacidades de pesquisa aplicada e inovação na América Latina por meio de laboratórios de co-criação para mitigação e adaptação às mudanças climáticas*, promovido pela União Europeia, Erasmus+ e Ashoka, criou o Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS). Um dos objetivos do LIMCS é, por meio da indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa, fomentar o debate, a reflexão e a criação de ações extensionistas voltadas ao fortalecimento da adaptação socioambiental na região metropolitana do Recife.

Entre as ações realizadas pelo LIMCS, destaca-se a “Jornada de Inovação Socioambiental e Climática”, iniciativa extensionista que promove discussões sobre crise climática, sustentabilidade e inovação socioambiental; desenvolve competências de liderança e comunicação; e fomenta a criação de projetos de impacto real nas comunidades.

Este trabalho, portanto, busca refletir sobre a importância de ações relacionadas às mudanças climáticas, destacando o papel da educação ambiental e climática e apresentando a Jornada de Inovação Socioambiental e Climática como uma experiência positiva realizada pela UNICAP. Trata-se de um exemplo concreto de como a extensão universitária pode ser uma resposta inovadora e transformadora diante da crise climática, integrando o ODS 13 à missão social das universidades.

Mudanças climáticas e a ODS 13

O consenso científico aponta que a principal causa das mudanças climáticas atuais está associada ao aumento das concentrações de gases de

efeito estufa (GEE) provenientes da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e de práticas insustentáveis de produção e consumo (NOBRE; YOUNG; SALAZAR, 2012). No Brasil, o setor de uso da terra e a agropecuária figuram como os maiores emissores, representando mais de 70% das emissões nacionais (SEEG, 2023).

Os efeitos dessas transformações são sentidos em todo o território brasileiro: secas mais prolongadas no semiárido nordestino, enchentes e deslizamentos em áreas urbanas densamente povoadas e o avanço do desmatamento na Amazônia, que compromete serviços ecossistêmicos fundamentais, como a regulação do regime de chuvas (ARTAXO, 2020).

Além dos impactos ambientais, a crise climática também é social. Populações em situação de pobreza, comunidades tradicionais e moradores de periferias urbanas estão entre os mais afetados, evidenciando o caráter desigual e injusto da emergência climática (RIBEIRO; SANTOS, 2020).

O ODS 13 propõe metas específicas que vão desde o fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação às mudanças climáticas até a integração de medidas climáticas nas políticas públicas nacionais. O objetivo está interligado a outras dimensões da Agenda 2030, como erradicação da pobreza (ODS 1), agricultura sustentável (ODS 2), saúde (ODS 3), energia limpa (ODS 7) e cidades sustentáveis (ODS 11).

Segundo Leite (2020), a inclusão do ODS 13 no marco global evidencia a necessidade de compreender as mudanças climáticas como um problema transversal, que exige respostas sistêmicas e integradas. Para o Brasil, isso implica alinhar políticas de mitigação e adaptação a agendas de desenvolvimento social e redução das desigualdades.

A nível internacional, o país assumiu compromissos no âmbito do Acordo de Paris, firmando metas de redução de emissões e combate ao desmatamento ilegal. Contudo, como destacam Viola e Franchini (2021), o desafio brasileiro é implementar tais compromissos de forma consistente,

considerando as pressões econômicas e políticas que ainda sustentam modelos de exploração insustentáveis

Apesar da relevância do ODS 13, o Brasil enfrenta obstáculos significativos em sua implementação. As mudanças climáticas no Brasil apresentam uma série de entraves estruturais e conjunturais que comprometem tanto a capacidade de resposta do país quanto sua credibilidade internacional. Entre os principais desafios, destaca-se o avanço acelerado do desmatamento e da degradação ambiental, sobretudo na Amazônia, que fragiliza os esforços de mitigação e coloca em xeque a imagem internacional do país como ator relevante na agenda climática global (ARTAXO, 2020). Essa realidade se agrava diante da fragilidade das políticas públicas ambientais, frequentemente marcadas pela descontinuidade e pela influência de disputas políticas, o que impede a consolidação de estratégias consistentes de longo prazo (VIOLA; FRANCHINI, 2021).

Outro aspecto crítico diz respeito ao baixo investimento em educação climática, o que limita a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados na construção de uma transição socioambiental justa. A ausência de políticas educacionais robustas voltadas para o tema impede que a sociedade desenvolva competências necessárias para enfrentar os desafios da crise climática (LAYRARGUES, 2012). Soma-se a isso a vulnerabilidade das cidades costeiras, com a elevação do nível do mar, combinada à precariedade da infraestrutura urbana e à desigualdade social, torna ainda mais urgente a implementação de políticas integradas de adaptação (UNICEF, 2023).

Esses desafios mostram que o enfrentamento da crise climática não pode ser entendido apenas como uma questão técnica ou ambiental, mas como uma transformação profunda nos padrões de desenvolvimento e nas práticas sociais.

Para avançar na implementação do ODS 13 no Brasil, é necessário fortalecer uma agenda integrada que envolva governos, universidades, setor

privado e sociedade civil. Experiências locais, como projetos de educação ambiental, iniciativas comunitárias e laboratórios de inovação climática, têm mostrado potencial para articular conhecimento científico, saberes tradicionais e práticas sociais transformadoras (RIBEIRO; SANTOS, 2020).

A universidade, nesse contexto, desempenha um papel estratégico. Através da extensão universitária, aliada ao ensino e à pesquisa, é possível construir ações de impacto territorial que promovam conscientização, engajamento e soluções inovadoras para adaptação e mitigação. Como destaca Leite (2020), o compromisso com a Agenda 2030 deve estar no centro da missão social das instituições de ensino superior, fortalecendo sua responsabilidade frente à crise climática.

Educação Climática

A emergência da questão ambiental impôs à educação novos horizontes e responsabilidades. O colapso ecológico, evidenciado por fenômenos como a degradação dos solos, a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas requer, sobretudo, a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade do mundo natural e social, assumindo uma postura crítica diante dos modelos de desenvolvimento vigentes. Nesse contexto, a educação ambiental configura-se como dimensão essencial na construção de sociedades sustentáveis e democráticas, promovendo novas formas de conhecimento, de consciência e de ação transformadora.

A educação ambiental não deve ser reduzida a um conjunto de conteúdos isolados, mas exige a superação das fronteiras disciplinares. Como afirma Almeida (1997, p. 189), “a constituição do pensamento ecológico resulta da articulação de saberes diversos, que vão da biologia à filosofia, da economia à política, num esforço de recompor a totalidade da vida”. Essa perspectiva interdisciplinar evidencia que os problemas ambientais não

são apenas fenômenos naturais, mas também sociais, culturais e históricos.

Nesse escopo, a educação ambiental adquire um caráter integrador, capaz de articular diferentes áreas do saber em prol de uma consciência ecológica crítica e cidadã. Nesse mesmo sentido, Almeida (1997, p. 194) reforça que “a interdisciplinaridade não é mera justaposição de disciplinas, mas um processo de síntese, no qual novos significados emergem da relação entre os saberes”. Esse desafio pedagógico amplia o campo formativo da escola e da universidade, convidando estudantes e professores a pensar conjuntamente a relação entre sociedade e natureza.

No contexto brasileiro, Amaral (2007) chama atenção para o modo como a questão ambiental se insere na cultura educacional. Para a autora, “a dimensão ambiental vem sendo incorporada nas políticas públicas de educação, mas ainda de forma tímida e fragmentada” (AMARAL, 2007, p. 110). A persistência de uma pedagogia centrada na transmissão de conteúdos, característica da tradição escolar, frequentemente inviabiliza práticas educativas mais críticas e emancipadoras. Entretanto, Amaral (2007, p. 113) observa que “a educação ambiental só cumpre sua função quando se converte em prática social, isto é, quando transcende os limites da escola e se articula com a comunidade e a sociedade”.

Nesse sentido, a educação ambiental no Brasil não pode prescindir do diálogo com os problemas sociais estruturais tal como a pobreza, desigualdade, exclusão e racismo ambiental, que moldam a vulnerabilidade socioecológica. Ao ampliar a dimensão cultural, Amaral defende que a escola deve valorizar não apenas o conhecimento científico, mas também os saberes populares e comunitários, que trazem consigo experiências de convivência sustentável com o meio ambiente.

No cenário internacional, Anderson (2010) analisa a relação entre educação de qualidade e o enfrentamento das mudanças climáticas. Para a autora, “combater a mudança climática requer não somente soluções

tecnológicas, mas uma profunda transformação na maneira como as pessoas pensam, agem e aprendem” (ANDERSON, 2010, p. 4). A educação, nesse contexto, torna-se uma das ferramentas mais poderosas para preparar as novas gerações a compreenderem os desafios climáticos e desenvolverem práticas de mitigação e adaptação. Conforme enfatiza a autora, “a educação de qualidade capacita os indivíduos com as habilidades para analisar criticamente as informações, compreender a ciência das mudanças climáticas e adotar práticas sustentáveis em sua vida cotidiana.” (ANDERSON, 2010, p. 8). Assim, a educação ambiental não pode se limitar a campanhas pontuais ou a conteúdos periféricos, mas precisa ser assumida como política pública consistente, capaz de integrar ciência, cidadania e transformação social.

No âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, essa perspectiva encontra ressonância no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13), que conclama os países a adotarem medidas urgentes para combater a mudança global do clima. Contudo, Anderson (2010) ressalta que esse objetivo deve ser articulado ao ODS 4, voltado à educação de qualidade. Somente quando compreendidos de forma interdependente é que esses objetivos poderão gerar transformações efetivas, já que o enfrentamento da crise climática exige mais do que infraestrutura ou acordos políticos: exige também uma cidadania climática crítica e engajada. Nesse sentido, Layrargues (2012) reforça que a educação ambiental deve ultrapassar um caráter meramente informativo, assumindo um viés crítico capaz de questionar padrões de produção e consumo que sustentam a crise ambiental.

Nesse sentido Anderson (2010) apresenta recomendações práticas tais como: ampliar o papel da educação nas estratégias climáticas; integrar agendas como educação para o desenvolvimento sustentável, redução de riscos de desastres e educação ambiental; e destinar financiamento específico para iniciativas educativas em regiões mais vulneráveis. Some-se a isso a valorização de experiências locais e o fortalecimento de redes de cooperação internacional, capazes de articular saberes científicos e

conhecimentos tradicionais em prol da construção de soluções inovadoras.

No caso brasileiro, tais orientações ganham particular relevância. O avanço do desmatamento, a fragilidade das políticas ambientais e a vulnerabilidade de cidades costeiras evidenciam que a crise climática também é uma crise social. Como destacam Ribeiro e Santos (2020), a vulnerabilidade urbana está diretamente ligada à desigualdade socioespacial, de modo que pensar em adaptação climática é, ao mesmo tempo, pensar em inclusão social. A educação, nesse cenário, torna-se chave não apenas para preparar novas gerações, mas para fomentar resiliência comunitária, empoderar sujeitos e consolidar uma ética de responsabilidade planetária.

Dessa forma, a obra de Anderson (2010) e as contribuições de Almeida (1997) e Amaral (2007) demonstram que enfrentar as mudanças climáticas e a crise ecológica exige ir além de soluções técnicas ou políticas de curto prazo. É preciso investir em uma educação de qualidade, interdisciplinar e culturalmente situada, capaz de articular criticidade, cidadania e justiça socioambiental. Integrar o ODS 13 ao ODS 4 significa reconhecer que não haverá ação climática eficaz sem a formação de sujeitos que compreendam, se engajem e transformem a realidade. Nesse horizonte, a educação deixa de ser apenas uma política social para se tornar, de fato, uma estratégia climática indispensável, capaz de alinhar justiça, equidade e sustentabilidade em resposta à maior crise de nosso tempo.

Jornada de Inov-Ação Socioambiental e Climática

Tendo em vista que a educação assume papel estratégico ao preparar novas gerações para compreender e enfrentar os desafios socioambientais, a Extensão Universitária, por sua vez, apresenta-se como campo privilegiado para promover práticas educativas críticas, interdisciplinares e

transformadoras, capazes de articular conhecimento científico e saberes comunitários (FORPROEX, 2012).

Nesse horizonte, a experiência da Jornada de Inov-Ação Socioambiental e Climática, promovida pelo Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade – LIMCS em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco, materializa a integração entre extensão, inovação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

A Jornada foi concebida com múltiplos objetivos que dialogam tanto com a formação cidadã quanto com a promoção de uma consciência socioambiental crítica. Em primeiro lugar, buscou-se sensibilizar os estudantes do ensino médio acerca das mudanças climáticas e de seus impactos, tanto em escala global quanto local, reconhecendo que os efeitos da crise climática se manifestam de maneira concreta no cotidiano das comunidades. Para além da dimensão cognitiva, a iniciativa também se orientou para o desenvolvimento de competências fundamentais, como liderança, comunicação e trabalho em equipe, consideradas essenciais para a formação de sujeitos capazes de atuar de forma colaborativa na construção de soluções.

Outro eixo relevante consistiu no estímulo à elaboração de projetos de impacto socioambiental, elaborados a partir de metodologias participativas e inovadoras, de modo a valorizar o protagonismo juvenil e o engajamento criativo na busca por alternativas sustentáveis. Finalmente, a Jornada teve como propósito integrar a prática extensionista universitária à formação desses jovens, favorecendo a construção de uma geração de protagonistas na ação climática, capaz de articular saberes acadêmicos, engajamento comunitário e responsabilidade ambiental.

O processo educativo iniciou-se com a palestra “Mudanças Climáticas”, reunindo 80 estudantes da Escola Estadual Liceu Nóbrega de Artes e

Ofícios. A atividade promoveu discussões sobre causas, efeitos e consequências da crise climática. Em seguida, os jovens participaram do “Jogo das Mudanças Climáticas”, inspirado no Climate Fresk, metodologia internacional criada na França em 2015 e já aplicada em mais de 2 milhões de oficinas em 167 países (CLIMATE FRESK, 2023).



Fig. 1 - Palestra sobre Mudanças Climáticas. Fonte: Os autores.

O Climate Fresk baseia-se nos relatórios do IPCC e utiliza **42 cartas ilustradas** que representam causas, efeitos e consequências das mudanças climáticas. Em pequenos grupos, os participantes são convidados a organizar essas cartas de forma lógica, compreendendo as interconexões que estruturam a crise climática. O caráter inovador da metodologia está em sua capacidade de tornar acessível um tema de alta complexidade científica por meio da colaboração, do raciocínio coletivo e do diálogo entre pares. Como reforça a organização, “à medida que os participantes vinculam as causas e os efeitos das mudanças climáticas, são capazes de entender a natureza sistêmica dos desafios” (CLIMATE FRESK, 2013).

Esse recurso pedagógico não apenas transmite conhecimento científico, mas também mobiliza dimensões afetivas e motivacionais. Ao final da dinâmica, os participantes são convidados a expressar sentimentos e a discutir possíveis ações individuais e coletivas. Essa abordagem ressoa com os princípios da Educação Ambiental Crítica, que, segundo Layrargues

(2012), deve ir além da transmissão de informações, possibilitando a formação de sujeitos reflexivos e engajados na transformação da realidade.



Fig. 2 - Jogo das Mudanças Climáticas. Fonte: Os autores.

Na sequência da Jornada, os estudantes participaram de cinco encontros semanais estruturados como um processo progressivo de aprendizagem. Nos dois primeiros, buscou-se consolidar uma base conceitual sólida sobre as mudanças climáticas, abordando desde seus fundamentos científicos — como o aquecimento global, o efeito estufa e a intensificação de eventos extremos — até suas dimensões sociais e políticas, destacando os impactos desiguais sobre populações vulneráveis. Esses momentos foram essenciais para que os jovens não apenas assimilassem informações, mas também relacionassem tais fenômenos com suas realidades locais, refletindo sobre como as mudanças climáticas já afetam o cotidiano de suas comunidades, seja no aumento da temperatura, em alagamentos urbanos, na poluição ou na precariedade da coleta de resíduos.



Fig. 3 - Encontro da Jornada de Inov-Ação Socioambiental e Climática.
Fonte: Os autores.

Nos encontros seguintes, o foco deslocou-se para a identificação de problemas socioambientais concretos. A partir de debates em grupo e da troca de experiências, os estudantes foram estimulados a mapear desafios presentes em seus bairros e escolas, como descarte inadequado de lixo, enchentes recorrentes, insegurança alimentar e fragilidade das redes comunitárias em situações de risco. Esse movimento de trazer o problema para perto de suas vidas ampliou o engajamento dos jovens, uma vez que eles passaram a perceber a crise climática não como uma abstração global, mas como questão enraizada em seus territórios e experiências cotidianas.

Foi nesse momento que se introduziu a aplicação da Teoria da Mudança, metodologia amplamente utilizada em projetos sociais e educacionais. Como apontam Barki et al. (2023, p. 3), trata-se de um recurso que “descreve como uma intervenção pretende entregar os resultados idealizados na concepção do projeto”. Em termos pedagógicos, sua adoção permitiu aos estudantes compreenderem que a transformação social exige clareza de objetivos, definição de metas intermediárias e identificação dos recursos necessários para que um impacto desejado se concretize. Assim, em vez de pensar soluções genéricas, os grupos foram desafiados a articular

lógica causal, metas alcançáveis e estratégias de ação, desenvolvendo habilidades de planejamento e pensamento crítico.

Além disso, a metodologia favoreceu uma visão sistêmica dos problemas, uma vez que os jovens tiveram que refletir não apenas sobre os sintomas das mudanças climáticas, mas sobre suas causas estruturais e os caminhos possíveis de transformação. Esse exercício também despertou neles uma consciência cidadã ampliada, pois compreenderam que a mudança depende tanto de escolhas individuais quanto de ações coletivas e políticas públicas, alinhando-se com o princípio extensionista de formação para a cidadania ativa.

Ao final do processo, cada grupo foi capaz de desenhar um projeto de intervenção com objetivos claros, público-alvo definido, indicadores de impacto e resultados esperados. Mais do que uma atividade técnica, essa etapa representou um exercício de protagonismo juvenil, em que os estudantes se reconheceram como agentes de transformação socioambiental, capazes de elaborar propostas criativas e contextualizadas para os desafios que vivenciam.

A Jornada resultou na elaboração de quatro projetos de impacto socioambiental:

- a) Trabalhador Inovador – aplicativo de troca de serviços entre moradores;
- b) Recicom – formação de famílias sobre descarte adequado de resíduos e criação de pontes com coletores;
- c) Sustenta Kids – práticas de reciclagem e cultivo de hortas no ambiente escolar;
- d) Vidas Seguras – capacitação de moradores de áreas vulneráveis para enfrentamento de riscos climáticos.

Os depoimentos dos estudantes evidenciam o impacto da experiência. Um deles destacou:

aprendi muitas coisas que, além de levar para o meu futuro profissional, eu vou poder repassar para outras pessoas”. Outra participante afirmou: “essa formação me fez enxergar que a meta por uma cidade resiliente é sim um ótimo caminho a seguir e que juntos devemos diminuir o impacto das mudanças climáticas.

Os universitários extensionistas também relataram aprendizados significativos. Segundo um deles: “esse momento de prática com a população me possibilitou ter insights para conhecer mais sobre os negócios de impacto socioambiental. Creio que essa experiência aguçou a minha vontade em trabalhar tanto em inovação social como em impacto socioambiental”.

A direção da escola reforçou a relevância pedagógica da iniciativa: “ao abordar a temática das mudanças climáticas no ambiente educacional, estabelecemos um compromisso em preparar nossos estudantes a serem protagonistas de um mundo melhor, além de capacitá-los para enfrentar os desafios globais contemporâneos”.

Considerações Finais

A Jornada de Inov-Ação Socioambiental e Climática mostrou-se uma experiência pedagógica inovadora, ao articular conhecimento científico, metodologias participativas e protagonismo estudantil na construção de respostas locais à crise climática. A iniciativa demonstrou que a educação ambiental crítica pode ir além da sensibilização, tornando-se um processo formativo capaz de estimular consciência cidadã, engajamento coletivo e produção de soluções concretas para problemas socioambientais.

Do ponto de vista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Jornada cumpriu papel estratégico ao integrar o ODS 13 (Ação Climática) ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 11 (Cidades e Comunidades

Sustentáveis). Essa convergência reforça a ideia de que a ação climática não pode ser dissociada de uma educação emancipatória e de uma cidade mais justa e resiliente. Os projetos desenvolvidos pelos jovens, que variaram da gestão de resíduos à preparação comunitária para situações de risco, revelam a potência da juventude quando mobilizada por metodologias participativas e orientadas para a transformação social.

Na perspectiva da Extensão Universitária, a Jornada reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao criar espaços de diálogo entre universidade, escola e comunidade. O envolvimento de estudantes universitários extensionistas não apenas ampliou a qualidade pedagógica da experiência, mas também reforçou a função social da universidade, que não se limita a formar profissionais, mas se compromete com a formação de cidadãos críticos e engajados.

Além disso, o uso do Climate Fresk mostrou-se um recurso didático inovador, capaz de traduzir a complexidade das mudanças climáticas em linguagem acessível, colaborativa e mobilizadora. Essa metodologia, ao combinar ciência, diálogo e emoção, favoreceu uma compreensão sistêmica da crise climática e impulsionou o engajamento dos participantes, confirmando a relevância de práticas educativas criativas e internacionalmente validadas.

Por fim, a experiência demonstra que enfrentar as mudanças climáticas requer não apenas infraestrutura ou acordos internacionais, mas sobretudo formação de sujeitos capazes de pensar criticamente, agir localmente e transformar coletivamente. Nesse horizonte, a educação climática e a extensão universitária consolidam-se como estratégias indispensáveis para alinhar justiça social, equidade e sustentabilidade, afirmando o papel das universidades como protagonistas na busca de soluções para os maiores desafios do nosso tempo.

Referências

ALMEIDA, J. P. A interdisciplinaridade na constituição do pensamento ecológico. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, p. 187-200, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pg000021.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

AMARAL, M. T. A dimensão ambiental na cultura educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 88, n. 218, p. 107-121, 2007. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/10/10>. Acesso em: 21 set. 2024

ANDERSON, A. *Combating climate change through quality education*. Washington: Brookings, 2010. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/combating-climate-change-through-quality-education/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ARTAXO, P. Mudanças climáticas: desafios e oportunidades. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 47-66, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142020.3499.004>.

BARKI, E. et al. Teoria da mudança: guia prático para organizações sociais. São Paulo: FGV EAESP, 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/35083>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BENDER, W. N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014.

CLIMATE FRESK. *The Climate Fresk*. Paris: Climate Fresk Association, 2013. Disponível em: <https://climatefresk.org/world/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FOSS, S.; KO, C. Education as a tool for climate change action. *Journal of Environmental Education*, v. 50, n. 4, p. 310-320, 2019. <https://doi.org/10.1080/00958964.2019.1598903>.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, p. 285-300, 2012.

LEITE, J. C. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma leitura crítica. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, p. 50-67, 2020.

NOBRE, C. A.; YOUNG, A. F.; SALAZAR, L. F. Mudanças climáticas globais e regionais: avaliação científica do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. *Revista USP*, n. 95, p. 13-32, 2012.

RIBEIRO, W. C.; SANTOS, L. C. Desigualdades socioespaciais e vulnerabilidade climática no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, n. 1, p. 1-17, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202024>.

SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. *Emissões de GEE no Brasil e suas implicações*. São Paulo: Observatório do Clima, 2023. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SILVA, M. A. Justiça climática e desigualdade de gênero. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 4, p. 2381-2402, 2018. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/37624>.

UNICEF. *The climate crisis is a child rights crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index*. Nova Iorque: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. *Brasil na era do antropoceno: poderes, discursos e instituições*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021

SOBRE OS AUTORES

Breno José Andrade de Carvalho

Doutor e Mestre em Design, Especialista em Design da Informação e Graduado em Comunicação Social. Professor Assistente da UNICAP, onde coordena o Curso de Tecnologia em Jogos Digitais e integra o Programa de Pós-Graduação em Indústrias Criativas. Assessor do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), pesquisador do grupo Createch e membro do Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LiMCS).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2713900493883337>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4449-4036>

E-mail: breno.carvalho@unicap.br

Cynthia Carneiro de Albuquerque Suassuna

Doutora em Desenvolvimento Urbano. Mestre em Gestão e Políticas Ambientais. Graduada em Direito e em Química Industrial. Atualmente é Professora Pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco, atuando no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direito e Inovação, e membro do LIMCS – Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8934444219712448>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4860-3439>

E-mail: cynthia.suassuna@unicap.br

Eduardo Antonio Maia Lins

Doutor em Geotecnia Ambiental pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Engenharia Civil pela mesma instituição e Especialista em Gestão Ambiental pela UPE. Graduado em Engenharia Civil pela UPE. Atualmente é Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde coordena o Curso de Especialização em Gestão e Controle de Áreas Contaminadas por Resíduos Sólidos.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6148771863554184>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9108-4179>

E-mail: eduardo.maia@unicap.br

Fábio José de Araújo Pedrosa

Geólogo pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Geociências pela USP e Doutor em Geologia Ambiental pela UFPE. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordena o Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4722830868830418>

E-mail: fabio.pedrosa@unicap.br

João Elton de Jesus

Doutor em Psicologia Clínica e Mestre em Ciências da Religião. Especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo e Licenciado em Filosofia. Bacharel em Administração com ênfase em Marketing Atualmente é Docente Assessor de Extensão da Universidade Católica de Pernambuco

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6690323448255726>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5339-3870>

E-mail: joao.elt@gmail.com

Valdeci Monteiro dos Santos

Doutor em Desenvolvimento Econômico, Mestre em Desenvolvimento Urbano e Graduado em Ciências Econômicas (UFPE) e Administração (UPE). Professor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Chefe da Assessoria de Planejamento e Avaliação (Asseplan)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4601092987764465>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7088-7239>

E-mail: valdeci.santos@unicap.br

Valdenice José Raimundo

Doutora em Serviço Social. Professora da graduação e pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Coordenadora do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos.

Coordenadora do Projeto de Extensão Jardim Solidário.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4595497931112345>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2870-4064>

E-mail: valdenice.raimundo@unicap.br



CAPÍTULO 13

LABCOM: A EXTENSÃO COMO PLATAFORMA DE ATIVIDADES PRÁTICAS E EXPERIMENTAÇÃO PARA O CURSO DE JORNALISMO

D.O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17024649>

Filipe Falcão



Este artigo apresenta a experiência da Agência-Laboratório de Práticas Inovadoras em Comunicação (LabCom), projeto de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A LabCom funciona como um espaço de experimentação pedagógica e de produção multimídia, articulando ensino, pesquisa e extensão. Organizada em trilhas de inovação – produção, aprendizagem e pesquisa – a LabCom promove práticas colaborativas e interdisciplinares, atendendo demandas internas e externas à universidade. O texto discute o papel do laboratório como plataforma formativa, destacando sua metodologia, ações desenvolvidas, impacto na formação dos estudantes e reconhecimento institucional. Os resultados apontam para uma atuação efetiva da LabCom na qualificação acadêmica e profissional dos alunos, bem como na integração com a comunidade e com as transformações digitais no campo do jornalismo.

Palavras-chave: LabCom. Jornalismo. Extensão universitária. Inovação. Formação profissional.

Introdução

Os laboratórios de experimentação no campo da cultura e comunicação são espaços onde se desenvolvem atividades em áreas de fronteira entre as expressões culturais e a tecnologia, entre teoria e prática e entre a experimentação e o mercado. Esses ambientes têm se mostrado tão frutíferos quanto variados em seus objetivos e organização, bem como nos produtos e serviços que oferecem para as comunidades acadêmicas, empresárias e mercado consumidor final.

Em qualquer dos formatos e objetivos escolhidos, estão presentes métodos colaborativos e processos coletivos de produção multimídia, além de uma orientação geral no sentido de uma cultura que incorpora práticas de inclusão, diversidade e interdisciplinaridade. A busca de novos modos de trabalho, além do aprendizado, do compartilhamento de ideias e potencialidades também fazem parte dessas experiências. Necessariamente, esse caminho forma comunidades em torno do laboratório – que se relacionam, retroalimentando atividades acadêmicas, de experimentação com descobertas no trato da informação, emergência de ideias e desenvolvimento de soluções para problemas e desafios contingentes. As possibilidades para tais processos podem ser infinitas, mas dentro de um recorte específico vamos aqui trabalhar com a área jornalística uma vez que o projeto de extensão que será apresentado ao longo do texto é desenvolvido pelo curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, mais antigo curso do Norte e Nordeste com mais de seis décadas de existência.

Nesse sentido, a Agência-Laboratório de Práticas Inovadoras em Comunicação da Unicap (LabCom) se coloca como um importante instrumento da atividade de extensão e, portanto, compondo o respectivo projeto pedagógico do curso de Jornalismo. O que se propõe no presente texto é a apresentação de um projeto de extensão no formato de laboratório de comunicação, que mantém um relacionamento dinâmico e produtivo com outras formas institucionais de modo a permitir não apenas uma maior divulgação do próprio curso de Jornalismo como reforçar atividades

práticas e de desenvolvimento para os estudantes que fazem parte do projeto. Assim, a LabCom se propõe a ser uma comunidade em que se desenvolvem as frentes de laboratório de inovações, assessoria, pesquisa, produção de mídias e aprendizado.

Do ponto de vista pedagógico, a LabCom pode ser vista como uma plataforma de atividades práticas e de experimentação para o curso de Jornalismo, na medida em que coloca em prática uma metodologia que privilegia a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa perspectiva está presente no primeiro artigo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado.

O contato com problemas reais para resolver, em um contexto de interação multidisciplinar, orientado por generosidade intelectual e em contato com a sociedade forma um dispositivo que pode contribuir em formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica e ética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento; além de preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do mercado. A LabCom espalha a sua produção no ambiente virtual por meio de cinco frentes principais e muitas vezes convergentes: o blog do curso de Jornalismo da Unicap, instagram, youtube, tiktok e spotify.

Dentro dos recortes para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), conjunto de 17 metas globais estabelecidas pela ONU com objetivos de erradicar a pobreza e garantir uma melhor qualidade de vida para todos, o projeto LabCom pode ser encaixado na ODS 4, Educação de Qualidade. Este tem como principal objetivo promover oportunidades de ensino e aprendizagem igualitárias de modo inclusivo e de qualidade para todas as pessoas, mas em especial para jovens em formação seja escolar ou de nível superior.

Comunicação e inovação

A capital pernambucana sempre foi destaque no que diz respeito sobre a história e evolução do jornalismo no Brasil. Uma década em especial foi a de 1960 quando circulavam no Recife diversos jornais impressos, entre eles Folha da Manhã, O Pequeno, Diário de Pernambuco e Jornal do Comercio. Além destes, foram inauguradas no começo da mesma década duas emissoras de televisão, a TV Tupi (já extinta) e a TV Jornal do Comercio (hoje TV Jornal). É neste cenário que surge o projeto do curso de Jornalismo, apresentado pelo jornalista e professor Luiz Beltrão à direção da Universidade Católica de Pernambuco. O curso começou a funcionar no ano de 1961, vinculado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instalada no recém-inaugurado prédio da UNICAP, o bloco A.

O projeto foi inovador desde o início com uma proposta que aliava a teoria e a prática. Beltrão foi jornalista e apesar de forjado nas redações, reconhecia a importância de uma formação humanista, social e técnica, respaldada por uma prática crítica. Ao longo de suas seis décadas, o curso de Jornalismo cresceu e, mais importante, caminhou ao lado das novas demandas do mercado e da profissão. Por exemplo, na década de 1970 é notado um crescimento para a produção de jornalismo televisivo, o que fez com que surgissem disciplinas voltadas para este tópico dentro do curso. Já no começo dos anos 2000 foi a vez do surgimento de um jornalismo produzido para a recém surgida internet e logo o curso de Jornalismo da Unicap trocou as máquinas de datilografar por computadores ao lado das primeiras disciplinas pensadas para um jornalismo consumido pela internet.

Ao longo das décadas recentes, o acesso e o uso das tecnologias de informação e comunicação em rede cresceram de forma acelerada. Somente entre os anos 2000 e 2012, estima-se que o número de usuários da internet no mundo tenha crescido de cerca de 360 milhões para quase 2,5 bilhões de pessoas. A quantidade de equipamentos conectados à rede também apresentou crescimento vertiginoso. Além de computadores, dispositivos móveis como smartphones passaram a fazer parte da rotina das

peças de modo a já não ser mais possível imaginar a rotina atual sem tais aparelhos sempre conectados. A progressiva disseminação de tais dispositivos e das redes através das quais se conectam resultou em implicações para praticamente todas as áreas do conhecimento, mas também para os diversos campos de produção e das formas de se narrar. A partir da apropriação cotidiana das novas possibilidades da comunicação através de diversos setores profissionais, camadas socioeconômicas, campos institucionais e culturas, novas questões emergiram – relacionadas ao estatuto da propriedade intelectual, questões de privacidade, liberdade, controle e direitos individuais.

Entretanto, em qualquer dos formatos e objetivos escolhidos, estão presentes métodos criativos e processos coletivos de produção dentro do campo da comunicação, além de práticas de inclusão, diversidade e interdisciplinaridade. Necessariamente, esse caminho forma comunidades em torno de laboratórios de experimentação beneficiando os que fazem parte destes espaços assim como o público consumidor.

Uma das principais referências nesse sentido para a criação da LabCom é o Media Lab do MIT, do Instituto de Tecnologia de Massachussetts, nos Estados Unidos (<https://www.media.mit.edu/>), tomado inclusive como modelo ideal de laboratório. O Media Lab do MIT é associado a setores de mídia e com uma expectativa de geração de conhecimento aplicado e formatado como propriedade intelectual. Entretanto, outras formas de laboratórios interdisciplinares devem também ser levadas em conta. São bons exemplos dessa vertente o iNOVA Media Lab (<http://inovamedialab.org/>), vinculado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; e o Media Lab Prado (<http://medialab-prado.es/>), em Madrid.

Do ponto de vista da comunicação, tem-se observado aproximação do jornalista com outras áreas do conhecimento, formando equipes interdisciplinares (Rojo Villada, 2006; Echevarría & Quiroga, 2007; Ferraz, 2009). A integração, sobretudo, com as equipes de design e programação é fundamental na busca por layouts e funcionalidades adequadas e que melhor

utilizem as potencialidades das plataformas móveis (Sousa, 2015), por exemplo. Savage e Vogel (2009) sustentam que essas equipes são importantes por duas razões. Em primeiro lugar porque diferentes especialistas são necessários para produzir mídia de alta qualidade; e, em segundo, porque um conteúdo multimídia é geralmente formulado e reformulado com base nas interações entre os membros da equipe.

Dentro deste contexto, a LabCom foi pensada no ano de 2020 como este espaço colaborativo no qual alunos do curso de Jornalismo, por meio de um projeto de extensão, poderiam colocar em prática o que aprendiam em sala de aula utilizando questões multimídias, práticas inovadoras e de convergência entre as diferentes mídias. Mais importante, a LabCom surge como um modo de divulgar o próprio curso além de atender demandas de clientes externos ao curso. Muito importante de se destacar, em seu período de existência, a LabCom permitiu que os alunos que participaram do projeto adquirissem conhecimentos e ficassem mais preparados para vagas de estágio e até de emprego fora da universidade.

Metodologia

Entre os objetivos da LabCom, o principal aponta por criar uma comunidade interdisciplinar de profissionais, estudantes e educadores trabalhando os processos de comunicação desenvolvidos para impulsionar narrativas e desenvolver conhecimento coletivo.

Para os objetivos específicos, destacam-se desenvolver produtos de comunicação para narrativas multimídia e em demais formatos; criar e desenvolver um ambiente aberto e colaborativo para exploração interdisciplinar e conversação, onde estudantes e profissionais aprendem juntos e uns com os outros; ofertar cursos e oficinas multidisciplinares nos quais profissionais de diversas origens e formações desenvolvam projetos e resolvem problemas que pareçam importantes para o futuro da mídia; e

estimular a pesquisa e a produção científica, por meio do acompanhamento das metodologias de desenvolvimento dos projetos.

As atividades da LabCom são divididas em três conjuntos, aqui chamados de Trilhas de Inovação, que se interconectam e podem se retroalimentar. Elas colocam em prática as quatro frentes (Produção de mídias, Pesquisa, Assessoria, Laboratório de Inovações) e são detalhadas abaixo. As respectivas atividades são, em parte, definidas pelo próprio staff da LabCom, em função do diálogo com professores pesquisadores e os estudantes de graduação que fazem parte do projeto, podendo incluir pessoas e instituições de fora da universidade, como grupos artísticos, comunicadores, ONGs e grupos que de alguma forma contribuam com a formação da comunidade a partir de temas de importância para a cultura digital e suas conexões com demandas sociais.

A primeira trilha é de Inovação de Produção e tem como principal característica a ‘mão na massa’, o desenvolvimento de sites, produtos multimídia, conteúdo de comunicação que podem ir dos tradicionais até os mais inovadores, mas preferencialmente dentro das narrativas interativas em ambiente web direcionadas ao mercado jornalístico. As atividades são desenvolvidas em função da identificação de demandas e do acompanhamento criativo daquilo que é produzido.

A segunda trilha responde por Inovação em Aprendizagens e tem como objetivo oferecer um ambiente amigável de ensino-aprendizado em formatos variados, que vão das oficinas e cursos de curta duração (com programação mais vinculada à lógica disciplinar), mas também rodas de conversa sobre temas relacionados aos focos da LabCom. A escolha desses temas é feita em função das prioridades estabelecidas internamente pela administração da LabCom e dos cursos da Universidade Católica de Pernambuco.

A terceira trilha é a de Inovação em Pesquisa e tem como objetivo buscar práticas e soluções para o desenvolvimento diário das demandas que podem ser tratadas e respondidas pela LabCom. Aqui é possível destacar

serviços como produção multimídia, comunicação digital, media training, consultoria em pesquisa e pós-produção, gestão de redes sociais, assessoria de comunicação digital, entre outras possibilidades.

Aqui é importante destacar que as atividades desenvolvidas em cada um desses conjuntos podem interferir, sugerir, inspirar e retroalimentar atividades desenvolvidas na programação das outras. O ideal é que isso aconteça, de maneira a manter um circuito dinâmico de soluções, produção de artefatos, protótipos e serviços, problemas, investigações e soluções.

De volta ao recorte da ODS 4, sobre Educação de Qualidade, estas trilhas se mostram capazes de gerar um ambiente de aprendizado que permite que os alunos que fazem parte da LabCom possam não apenas receber novos conhecimentos, mas principalmente compreender a utilização e aplicabilidade destes para as suas futuras vidas profissionais dentro dos campos do jornalismo e da comunicação. Aqui é possível trazer como exemplo que parte dos conhecimentos adquiridos pelos alunos são vistos em sala de aula dentro de recortes teóricos ou com longos prazos para exercícios práticos. Para a rotina de aprendizado da LabCom, existe uma aproximação com a realidade das redações dentro das atividades desenvolvidas e dos prazos de produção.

É importante destacar que por ser um projeto de extensão, a LabCom se mostra uma agência inclusiva e equitativa, o que indica que o ritmo de cada aluno é respeitado diante dos potenciais e limitações individuais. É perceptível que os futuros jornalistas conseguem evoluir em suas caminhadas diante de um trabalho que inclui igualitário que vai incluir explicações, diálogos, treinamento prático e correções.

Dentro de experiências com educação, as ações propostas pela LabCom dialogam com tendências globais. É importante destacar que a área da educação, seja ela infantil ou para jovens, tem passado por significativas transformações de modo a compreender os estudantes como indivíduos com necessidades específicas. Aqui é possível destacar a educação

socioemocional, o uso contextualizado de tecnologia, questões de inclusão, aprendizado interativo, entre outros.

Uma das práticas utilizadas pela LabCom responde pelo design thinking. Dentro do processo de educação, Tim Brown (2010) explica que este se beneficia da capacidade que todos nós temos, mas que são negligenciadas por práticas convencionais de resolução de problemas. O design thinking se baseia em nossa capacidade de sermos intuitivos, reconhecermos padrões, desenvolvermos ideias que tenham um significado emocional além do funcional. O design thinking também garante um diálogo horizontal permitindo que o processo de aprendizado se mostre colaborativo entre as partes envolvidas no projeto.

Ações e números

Além do curso de Jornalismo, a LabCom tem como público parceiro a própria Unicap e seus diferentes cursos e setores. De modo a exemplificar a abrangência do trabalho desenvolvido pela LabCom, vamos destacar abaixo algumas das ações realizadas para clientes e parceiro apenas no período de 2023 - 2024:

- Mestrado em Indústrias Criativas (A LabCom cuida das redes sociais e divulgação do mestrado);
- Assecom (A LabCom faz coberturas e produz material que a Assessoria de Comunicação da Unicap quando a mesma não pode por questão de agenda);
- A antiga Pró-Reitoria Comunitária (Produção de oito vídeos de apresentação de diferentes setores da Unicap para Abertura do Semestre em 2023);
- Convento de São Francisco - Olinda (Produção de dez vídeos para serem usados pelo convento na sua divulgação);
- Semana de Meio Ambiente 2023 (Cobertura e diagramação de uma revista com o balanço do evento);

- Laboratório de Inovação para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade - projeto coordenado pela professora Cynthia Suassuna (Produção de vídeo usado para apresentar o laboratório. Este vídeo foi exibido no México em Encontro Internacional do Meio Ambiente);
- Curso de Fotografia (produção de alguns vídeos);
- Divulgação e cobertura de projetos da Cátedra Luiz Beltrão de Comunicação (Divulgação e cobertura do II Colóquio Comunicação para a Democracia: a teoria na prática);
- Acompanhamento da Ampof 2024 - Encontro Nacional de Filosofia;
- Projeto Unicap Lovers (Acompanhamento da produção do evento);
- TV Direitos Humanos (Divulgação dos programas do projeto de extensão EducomDH);
- Edição dos vídeos do Laboratório Humanitário de Comunicação Da freedom Found.

A LabCom também atua como assessoria externa do curso de Jornalismo para divulgar matérias para veículos da mídia. É possível destacar (figura 1) a parceria do curso de Jornalismo com a cátedra Luiz Beltrão de Comunicação e o Consulado dos EUA no Nordeste no projeto Escolas Contra a Desinformação e (figura 2) o caso da aluna do curso de Jornalismo Dorothi Lira, cuja divulgação para a mídia, fotos e acompanhamento das entrevistas foi feita pela LabCom.



Figura 1: Parceria da cátedra Luiz Beltrão de Comunicação com o Consulado dos EUA no Nordeste para o projeto Escolas Contra a Desinformação. Cobertura de vídeo feita pela LabCom. As imagens foram cedidas para equipes de televisão de Pernambuco. / Fonte: TV Jornal

Estou adorando, cercada por uma estrutura muito boa e por pessoas acolhedoras, tanto alunos quanto professores. Estou lá quase todo dia e minha família tem razão: eu fico bem mais feliz quando estou estudando. É como se a vida tivesse mais cor, mais graça”, diz, realizada.



O professor Filipe Falcão com a turma de Jornalismo da Unicap - LabCom Unicap

Figura 2: Trecho da matéria “Pessoas 50+ estão transformando suas vidas na universidade”, publicada pelo Jornal do Commercio. A LabCom atuou como assessoria ao destacar a história de uma aluna do curso de Jornalismo com mais de 90 anos. A foto da matéria foi produzida pela LabCom. / Fonte: Jornal do Commercio

A sede da LabCom funciona na sala 404, no Bloco A da Unicap. O local serve de redação com baias e computadores para que os alunos voluntários e bolsistas, além do coordenador atual do projeto, possam produzir seus conteúdos, discutir ideias, pensar em pautas, além das realizações de reuniões com toda a equipe. A equipe também conta com um diagramador que auxilia na parte de design. O espaço também serve como sala de aula sempre que é realizada oficinas de aprimoramento com os membros da LabCom (figura 3). Desde 2023 já foram realizadas oficinas de Produção de Texto, de Podcast, de Fotografia e de Produção Audiovisual.



Figura 3: Oficina de escrita jornalística ministrada pela professora Carla Teixeira para os membros da LabCom. / Fonte: LabCom

Quando a LabCom surgiu no ano de 2020, já existiam algumas das redes sociais que ainda hoje são alimentadas pelo laboratório como o Facebook e o Instagram. Inicialmente, a conta do Instagram do curso de Jornalismo era tímida com poucas postagens e um número pequeno de seguidores. Com o trabalho da LabCom, em especial nos anos de 2023 e 2024, a produção e os números aumentaram. Em fevereiro de 2023, o número de seguidores no Instagram do curso de Jornalismo era de uma média de 1.200. Em fevereiro de 2025 o número é de 2.192 de seguidores.

Para o Instagram @jornalismounicap_ (figura 4) são feitas duas postagens diárias no feed. Ao depender da demanda do dia ou da semana, este número pode ser de três postagens. Já o número de stories acontece entre 10 e 15 postagens ao dia. Para o feed, é possível destacar produção feita pela própria LabCom sobre assuntos relacionados ao curso de Jornalismo, informações sobre eventos, dicas para os estudantes sempre deixando alunos e professores informados sobre os acontecimentos do curso, além de material sobre questões sociais e humanísticas da profissão, dicas e sugestões. O total de postagens no feed do Instagram no período de 01 de outubro de 2023 até 30 de setembro de 2024 foi de 620 postagens. Já o total de stories no mesmo período foi de aproximadamente 2.750, sendo uma média de 250 por mês. Para os stories é muito comum utilizar material feito para outros veículos e jornalistas em formato de repostagem, desde que devidamente creditados respeitando questões éticas de postagens de conteúdo jornalístico.



Figura 4: Feed do Instagram do curso de Jornalismo. / Fonte: reprodução

No canal do Youtube Jornalismo Unicap colocamos todas as nossas produções em vídeo e o total de postagens no período de 01 de outubro de 2023 até 30 de setembro de 2024 foi de 56 vídeos. O conteúdo do canal inclui cobertura de eventos realizados pelo curso, registros de aulas, entrevistas com professores e alunos e campanhas de divulgação do curso.

Além de produções próprias feitas pela equipe LabCom, também é possível encontrar no canal os programas do TV Direitos Humanos, projeto da Cátedra Unesco/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, produzido pelos estudantes de jornalismo do Projeto de Extensão EducomDH — Educomunicação e Direitos Humanos na Mídia, numa parceria com a Cátedra Luiz Beltrão de Comunicação, o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec) e o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).

O blog do curso de Jornalismo (<https://www1.unicap.br/jornalismo/>) traz postagens de textos mais detalhados e aprofundados sobre assuntos das áreas de jornalismo e comunicação, além de cobertura de eventos, ações específicas do curso, dicas para os nossos estudantes, colunas semanais assinadas por professores, além da cobertura de eventos realizados pelo curso de Jornalismo. O total de postagens no blog do curso de Jornalismo no período de 01 de outubro de 2023 até 30 de setembro de 2024 foi de 78 textos. É muito comum que exista convergência entre estes canais como uma notícia ser divulgada no Instagram, mas ter um conteúdo extra no blog ou vídeo no YouTube.

No segundo semestre de 2024 a LabCom abriu contas no spotify (LabCom - Unicap) e no TikTok (@jornalismounicap_) para ampliar o alcance das visualizações e seguidores.

No campo da pesquisa, também foi produzido e apresentado em 2023.1 um artigo científico em congresso regional, o Intercom Regional, que aconteceu em Campina Grande-PB, baseado nas experiências da LabCom. Ainda sobre o congresso regional Intercom, a LabCom venceu em 2024 o prêmio Expocom Regional de melhor Agência Escola do Nordeste (figura 5) e foi uma das cinco finalistas na premiação Expocom Nacional.



Figura 5: Premiação Expocom Regional 2024 quando a LabCom ganhou o prêmio de melhor Agência Escola do Nordeste. O coordenador da LabCom, professor Filipe Falcão, recebeu o prêmio em nome da equipe. / Fonte: LabCom

Equipe e Rotina

A LabCom tem representado um importante campo de aprendizado dentro dos campos do jornalismo e da extensão das práticas e teorias debatidas em sala de aula. Antes da sua existência, a comunicação interna e a divulgação para o público externo do curso de Jornalismo acontecia de modo discreto.

O projeto de extensão aqui apresentado é coordenado por um professor do curso de Jornalismo. Trata-se do Doutor Filipe Falcão, docente do curso desde 2017 e que está na coordenação do projeto desde fevereiro de 2023. Além do professor coordenador, existem alunos bolsistas e alunos voluntários. O número de bolsistas é de dois estudantes. Já a quantidade dos membros voluntários pode variar ao depender da demanda, mas existe uma média de dois até seis estudantes. Além destes, a LabCom também pode receber alunos do curso de Jornalismo que estejam pagando a disciplina de Estágio Obrigatório, sexto período, e, por se tratar de

um projeto de extensão, A LabCom pode receber alunos estagiários que estejam pagando a disciplina.

A LabCom realiza semanalmente e mensalmente reuniões de planejamento e avaliação. Toda sexta-feira acontece uma reunião entre o coordenador da LabCom, professor Filipe Falcão, e a coordenadora do curso de Jornalismo, professora Renata Victor. Nesta reunião são debatidas as pautas e ações para a semana seguinte.

Toda segunda-feira acontece uma reunião entre o coordenador da LabCom e os estudantes bolsistas e voluntários. Esta reunião tem como objetivo apresentar as pautas e demandas semanais. Todo mês acontece a reunião de colegiado do curso de Jornalismo no qual são tratados assuntos referentes ao curso e que vão virar pautas e demandas da LabCom.

Considerações finais

A LabCom possui a grande função de representar o curso de Jornalismo da Unicap, mas vai muito além disso ao se mostrar como um espaço de aprendizado, construção de conhecimento e prática para os envolvidos. Além disso, a agência consegue estabelecer diálogos e prestar serviços e ações para demais setores da universidade.

A agência-laboratório do curso de Jornalismo é hoje reconhecida e solicitada por demais setores da Unicap para ações de comunicação dentro das trilhas pedagógicas propostas. Com relação aos alunos que participam do projeto, os mesmos se mostram mais aptos dentro do campo jornalístico. Alguns destes alunos conseguem estágios em importantes veículos de comunicação após a experiência com a LabCom.

Por se tratar de um projeto já existente e consolidado, o futuro da LabCom traz como meta dar continuidade em criar um ambiente cada vez mais colaborativo para a execução de atividades interdisciplinares permitindo aos estudantes, bolsistas e voluntários, desenvolverem e adquirirem o

conhecimento para um Jornalismo mais humano e colaborativo. Esse crescimento tem como objetivo permitir que a LabCom possa desenvolver mais projetos ligados aos campos comunitários e dos direitos humanos buscando parcerias além dos muros da universidade.

Referências

Agamben, G. (2010). *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Argos Editora Unochopecó.

Albuquerque, B. (2025, março 8). *Escolas contra a desinformação* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YPVh5J9AMzw>

Deleuze, G. (2003). *Proust e os signos*. Forense Universitária.

Echevarría, M., & Quiroga, A. (2007). Periodismo en línea: lo institucional y las prácticas profesionales. In E. Machado & M. Palacios (Orgs.), *O ensino do jornalismo em redes de alta velocidade* (pp. 23–38). EDUFBA.

Ponciano, C. (2024, abril 17). *Pessoas 50+ estão transformando suas vidas na universidade*. JC360. <https://jc.ne10.uol.com.br/jc360/2024/04/17/50-descubra-como-essas-pessoas-estao-transformando-suas-vidas-na-universidade.html>

Rojo Villada, P. A. (2006). Prensa y convergencia tecnológica: Claves para la definición de un nuevo modelo de negocio periodístico en la era digital. *Zer*, 11(20), 411–424.

Savage, T. M., & Vogel, K. E. (2009). *An introduction to digital multimedia*. Jones & Bartlett Publishers.

Sousa, J. P. (2004). *Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-george-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf>

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

Filipe Falcão

Professor Doutor – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Professor da Escola de Tecnologia e Comunicação e do Mestrado Profissional em Indústrias Criativas. Coordenador da Agência-Laboratório de Práticas Inovadoras em Comunicação (LabCom/Unicap) e do grupo de pesquisa Mídia e Cultura Contemporânea.

E-mail: filipe.falcao@unicap.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0407382900580417>



CAPÍTULO 14

ENCONTROS BÍBLICOS NA UNICAP

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17024846>

Cláudio Vianney Malzoni
Karoline da Silva Menezes
Rita Maria Gomes



O projeto "Encontros Bíblicos na UNICAP" promove a reflexão de textos bíblicos em consonância com temas atuais da sociedade. Em 2024, o projeto abordou a temática dos movimentos populacionais na Bíblia e sua pertinência atual, tendo o livro de Ezequiel, tema do Mês da Bíblia de 2024, como referência. O objetivo deste texto é dar conhecimento do projeto para gerar debate sobre o papel bíblico nas questões migratórias, proporcionando formação e integração entre universidade e comunidade, com apoio de organizações sociais. A metodologia adotou o relato da experiência realizada, somado aos testemunhos dos estudantes participantes e à reflexão sobre o alinhamento do projeto aos objetivos da extensão universitária. Como resultados encontrados destacam-se a ampliação do conhecimento bíblico, o fortalecimento e o engajamento com a causa migratória e o desenvolvimento de habilidades práticas nos envolvidos. A dificuldade de participação presencial foi superada pelo último encontro remoto, expandindo o alcance do conteúdo. O projeto cumpriu seu propósito, possibilitando uma abertura de horizonte sobre o tema e uma compreensão sociocultural da Bíblia e incentivando uma cultura de acolhimento e solidariedade.

Palavras-chave: Bíblia; Processos migratórios; Mês da Bíblia; Profeta Ezequiel.

Introdução

Os encontros bíblicos na UNICAP acontecem a algum tempo, em forma presencial ou remota, como ocorreu durante o tempo da pandemia. Algumas vezes, esses encontros têm uma ligação com o tema proposto para o Mês da Bíblia. Em 2024, o tema do Mês da Bíblia é o livro de Ezequiel. Esse livro pode ser abordado a partir de diversos pontos de vista, mas há um que não pode ser descuidado: o profeta viveu em um tempo de grande agitação política, causada pela invasão do exército babilônio que arrasou o território de Judá, invadiu Jerusalém, destruiu e saqueou o Templo e levou parte da população para o exílio. Ezequiel estava entre os exilados e conheceu a situação de um exilado por experiência própria.

Essa experiência é compartilhada por inúmeras pessoas na atualidade. São migrantes que partem voluntariamente em busca de condições melhores de vida ou forçados por circunstâncias adversas em seus locais de origem. Há ainda os que são deportados, os que não têm outra opção senão fugir e os que são traficados. Essa realidade deve interpelar o leitor, a leitora da Bíblia.

Dessa interpelação surgiu o tema para os Encontros Bíblicos na UNICAP de 2024.1: “Migrantes, Exilados e Refugiados: movimentos populacionais na Bíblia e na atualidade”. Como não bastava apenas apresentar a realidade dos migrantes, exilados e refugiados na Bíblia, mas também a realidade atual, procurou-se criar uma metodologia que favorecesse o intercâmbio de saberes e experiências, entre biblistas e pessoas que trabalhem diretamente na acolhida de migrantes e com os próprios migrantes, sempre propiciando aos/às participantes ocasião para partilharem seu próprio conhecimento, emoções e compromissos. São esses encontros que serão apresentados a seguir.

Apresentação

O projeto "Encontros Bíblicos na UNICAP" foi desenvolvido com a finalidade de promover a reflexão sobre temas proeminentes e atuais à luz das Sagradas Escrituras. No primeiro semestre do ano de 2024, o foco se deu nos movimentos populacionais retratados na Bíblia, como migrações, exílios e fugas, temas que permanecem pertinentes na atualidade. A escolha do tema "Migrantes, Exilados e Refugiados: movimentos populacionais na Bíblia e na atualidade" partiu da constatação do problema da falta de acolhida aos migrantes, marcada por atitudes de xenofobia e indiferença em diversos contextos. Essa realidade contemporânea encontra ressonâncias nas narrativas bíblicas, onde o deslocamento de pessoas, o exílio e a busca por refúgio aparecem como experiências humanas profundas. Diante disso, os Encontros Bíblicos na UNICAP propuseram o desafio de sensibilizar os participantes para os problemas enfrentados pelos migrantes, tanto no cenário atual quanto nas Sagradas Escrituras.

Associou-se a essa escolha o livro do profeta Ezequiel como ponto de partida pelo fato de este profeta ter vivido entre os exilados, proporcionando uma perspectiva bíblica sobre as questões de deslocamento forçado, que estão fortemente ligadas às crises migratórias contemporâneas. Além do mais, o livro foi proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como tema de estudo para a Igreja Católica de rito romano no Brasil durante o mês de setembro do corrente ano, mês costumeiramente dedicado por ela à Bíblia.

O principal objetivo do projeto foi gerar e estabelecer um espaço de debate e partilha sobre o papel das Sagradas Escrituras na compreensão de temas como migrações e exílios. Ao unir o contexto bíblico com a atualidade, os encontros procuraram oferecer formação bíblico-teológico-pastoral para os participantes, além de fortalecer a integração entre a universidade e a comunidade.

O público dos encontros incluiu estudantes, professores e pesquisadores da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), assim como

membros da comunidade em geral interessados em aprofundar a compreensão das questões bíblicas e suas implicações no mundo moderno. A parceria comunitária se deu com o apoio de organizações sociais que atuam na assistência a migrantes e refugiados na região, atendendo à necessidade de formação e sensibilização sobre os desafios enfrentados por essas populações, como a Cáritas NE e o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados.

Desenvolvimento Do Projeto

O projeto foi executado por meio de encontros mensais, realizados aos sábados, com duração de três horas. Os encontros realizados incluíram momentos de espiritualidade, palestras temáticas, debates e testemunhos de pessoas diretamente envolvidas com as questões abordadas, promovendo ampla conscientização sobre os desafios enfrentados por migrantes e refugiados na Bíblia e na atualidade.

A metodologia seguiu uma estrutura fixa em cada encontro, começando com um momento de oração para contextualizar o tema. Em seguida, houve a exposição do tema por especialistas da área bíblica e pastoral, sempre contando com pelo menos um assessor presencial e, em algumas ocasiões, com a participação de assessores online. O terceiro componente metodológico foi o testemunho, que podia ser presencial, virtual ou por meio de vídeos.

O primeiro encontro ocorreu no dia 20 de abril de 2024, com o professor Cláudio Vianney Malzoni, doutor em Ciências Bíblicas, professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Teologia da UNICAP, que abordou o tema “Migrações, fugas e tráfico de pessoas nas narrativas do Gênesis”. Dois casos foram colocados em evidência: o de Agar e o de José. O caso de Agar, serva de Sara, pode ser caracterizado como de violência doméstica. Ela foge da casa de Abraão devido aos maus tratos que estava recebendo. Um agravante de sua situação é que ela estava grávida de

Abraão (Gn 16). O caso de José pode ser caracterizado como de violência familiar, pois ele é vendido por seus irmãos. Os mercadores madianitas o levam e o vendem no Egito (Gn 37). É uma história que mostra que o tráfico de pessoas existe há muito tempo e persiste na atualidade.

Muitos textos bíblicos receberam uma interpretação de artistas e chegam ao conhecimento das pessoas não apenas pela leitura, mas também por meio da música, que, diversas vezes, traduz essas narrativas em poesia e melodia. Um exemplo disso é "José", canção de Caetano Veloso lançada no ano de 1987, que expressa a angústia de quem se sente reduzido a uma mercadoria. "Estou no fundo do poço", diz a letra, remetendo à história de José, filho de Jacó, que foi lançado na cisterna por seus irmãos antes de ser vendido como escravo. Ao revisitar essa narrativa bíblica, a música de Caetano resgata a trajetória de José e dialoga com a experiência de muitos que se sentem descartados e desvalorizados em um mundo onde o ser humano costuma ser objetificado. Dessa forma, a canção amplia o alcance do texto bíblico, tornando-o acessível a novos públicos e ressoando como um lamento atemporal sobre a perda de identidade e a luta por dignidade.

Nesse encontro, houve a participação de Alessandra Miranda, representante da Comissão Episcopal de enfrentamento ao Tráfico Humano na CNBB. Ela relatou como o tráfico de pessoas no Brasil está ligado ao trabalho escravo e à exploração sexual.



Fonte: Autores

No segundo encontro, ocorrido no dia 18 de maio de 2024, foi trabalhado o tema “Fugas para o Egito: os casos de Jeremias e de José com sua família”. O conteúdo bíblico foi trabalhado pela professora Rita Maria Gomes, doutora em Teologia com ênfase em teologia bíblica, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Teologia da UNICAP. Além de Jeremias e de José, a professora trouxe também o caso de Jeroboão, em 1Rs 11, mostrando que, algumas vezes, a fuga acontece devido à perseguição política. Nessa reflexão chamou a atenção a perspectiva do Egito onde alguns personagens são bem acolhidos e vivem bem na condição de migrantes e outros que passam por situações muito complicadas antes de se estabelecerem e serem integrados na nova sociedade. Para a socialização de projetos acerca do tema, esteve em formato remoto Jéssica Avelino, advogada que trabalha na equipe do Serviço Jesuíta de apoio a Migrantes e Refugiados, em Minas Gerais. Ela contou que o Brasil é um país com uma legislação avançada em termos de acolhida aos refugiados, o que não impede que eles enfrentem muitas dificuldades.



Fonte: Autores

O quarto momento foi dedicado ao debate, com a participação dos presentes. Finalmente, cada encontro era encerrado com uma oração final e

a partilha de um lanche, fortalecendo os laços comunitários entre os participantes.

Uma distinção ocorreu no último encontro, que precisou ser adiado devido às fortes chuvas que incidiram sobre a cidade de Recife na data de 15 de junho de 2024, dificultando o deslocamento dos participantes para o encontro presencial. Quando remarcado para o dia 17 de agosto de 2024, o formato passou a ser virtual, com transmissão pela plataforma do YouTube, no canal do Programa de Pós-graduação em Teologia da UNICAP.



Fonte: Autores

Nele, estiveram presentes Mey e Álvaro Pestana, titulares de mestrado e doutorado em Ciências da Religião, respectivamente, e integrantes do Grupo de Pesquisa Cristianismo e Interpretações. A temática abordada foi “O êxodo e o exílio nas narrativas bíblicas”. Em síntese, eles mostraram que, na Bíblia, a palavra êxodo tem uma carga positiva, um sinônimo de libertação, enquanto a palavra exílio traz uma carga negativa, de castigo, derrota e opressão. Ainda, êxodo carrega a ideia de que aquele que se desloca o faz por iniciativa própria, independente da situação motivadora, enquanto exílio carrega a noção de uma saída forçada, decidida por outrem.

Estava prevista para o encontro, que precisou ser remarcado, a participação de Brainerd Hernandez, migrante venezuelano que atualmente trabalha na Cáritas Recife-PE. Em decorrência da alteração de data, no entanto, a participação de Brainerd não foi possível, de maneira que o referido encontro não contou com a partilha de experiência comumente realizada.

O projeto se alinha diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 – Redução das Desigualdades da Organização das Nações Unidas (ONU), ao promover uma compreensão aprofundada e empática sobre a situação de migrantes e refugiados. Ao colocar em discussão os temas bíblicos relacionados ao exílio e às migrações, os encontros incentivaram uma abordagem mais inclusiva e solidária para com as populações vulneráveis, contribuindo para a redução de desigualdades sociais e a promoção da justiça.

Os encontros possibilitaram ao público uma formação ampla e aprofundada, permitindo uma nova compreensão dos movimentos migratórios e do exílio a partir de uma perspectiva teológica. Para a instituição parceira, o projeto fortaleceu as ações de sensibilização e mobilização em prol dos direitos dos migrantes e refugiados, contribuindo para o engajamento social e o suporte humano àqueles que mais necessitam.

Resultados Obtidos

Entre os resultados tangíveis, destacam-se o aumento do engajamento dos participantes com a causa migratória, a ampliação do conhecimento sobre as narrativas bíblicas relacionadas ao exílio, e a conscientização acerca de projetos que podem proporcionar uma rede de apoio que envolva tanto a comunidade acadêmica quanto os grupos pastorais e sociais parceiros. Algo a ser mencionado é a dificuldade atual de reunir presencialmente as pessoas por diversas razões, entre as quais a grande oferta de atividades simultâneas, presenciais e remotas, e a demasiada

produtividade do mundo contemporâneo, de modo particular após o período da pandemia, no qual as atividades virtuais tornaram-se cada vez mais aceitas e familiarizadas pelas pessoas. Os Encontros Bíblicos contaram com um público pequeno, numa média de dez a quinze pessoas. Em todo caso, foi um público capaz de fazer desses momentos um tempo de boa qualidade para o aprendizado.

Os estudantes envolvidos no projeto aprofundaram seus conhecimentos sobre a teologia bíblica, especialmente no que diz respeito ao livro de Ezequiel e à temática dos movimentos populacionais. Além disso, adquiriram habilidades práticas na organização de eventos, mediação de debates e diálogo inter-religioso e intercultural. Também revelaram contribuições para seus estudos e pesquisas:

“O Encontro Bíblico é uma oportunidade de diálogo entre a Bíblia e o hodierno. Participar dele contribuiu para ampliar a minha visão de mundo através das Escrituras. Ele traz consigo o desafio de apontar que os contextos social, político e ambiental atual devem ser observados atentamente, para contribuir na construção de uma sociedade mais equilibrada. Na construção do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica, os Encontros Bíblicos contribuíram para mostrar que não deve-se escrever apenas sobre o contexto histórico da época à qual a pesquisa estava relacionada, eles me condicionaram a perceber que o conteúdo traz consigo questões pertinentes a atualidade, que permite elencar situações adversas e como enfrentar tais posicionamentos, isso através de uma análise conjunta, entre a Bíblia e a atualidade, o que é essencial para um entendimento completo dos desafios do nosso atual contexto e que deve ser observado continuamente para entender a dinâmica da sociedade” (Vanessa Gricerio, estudante de Teologia inserida na realização dos Encontros Bíblicos).

No campo humano, os alunos desenvolveram maior sensibilidade social e empatia ao entrarem em contato com histórias reais de migrantes e refugiados. A partilha dessas experiências proporcionou um entendimento mais aprofundado das adversidades enfrentadas por esses grupos, reforçando o compromisso cristão com a justiça e a dignidade humana:

Ao proporcionarem os encontros bíblicos, o Instituto Humanitas UNICAP e o Grupo de Pesquisa Cristianismo e Interpretações não apenas permitiram o encontro fraterno e dinâmico entre seus alunos, professores e convidados, como também, fizeram com que mergulhássemos com maior entusiasmo nos relatos bíblicos e atualizássemos tais experiências da vida humana dentro dos contextos atuais e desafiadores da sociedade. A experiência dos migrantes e refugiados na Bíblia é marcada por desafios, fé e esperança. Exemplos como de Abraão que deixa sua terra por obediência a Deus (Gn 12,1), ou o povo hebreu que peregrina no deserto em busca da terra prometida (Ex 6,8) e até mesmo a Sagrada Família de Nazaré, que foge para o Egito devido à perseguição, a fim de salvar o menino Jesus (Mt 2,13-15), tratam-se de situações vivenciadas por homens, mulheres e crianças que são forçados a abandonar seus recintos, buscando refúgio e melhor dignidade em outras terras e culturas para garantir-lhes o bem precioso da vida, sendo nosso dever acolher o estrangeiro com amor e integridade (Guilherme Augusto de Araújo Pereira, estudante de Teologia inserido na realização dos Encontros Bíblicos

Referente ao segundo encontro, o material utilizado pela profa. Rita Gomes foi organizado em um formato de artigo para posterior publicação. O texto, intitulado Migração e refúgio no Egito segundo a Bíblia, foi publicado na Revista Pistis & Práxis: Teologia e Pastoral em set./dez. de 2024. Essa revista acadêmica, como muitas outras, está indexada em bases de dados internacionais, possibilitando o contato de mais pessoas com o assunto desenvolvido nos Encontros Bíblicos, seja da área da Teologia, seja de áreas afins.

Nessa linha da visibilidade dos resultados do projeto encontra-se também a modalidade do último encontro. Pois, o caráter remoto do último encontro, transmitido pela plataforma do Youtube, levou o seu conteúdo e suas discussões a um público maior, uma vez que o conteúdo trabalhado nesse encontro pode ser acessado por qualquer pessoa, de qualquer lugar, a qualquer momento, contribuindo para a redução das fronteiras ao conhecimento.

Considerações Finais

O projeto "Encontros Bíblicos na UNICAP" cumpriu com êxito seus objetivos de proporcionar uma reflexão aprofundada sobre migrações e exílio à luz da Bíblia. Através de uma metodologia dinâmica e inclusiva, os participantes foram capacitados tanto teologicamente quanto socialmente para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados às populações migrantes. Os resultados demonstram o impacto positivo nas esferas acadêmica, pastoral e comunitária, promovendo uma cultura de acolhimento e solidariedade. Dados os temas escolhidos, observou-se também uma quebra da visão comum acerca da Bíblia como um livro simplesmente religioso e piedoso, sem experiências que tornam possível a identificação do passado com o presente na vida de tantas pessoas, de realidades distintas.

Essa desmistificação quanto ao texto sagrado, para cristãos e judeus, rompe a barreira religiosa no sentido de que esse texto ainda que não seja sagrado para outras religiões porta valores humanos aceitos e promovidos pelas outras religiões. Há um alcance maior do que o que se pode pensar à primeira vista. Ao reconhecer a presença desses valores universais no texto, abre-se um caminho para o diálogo inter-religioso e intercultural, permitindo que diferentes tradições encontrem pontos de convergência na defesa da dignidade humana, da justiça e da paz. Isso reforça a ideia de que, apesar das diferenças doutrinárias, há uma base ética compartilhada que pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e solidárias.

Além disso, essa perspectiva amplia o horizonte de leitura do próprio texto sagrado, incentivando abordagens que valorizam sua riqueza histórica, literária e filosófica. Assim, ele deixa de ser visto apenas como um patrimônio exclusivo de uma comunidade de fé e passa a ser considerado também como um legado cultural da humanidade, cuja mensagem pode inspirar reflexões e ações em diversas esferas da vida social.

Referências

- Balz, H. R. (1998). *Παροικίω*. In H. R. Balz & G. Schneider (Eds.), *Diccionario exegético del Nuevo Testamento* (Vol. 2, cols. 793–794). Salamanca: Ediciones Sígueme.
- BibleWorks. (2006). *BibleWorks* [Software]. Norfolk: BibleWorks.
- Bíblia Sagrada (2ª ed.). (2002). São Paulo: Edições Loyola.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (1983). *A pastoral das migrações* (Estudos da CNBB). São Paulo: Edições Paulinas.
- Gonçalves, A. J. (2019). Bíblia e migrações. *Travessia - Revista do Migrante*, 32(87), 119–126.
- Mesters, C. (1992). *Abraão e Sara*. Petrópolis: Vozes.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (s.d.). *Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>
- Pereira, I. (1990). *Dicionário grego-português e português-grego*. Porto: Apostolado da Imprensa.
- Rahlf's, A. (Ed.). (2006). *Septuaginta*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft.
- Schwantes, M. (1986). *A família de Sara e Abraão: Texto e contexto de Gn 12–25*. Petrópolis: Vozes.
- Ska, J.-L. (2003). *Introdução à leitura do Pentateuco: Chaves para a interpretação dos primeiros cinco livros da Bíblia* (A. Vannucchi, Trad.). São Paulo: Loyola.
- Veloso, C. (n.d.). *José* [Canção]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=n6ZqlGTHW0o>
- Weib, K. (1996). Ἄλλοζ. In H. R. Balz & G. Schneider (Eds.), *Diccionario exegético del Nuevo Testamento* (Vol. 1, cols. 188–190). Salamanca: Ediciones Sígueme.
-

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Cláudio Vianney Malzoni

Doutor em Ciências Bíblicas. Professor e pesquisador na Universidade Católica de Pernambuco [UNICAP].

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2779021954445355>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7873-0431>

E-mail: claudio.malzoni@unicap.br

Karoline da Silva Menezes

Mestre em Teologia. Instituto Humanitas da Universidade Católica de Pernambuco [UNICAP].

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5304160931963985>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1601-1456>

E-mail: karoline.menezes@unicap.br

Rita Maria Gomes

Doutora em Teologia Bíblica. Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco [UNICAP].

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3089881482846601>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9464-8091>

E-mail: rita.gomes@unicap.br



CAPÍTULO 15

RESISTÊNCIA AO RELATIVISMO HISTÓRICO: O PAPEL DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA PRESERVAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

D. O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17025104>

Manoel Severino Moraes de Almeida
Larissa Almeida de Albuquerque
Maria Elizabete Dias de Souza Vicente



O projeto de extensão Espaços de Memória e Resistência Democrática, vinculado à disciplina de Direitos Humanos da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), foi iniciado em agosto de 2023 e tem como foco o fortalecimento do Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho, continuidade da Comissão da Verdade Dom Helder Câmara. A iniciativa promove oficinas para estudantes de escolas públicas do entorno do Sítio Trindade, conduzidas por alunos da Escola de Ciências Jurídicas e Empresariais, ampliando o acesso a pesquisas sobre justiça de transição programática. O projeto busca identificar o conhecimento das escolas sobre o Memorial e incentivar a inclusão dos direitos humanos em atividades pedagógicas. Conta com apoio institucional da Secretaria de Educação e da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco. Como resultado concreto, foi criado o Fórum da Juventude em Defesa da Democracia, reunindo jovens universitários e do ensino básico na pauta dos direitos humanos e da justiça de transição.

Palavras-Chave: Justiça de transição; Memória democrática; Educação em direitos humanos.

Introdução

A memória pode ser considerada um dos pilares da democracia: lembrar é resistir, e a história de um povo não pode ser negociada, relativizada ou apagada. Em tempos de crescente revisionismo histórico e desinformação, motivados pela disseminação de ideologias políticas, os espaços de memória surgem como pilares fundamentais na defesa do direito à memória e à verdade, no contexto das violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil.

Foi com essa missão que nasceu, em agosto de 2023, o Projeto de Extensão Espaços de Memória e Resistência Democrática, vinculado à disciplina de Direitos Humanos da Universidade Católica de Pernambuco. A iniciativa tem como principal objetivo o fortalecimento do Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho, um espaço de extrema importância para a construção e manutenção da memória coletiva, e da verdade, sobre períodos de repressão histórica, e principalmente resistência, no Brasil. Nesse sentido, o memorial é um órgão de continuidade ao trabalho realizado pela Comissão da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, responsável pela recuperação da história no período da ditadura militar, bem como a promoção de defesa da igualdade, direitos fundamentais e da justiça social, através da entrevista de vítimas e envolvidos, análise de registros e de um relatório final, que deu origem ao próprio memorial.

Desse modo, a proposta do projeto transcende as limitações da academia. Ele se materializa na troca de experiências e conhecimento entre os universitários e os estudantes do ensino médio de escolas públicas situadas nos arredores do Sítio da Trindade, um local historicamente carregado da tão falada resistência, tendo sido palco de diversas lutas populares, como o Movimento Cultura Popular (MCP), iniciativa que envolveu o educador Paulo Freire. Ademais, as oficinas propostas pelos estudantes da Escola de Ciências Jurídicas, criam um espaço de diálogo e aprendizado chamado de Fórum da Juventude em Defesa dos Espaços de

Memória. Portanto, há materialização da história, estudada em sala de aula pelos secundaristas, aproximando-a de uma vivência concreta, representada pelas exposições, documentos e objetos contidos no Memorial da Democracia.

O Fórum é mais que apenas um projeto de extensão, e sim uma iniciativa que transforma memórias em ações de resistência, histórias em compromisso e jovens em protagonistas de um futuro mais justo, e consciente politicamente, tendo em vista que a educação é um elemento crucial para formação de uma consciência cidadã entre os jovens.

Apresentação do problema/desafio

O Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho dá continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, tornando acessíveis exposições, documentos e objetos históricos sobre a justiça de transição no Estado. No entanto, a pouca visibilidade desse espaço e sua relevância para a história política brasileira refletem um problema mais amplo: o enfraquecimento da cultura de preservação histórica. Esse cenário compromete a consolidação da democracia ao privar as novas gerações de uma compreensão crítica sobre as dinâmicas de repressão e resistência vividas durante a Ditadura Militar.

A valorização da memória coletiva é essencial para combater essa invisibilização e distorção. Entretanto, há um desconhecimento generalizado sobre o Memorial da Democracia entre estudantes do ensino médio das escolas próximas ao Sítio da Trindade. Assim, a intervenção proposta não apenas busca identificar o grau de conhecimento desses alunos sobre o Memorial, mas também ampliar seu potencial educativo por meio de visitas guiadas e atividades pedagógicas voltadas à reflexão sobre direitos humanos e justiça de transição.

Dessa forma, o projeto preenche uma lacuna ao integrar a memória histórica ao processo educativo. E, ao proporcionar vivências educativas, ele

transforma o Memorial da Democracia em um espaço ativo de aprendizagem e reflexão, contribuindo para a formação de uma nova geração de defensores da democracia e dos direitos humanos.

Apresentação do projeto

O projeto "Espaços de Memória e Resistência Democrática" tem como objetivo geral promover a cultura de paz, através do legado de Dom Helder Câmara e da justiça de transição programática. Os objetivos específicos incluem:

1. Acompanhar e incentivar o desenvolvimento de políticas públicas sobre direitos humanos.
2. Produzir e colaborar na produção de materiais educativos alusivos à temática.
3. Aprofundar o conhecimento sobre os espaços de memória.

Anteriormente à realização das atividades propostas, a prática extensionista do projeto foi organizada e estruturada de forma a permitir uma atuação dinâmica e colaborativa entre os participantes. A divisão das responsabilidades foi distribuída em quatro eixos principais: Oficina, Roteiro, Mídia e Relatório. Cada um desses eixos teve funções específicas, mas, ao mesmo tempo, todos estavam interligados e comprometidos com o sucesso do projeto como um todo:

1. Oficina: Este eixo ficou sob a responsabilidade das pessoas encarregadas da visitação à EREM, realizando oficinas e dinâmicas em sala de aula acerca da temática dos direitos humanos, bem como a realização da visita guiada ao memorial da democracia. Desse modo, tal equipe foi responsável por “tirar o projeto do papel”.

2. Roteiro: Tal equipe ficou encarregada do conteúdo que foi proferido nas oficinas na escola, bem como roteiro da visita ao memorial, além de fazer a pesquisa para as informações contidas nas postagens do instagram, bem como nos panfletos entregues no dia da visita.
3. Mídia: As pessoas designadas para este eixo foram responsáveis pelos registros digitais e pela comunicação e divulgação do projeto nas redes sociais. Elas gerenciaram a página no Instagram do projeto e ficaram encarregadas de publicar fotos, vídeos e outros conteúdos que registraram a experiência dos alunos. Além disso, a equipe de mídia também se ocupou da produção de registros audiovisuais, que foram essenciais para documentar o andamento do projeto e promover sua divulgação.
4. Relatório: Por fim, o eixo de relatório foi composto pelos responsáveis pela elaboração e apresentação do documento final, que sintetiza e detalha todas as etapas do projeto extensionista. O relatório serve como um registro formal de todo o trabalho realizado, incluindo as metodologias, ações executadas e resultados obtidos, funcionando como uma importante ferramenta de avaliação e reflexão sobre o processo vivido.

Outrossim, as atividades realizadas pelo conjunto dos estudantes, isto é, pela união de todos os eixos, foram:

- Oficinas Educativas: As oficinas educativas são organizadas pelos estudantes da disciplina de Direitos Humanos, tendo em vista que eles possuem uma habilidade maior de comunicação, pois se aproximam

dos estudantes de ensino médio, tendo em vista que também se encontram na condição de “aprendizes”.

- Produção de Materiais Educativos: Os estudantes da disciplina também tornam-se responsáveis pela confecção de panfletos, distribuídos aos estudantes secundaristas e seus professores, além de postagens informativas, e relatos, no perfil do Instagram do Fórum (@forumextensao.dh).



Figura 1: Postagem do design do folder distribuído pelo grupo da Oficina no dia da visita, da turma MJUR-0050 (Fórum de Extensão e Direitos Humanos, 2024).

- Visitas Guiadas ao Memorial: As visitas guiadas ao Memorial também são realizadas pelos estudantes universitários, após uma capacitação pela equipe do próprio Memorial da Democracia, ou seja, eles são brevemente treinados para falar de todas as cinco salas, e estruturar a apresentação com base no que foi particularmente planejado pela sala.
- Fórum da Juventude em Defesa da Democracia: Espaço de discussão e mobilização para confecção de um plano de ação sobre preservação dos espaços de memória, que é criado a partir das atividades dos

estudantes universitários, e de seu contato com as escolas de ensino médio.

A metodologia adotada baseia-se na extensão universitária, promovendo uma troca significativa de aprendizado tanto para os universitários quanto para os estudantes do ensino médio. Para isso, são utilizadas metodologias ativas de aprendizagem, pois os estudantes tornam-se o centro do processo: As escolhas da metodologia são realizadas pelos estudantes da disciplina, e são geralmente escolhidas ferramentas competitivas como Kahoot, para expor os conceitos centrais acerca da justiça de transição e espaços de memória, ou a produção de arte, como desenhos, ou, até mesmo, a realização de rodas de conversa, com o objetivo de construir o conhecimento mutuamente, entre a academia e a comunidade.



Figura 2: Representantes da Oficina na oficina na EREM Dom Vital, da turma MJUR-0050.

As visitas guiadas ao Memorial da Democracia são planejadas para proporcionar uma experiência imersiva, com análise de documentos históricos, a história de vítimas da Ditadura Militar e debates sobre justiça de transição. Paralelamente, às oficinas educativas utilizam recursos multimídia e dinâmicas interativas para explorar conceitos fundamentais dos direitos humanos.



Figura 3: Representantes da Oficina na visita guiada ao Memorial da Democracia, da turma MJUR-0050.

Além disso, o Fórum da Juventude em Defesa da Democracia é estruturado como um espaço de articulação, onde os estudantes discutem estratégias para a preservação da memória histórica e elaboram um plano de ação concreto, promovendo uma aprendizagem significativa e aplicada à realidade social.

Impacto do projeto

O projeto está alinhado a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Primeiramente, o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) é diretamente contemplado, uma vez que a iniciativa promove uma cultura de paz ao incentivar a preservação da memória histórica e ampliar o acesso a informações sobre direitos humanos e justiça de transição, pois a conscientização sobre períodos autoritários fortalece as instituições democráticas, prevenindo a repetição de violações e consolidando práticas que garantem justiça e equidade.

Ademais, o projeto também contribui para o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao oferecer uma abordagem educativa crítica e interdisciplinar

sobre a memória histórica, tendo em vista que as visitas guiadas e oficinas estimulam o pensamento reflexivo dos estudantes e fomentam o engajamento cívico, auxiliando na compreensão de dinâmicas históricas. Portanto, a inclusão desse conhecimento no ambiente escolar contribui para uma formação acadêmica socialmente consciente.

Outrossim, o ODS 10 (Redução das Desigualdades) também é impactado, pois a democratização do acesso ao Memorial da Democracia possibilita que estudantes de diferentes contextos sociais tenham contato com a história da resistência democrática no Brasil.

Dessa forma, o projeto assume um papel fundamental na construção de uma sociedade mais consciente, equitativa e comprometida com a justiça social, articulando educação, memória e engajamento cívico como ferramentas para fortalecer os valores democráticos.

A acadêmica e participante do projeto Larissa A. de Albuquerque deu seu depoimento:

"Participar das oficinas me auxiliou na habilidade de falar em público, além de trazer um entendimento aprofundado da história do Brasil. Com o auxílio do projeto, foi possível aprender que espaços de memórias também são pessoas, pessoas que foram diretamente afetadas por esse período sombrio da história do nosso país, e que suas histórias estão mais vivas do que nunca, pois cabe a nós ensinar a nova geração de operadores e defensores de direitos." (Larissa A. de Albuquerque, estudante de Direito da Universidade Católica de Pernambuco).

No relato de Maria Elizabete D. S. Vicente estudante de direito e participante do projeto, transcrevemos:

"Fazer parte do projeto foi uma experiência única e transformadora. A partir da extensão, pude

desenvolver diversas habilidades como o trabalho em equipe, a gestão de demandas e de pessoas e a resolução de problemas. Ademais, essa experiência foi uma ótima oportunidade de compartilhar com a comunidade fora da universidade o que aprendemos em sala de aula sobre direitos humanos e justiça de transição e além de oportunizar o aprendizado com as vivências relatadas pelos estudantes acerca da sua relação com os direitos humanos. Foi uma experiência muito rica conversar com os alunos sobre o que eles conheciam sobre a temática antes da oficina e o qual a visão deles acerca dessa mesma temática depois das dinâmicas realizadas. Através disso, aprofundar os conhecimentos sobre o período da Ditadura-Civil Militar no Brasil, visitar o Memorial da Democracia e compreender mais da sua história e entender a importância da memória para a democracia e passar isso para os jovens é algo essencial para a formação de uma juventude socialmente consciente” (Maria Elizabete D. S. Vicente, estudante de Direito da Universidade Católica de Pernambuco)

O estudante secundarista Caio Santana, que participou do projeto, resalta a sua importância para sua formação: *“Gostei muito da atividade que tivemos hoje, pois, eu e o pessoal da minha sala, conhecemos direitos que não conhecíamos. Como adolescentes, a gente tem que saber o direito que a gente tem, para chegar lá e se impor contra alguma injustiça.”* (Caio Santana, estudante da Escola de Referência de Ensino Médio Ageu Magalhães).

Entre os educandos da Escola de Referência de Ensino Médio Ageu Magalhães colhemos o depoimento de José Carlos, que com orgulho compartilhou a história de sua bisavó:

“Minha bisavó era de esquerda, era comunista e defendia o comunista, ela e seu marido, durante a época da ditadura, foram caçados com os seus filhos e, por isso, sofreram muitas represálias, tiveram que se mudar

para vários locais. Hoje eles não são muito reconhecidos, mas lutaram ao lado de Miguel Arraes. Minhas tias também foram perseguidas e torturadas na ditadura, hoje em dia elas não gostam que o nome da ditadura seja tocado ou realmente perderam a forma de pensar, ficaram com uma forma de pensar mais medrosa. A minha avó morreu, não na época da ditadura, mas desde a época que ela sofreu isso, que ela era mais nova, ela veio sempre lutando pelos seus direitos, direitos humanos e direitos das pessoas, e defendendo a sua ideologia." (José Carlos, estudante da Escola de Referência de Ensino Médio Ageu Magalhães).

Portanto, os depoimentos colhidos demonstram o impacto profundo do projeto na formação dos envolvidos: Para os estudantes universitários, as oficinas não apenas aprimoraram habilidades essenciais, como a oratória, mas também proporcionaram uma compreensão mais sensível e aprofundada da história e da importância dos espaços de memória.

Além disso, o projeto revelou que a preservação da memória não se limita a documentos e monumentos, mas também às vivências e narrativas de pessoas que sofreram diretamente os impactos da repressão, coisa exemplificada pelo terceiro depoimento, que possibilitou que histórias familiares, que estavam silenciadas ou sujeitas ao esquecimento, fossem compartilhadas e ressignificadas, fortalecendo o legado de resistência geracional. Ainda, a experiência teve um papel transformador ao introduzir direitos fundamentais que antes eram desconhecidos, fortalecendo sua consciência e capacidade de reivindicação diante de injustiças.

Considerações Finais

Através deste projeto de extensão, reafirmou-se a importância dos espaços de memória como ferramentas indispensáveis para a compreensão da história e para a reflexão crítica sobre as conquistas e desafios dos direitos humanos. Como destaca Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1970),

"a educação verdadeira é práxis, reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo". Portanto, os espaços de memória não são apenas locais de recordação, mas sim ambientes vivos de conscientização, sendo eles fundamentais para a manutenção e construção de uma cultura de direitos humanos. Mais do que resgatar o passado, o projeto buscou transformá-lo em um instrumento de aprendizado e resistência, criando cidadãos politicamente conscientes e capazes de impedir que as violações, cometidas durante a Ditadura Militar, caíam no esquecimento ou sejam relativizadas por discursos revisionistas.

Ao revisitar esse período sombrio da história brasileira, o projeto ultrapassou os limites das lembranças históricas e assumiu um papel formador e mobilizador: Não se trata apenas de olhar para o passado, mas de capacitar novas gerações para compreender a urgência da defesa do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, os estudantes envolvidos foram incentivados a questionar, refletir e agir, tornando-se agentes ativos na promoção de ideais democráticos, isto é, a iniciativa surge de modo a romper com ciclos de opressão e promove a resistência coletiva contra ameaças às liberdades e garantias fundamentais, reiterando que a democracia é uma construção contínua, e não uma conquista definitiva, como amplamente difundido.

A conexão entre história, educação e arte foi outro elemento essencial do projeto: Durante a Ditadura, artistas como Elis Regina foram perseguidos por usarem sua produção cultural como ferramenta de denúncia e resistência. O verso *"Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais"* reflete a frustração de uma sociedade que ansiava por mudança, mas encontrava-se presa por estruturas opressivas. Relacionando tal obra ao projeto, é reafirmada a necessidade de romper com a indiferença e lutar para que esse capítulo da história brasileira não se repita.

Além disso, o projeto reitera o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da

Constituição Federal de 1988, que garante uma formação acadêmica comprometida com a realidade social. Atrelado ao exposto, o pós-doutor em Ciências Sociais, Walter Frantz, compreende que:

[...] a universidade é um espaço político importante e expressa um movimento social que, sem o necessário conhecimento, corre o risco do ativismo e do fracasso. Por isso, é preciso colocar a extensão universitária também nessa perspectiva, pois, através dela, a universidade assume um lugar na dinâmica dos movimentos da sociedade (Frantz, 2020, p. 7).

A prática extensionista possibilitou uma troca de saberes dinâmica e transformadora, na qual estudantes universitários não apenas transmitiram conhecimento, mas também aprenderam com as experiências e vivências dos secundaristas, formando então um ciclo de aprendizado mútuo, bem como uma construção coletiva do pensamento democrático.

Por fim, esta experiência demonstrou que a memória é um ato de resistência. Preservar e difundir as narrativas daqueles que lutaram contra a repressão não é apenas um dever acadêmico, mas um compromisso ético e social. Em tempos de ataques à democracia e tentativas de apagamento histórico, iniciativas como essa se tornam ainda mais urgentes e necessárias. Afinal, lembrar é resistir, e a resistência não é uma escolha, é uma necessidade.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. 23 mar. 2025.

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. *Como nossos pais*. Intérprete: Elis Regina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2qqN4cEpPCw>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FÓRUM DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS. Perfil no Instagram sobre extensão universitária e direitos humanos. *Instagram*, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/forumextensao.dh/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FRANTZ, W. Extensão universitária no contexto de uma universidade popular. In: SILVA, É. N., and ONÇAY, S. T. V., eds. Extensão universitária na UFFS: trajetórias, alcances e desafios [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020, pp. 4-21. ISBN: 978-65-86545-06-7. <https://doi.org/10.7476/9786586545067.0001>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Manoel Severino Moraes de Almeida

Advogado e cientista político. Doutor em Direito pelo PPGD da UNICAP. Coordenador da Cátedra UNESCO/UNICAP de Direitos Humanos Dom Helder Câmara e Coordenador Geral do Cendhec. Também é coordenador do Projeto de Extensão *Espaços de Memória e Resistência Democrática*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332844682702344>

E-mail: manoel.almeida@unicap.br

Larissa Almeida de Albuquerque

Bacharelanda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Diretora de Comunicação da Liga Acadêmica de Direito e Inovação da UNICAP. Estudante palestrante do evento “*O passado que fala ao futuro: Memória, Resistência e Justiça*”, promovido pelo Memorial da Democracia Fernando Vasconcellos Coelho em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco. Foi vice-presidente e diretora de Imprensa e Comunicação do Diretório Acadêmico Fernando Santa Cruz. Representante de turma da MJUR-0050 e

medalhistas de prata na Olimpíada Nacional de Ciências (2020).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6034343721089343>

E-mail: larissa.00000849619@unicap.br

Maria Elizabete Dias de Souza Vicente

Bacharelada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco.

Participa ativamente de projetos que promovem reflexão crítica e transformação social por meio do direito. Foi estudante palestrante do evento “*O passado que fala ao futuro: Memória, Resistência e Justiça*”, realizado em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2198846336342005>

E-mail: maria.00000851989@unicap.br



CAPÍTULO 16

PROJETO HORIZONTE - UMA JORNADA DE CONEXÕES E DESCOBERTAS

D.O. I.: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17025167>

Shalimar M G Silva Reis



O Projeto Horizonte, em atividade há 27 anos na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), constitui uma iniciativa de educação inclusiva que vai além de um programa pedagógico: é um espaço de afeto, cuidado e crescimento humano. Seu propósito central é acolher e impulsionar crianças, adolescentes e jovens que enfrentam dificuldades no campo da linguagem e do raciocínio lógico-matemático, oferecendo não apenas suporte escolar, mas também um caminho de valorização da singularidade de cada participante. A metodologia adotada aposta na integração entre educação, criatividade e afetividade, utilizando a arte como recurso fundamental para estimular a imaginação, despertar talentos e fortalecer a autoestima. Ao longo de quase três décadas, o projeto construiu histórias de superação, mostrando que a aprendizagem se potencializa quando aliada a vínculos de escuta, acolhimento e socialização. A experiência também promove a formação de estudantes extensionistas, que aprendem a lidar com a diversidade e a desenvolver práticas pedagógicas sensíveis, inclusivas e inovadoras. O Horizonte demonstra que a educação transformadora se faz na intersecção entre saber acadêmico, solidariedade e compromisso social, constituindo-se como referência no campo da extensão universitária.

Palavras-chave: Projeto Horizonte, Educação Inclusiva, Aprendizagem Afetiva, Dificuldades Cognitivas, Conexão Humana.

Introdução

Em 1996, a professora Tania Nery semeou uma ideia que se tornaria o Projeto Horizonte. No início, era um farol de esperança para crianças e jovens que enfrentavam desafios no processo de aprendizagem dos conteúdos escolares,

Mas o tempo, esse grande mestre, mostrou que o Horizonte podia ir além, abraçando necessidades ainda mais profundas. Em quase três décadas, o projeto se transformou, movido pela escuta atenta e pelo desejo genuíno de tocar vidas. Essa visão inicial já trazia em sua essência o compromisso com a educação inclusiva, buscando oferecer oportunidades no âmbito digital para que todos pudessem desenvolver suas potencialidades. Ao longo de quase três décadas, o projeto evoluiu, adaptando-se às necessidades emergentes e ampliando seu escopo de atuação

Hoje, o Projeto Horizonte encontra seu lar em uma brinquedoteca que é um verdadeiro universo de possibilidades. Imagine um lugar onde o riso dos participantes se mistura com o som suave de quem desvenda um novo jogo, onde cada peça, cada cor, é um convite à descoberta. Aqui, a brincadeira não é apenas diversão; é a ponte para o aprendizado da linguagem e do raciocínio lógico-matemático. Nossas atividades são tecidas com carinho, seja nos encontros na Unicap ou nas aventuras externas – um museu que vira sala de aula, um parque que se transforma em palco de novas descobertas. Acreditamos que a brincadeira, o jogo, as artes e a curiosidade são os ingredientes mágicos para o florescer de cada pessoa, nutrindo não só a mente, mas o coração e a alma.

Desde 2020, o Projeto Horizonte intensificou seu abraço, dedicando-se a elevar o nível de aprendizado de crianças, adolescentes e adultos neurodivergentes que convivem com dificuldade cognitiva. É um trabalho que vai além do conteúdo; é sobre acender a luz da leitura, da escrita, da fala e do raciocínio lógico-matemático, tudo isso permeado por jogos, histórias e pela expressividade da pintura, do teatro, da música e da literatura.

Cada atividade é um convite à autoexpressão, um espaço seguro para ser e aprender.

A necessidade de um projeto como o Horizonte se faz ecoar em dados que nos chamam à reflexão. O INEP e o MEC nos mostram que a distorção idade-série entre estudantes da Educação Especial ainda é um desafio a ser superado – taxas de 44,9% em 2019, caindo para 36,6% em 2021, mas ainda muito acima das médias da educação básica geral. Esses números não são apenas estatísticas; são vozes que clamam por um olhar mais atento, por um apoio que faça a diferença na trajetória de cada estudante. Eles reforçam a urgência de ações extensionistas como a nossa, que buscam tecer uma educação de qualidade para todas e todos, onde cada dificuldade é vista como uma oportunidade de um novo caminho, um novo método, um novo abraço.

No aconchego da sala 309 do Bloco B, da Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP, o Projeto Horizonte oferece esse apoio pedagógico no contraturno, um oásis onde o aprendizado acontece no ritmo de cada um. Nossa metodologia é um carinho, um convite a explorar o conhecimento de forma individualizada, amenizando os tropeços com paciência e inovação. E não estamos sozinhos nessa jornada: alunos de pedagogia e outras licenciaturas se juntam a nós como voluntários, trazendo sua energia e aprendendo na prática a arte da ludicidade e do atendimento humanizado a quem tem dificuldades de aprendizagem ou intelectual. É um intercâmbio de saberes e afetos que enriquece a todos.

Nosso público é um mosaico de vidas: jovens e adultos e que vivem com a dificuldade intelectual, às vezes acompanhada de outras. Muitos deles estão conosco há mais de uma década, construindo uma história de confiança e amizade que transcende o tempo. Para que mais pessoas possam fazer parte dessa família, divulgamos nossos convites para novos participantes e voluntários através das redes sociais institucionais e dos nossos próprios canais, espalhando a semente da inclusão.

Assim, o Projeto Horizonte se propõe a ser um agente de transformação, tecendo práticas educativas que elevem o nível de aprendizado de cada pessoa nas áreas de linguagem e raciocínio lógico-matemático. Para isso, nossa essência se concentra em três pilares que se entrelaçam como um abraço: 1) usar metodologias que tocam o coração e a mente, 2) criar estratégias que celebrem a interação e a socialização, e 3) abrir portas para que a capacidade criativa de cada um floresça no campo das linguagens artísticas.

Metodologia: Desenhando Caminhos com Leveza e Cuidado

Nossa metodologia é um convite à experiência, um mergulho no universo da ludicidade. As atividades são um fluxo contínuo de jogos e brincadeiras que fazem o aprendizado brotar de forma leve e significativa. Mas o aprendizado não se limita às quatro paredes; levamos nossos participantes para visitas externas a museus, parques e jardins, transformando cada passeio em uma aula viva, cheia de descobertas e encantamento.



Fig.1- Festa das Crianças/2024 - Plantio na Semana da Arvore no canteiro/ Unicap – Visita ao Museu

A leitura e a escrita ganham vida através da magia da contação de histórias e da liberdade de criar poemas e músicas, onde cada palavra é um passo em direção à autoexpressão. E o corpo também fala: a música, a dança e a brincadeira abrem um palco para a expressão corporal, fortalecendo a confiança e a alegria de se comunicar.



Fig.2 - Semana de Integração da Unicap/2024 - Cantata Natalina na Biblioteca da Unicap/2024

Um dos segredos do nosso sucesso reside na parceria constante com os alunos voluntários. Regularmente, sentamos juntos para planejar e avaliar as ações, trocando ideias, ajustando rotas, sempre com o olhar atento às necessidades de cada participante. E ao final de cada semestre, fazemos uma pausa para avaliar o impacto do projeto, não apenas em números, mas nas histórias de vida que ele ajuda a reescrever. É um ciclo de cuidado e aprimoramento contínuo.



Fig.3 - Reunião de avaliação das ações realizadas e planejamento das ações futuras

Resultados Alcançados: Histórias de Superação e Olhos que Brilham

Os ecos das ações do Projeto Horizonte ressoam em inúmeras histórias de superação e em olhares que brilham de orgulho. Vemos o florescer das capacidades argumentativas, onde cada um encontra sua voz e a confiança para se expressar. A desinibição é uma conquista diária, com sorrisos que se abrem e medos que se desfazem. A habilidade de trabalhar em grupo se manifesta na alegria de compartilhar, de construir juntos, de respeitar as diferenças. E a criatividade explode, revelando artistas, inventores e sonhadores.



Fig.4 - Atividades artísticas: colagem com massa de modelar e colagem com palitos de picolé

O público que acolhemos demonstra um interesse genuíno, uma alegria contagiante, uma criatividade pulsante e um raciocínio que se aguça a cada dia, ampliando seu vocabulário e sua compreensão do mundo. Ver essa transformação é a nossa maior recompensa.

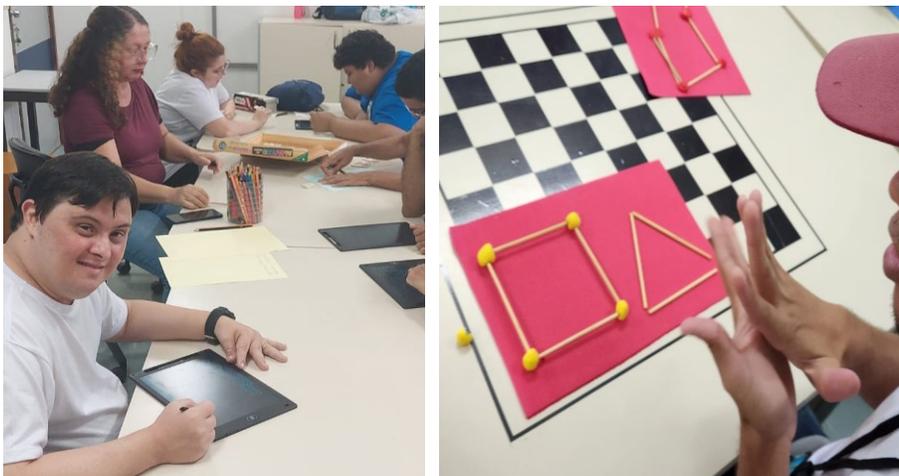


Fig.5 - Atividade lógico-matemática: desenho no tablet - Construção de figuras geométricas

E os voluntários? Eles são a alma do projeto! São jovens envolvidos, com um entusiasmo que irradia, uma criatividade que inspira e uma sensibilidade que se aprofunda diante dos desafios de aprendizagem e sociais que encontram. Para eles, o Projeto Horizonte é uma escola de vida, um convite à empatia e à construção de um futuro mais justo e humano.



Fig.6 - Apresentação do Projeto Horizonte na Jornada Unicap Extensão e Comunidade pelos alunos voluntários e Festa das Crianças/2023

Considerações Finais: O Horizonte de um Abraço que Transforma

A ludicidade no Projeto Horizonte é mais que um método, é a essência de um abraço que transforma. Ela permite que cada desafio se converta em brincadeira, em um brinquedo que abre portas para novas experiências, novos conhecimentos e o desenvolvimento pleno de cada pessoa. A brinquedoteca, nosso espaço de luz, não é apenas um local com cores e formas; é um santuário de criatividade, sociabilidade e, acima de tudo, de aprendizado.

Neste universo lúdico, onde a imaginação não tem limites, adolescentes e adultos que convivem com a neurodivergência encontram um refúgio. Ali, eles soltam suas imaginações, expressam sua criatividade e se manifestam de forma livre, sem a preocupação de julgamentos, apenas a alegria de ser.

E para os jovens voluntários, o Projeto Horizonte é um presente: a oportunidade de exercitar a nobre prática de doar uma parte de seu tempo ao outro, refletindo sobre o imenso significado da educação inclusiva e da responsabilidade social. É a certeza de que a educação, quando feita com o coração, não apenas ensina, mas transforma vidas, tecendo um futuro mais inclusivo e cheio de esperança para todos.

Referências Bibliográficas

FRIDAN, A. et. All. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta/Abriq, 1992.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indicadores-educacionais>

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

Shalimar Michele Gonçalves da Silva Reis

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em Administração Escolar e Planejamento Educacional (UFPE). É mestre em Ciências da Linguagem pela UNICAP e doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Portugal). Atua como coordenadora educacional na Secretaria Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes (coordenando o Programa de Correção de Fluxo – parceria com o Instituto Ayrton Senna), além de ser professora no curso de Pedagogia presencial e a distância da UNICAP, e coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica da mesma instituição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0343230562392387>

E-mail: shalimar.reis@unica.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agenda 2030 — 10, 12, 17, 19, 21, 23, 26, 57, 80, 119, 127, 136–138, 188–189, 193, 195, 202, 246, 264

Ação Climática (ODS 13) — 22, 24, 28, 188–192, 195–197

- educação climática — 188–189
- mitigação e adaptação — 190–192, 195

Alimentação e Segurança Alimentar — 111–113, 115–121, 127–131, 134–140, 145–146, 150–152

- desperdício de alimentos — 127–130, 136, 140–141
- sustentabilidade alimentar — 127–131, 134–140, 145–146
- direito humano à alimentação — 111–113, 115–121

Aprendizagem e Serviço (Service-Learning) — 10–12, 14–16, 19–21, 23–25

- formação cidadã — 10–11, 19, 23
- pedagogia transformadora — 14–16, 21, 23
- interdisciplinaridade — 13, 21, 23

C

Cidadania Global — 19, 21, 23, 188, 195, 246

- responsabilidade planetária — 188–189
- justiça intergeracional — 193, 246

Cidades Sustentáveis (ODS 11) — 21, 28, 37–38, 61, 96, 188, 191

- planejamento urbano — 94–97, 100–101
- habitação e urbanização — 21, 28, 61
- mobilidade — 96, 188

Comunicação e Ética — 80–86, 90

- ética profissional — 80, 84–86
- comunicação digital — 81–83, 90

Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12) — 22, 24, 28, 30, 37–38, 127, 136–137, 154–156, 166, 172

- economia circular — 27–28, 30–31, 38, 155–156
- resíduos e reciclagem — 154–156, 166, 172

Cultura de Paz — 11, 19, 21, 23, 246

- resolução de conflitos — 246
- direitos humanos — 11, 19, 21, 23

D

Democracia — 11, 19, 21, 23, 239, 246

- participação cidadã — 21, 23
- memória democrática — 239–241, 245

Desenvolvimento Humano Integral — 7, 11, 19, 23, 188

Desenvolvimento Sustentável — 7, 10, 17, 19, 21, 23, 27, 29, 188–189, 195

- dimensões social, econômica e ambiental — 17, 19, 21, 23
- ODS como agenda global — 7, 10, 12, 16–25

Direitos Humanos — 7, 11, 19, 21, 23, 246

- justiça social — 11, 19, 21, 23, 188
- equidade — 11, 17, 19, 21, 23

E

Educação Ambiental — 27–31, 37–38, 127, 154–156, 188

Educação de Qualidade (ODS 4) — 10, 21–23, 80, 119, 188, 195, 202, 210

- acesso e equidade — 21–23, 119
- tecnologias educacionais — 80–81, 86–87, 210
- formação integral — 10–11, 19, 23, 188

Educação Superior — 10–11, 18–19, 23–26

- missão social — 7, 10–11, 18–19, 23
- indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão — 11, 13, 19, 21, 23

Extensão Universitária — 7, 10–13, 16, 18–26, 61, 80, 94–97, 111, 127, 154, 172, 188–193, 208, 226, 239, 254

- dimensão pedagógica — 10–11, 19–21
- responsabilidade social — 7, 19, 23, 188
- diálogo universidade–sociedade — 18–21, 23, 61, 111, 127, 172

F

Fome e Insegurança Alimentar — 111–113, 115–121, 127–131, 134–136

- direito humano à alimentação — 111–113, 115–121
- políticas públicas — 115–119

Formação Integral — 7, 10–11, 19, 23, 188, 195, 246

I

Inclusão Digital e Tecnológica — 21, 80–81, 86–87, 208–210

- acesso à informação — 80–81, 208
- desigualdade digital — 21, 86–87

Inovação Social — 27–31, 188–191

- empreendedorismo social — 27–29, 37
- laboratórios vivos (living labs) — 188–189

Interdisciplinaridade — 13, 21, 23, 188

J

Justiça Social — 7, 11, 19, 21, 23, 188, 246

- equidade — 11, 19, 21, 23
- solidariedade — 111, 188

M

Meio Ambiente — 7, 17, 19, 21, 23, 27–31, 37–38, 127, 154–156, 188–191

- mudanças climáticas — 188–192
- sustentabilidade urbana — 21, 28, 61, 96

Memória e Verdade — 239–241, 245–246

- ditadura militar — 239–241, 245
- direito à memória — 239–241

Missão Social da Universidade — 7, 10–11, 16, 18–19, 23, 190, 193, 246

O

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — 7, 10, 12, 16–25, 27, 29, 37–38, 188–189, 195

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar — 10, 21–23, 95, 106–107, 119, 172, 180, 191
- ODS 4 – Educação de Qualidade — 10, 21–23, 80, 119, 188, 195, 202, 210
- ODS 10 – Redução das Desigualdades — 10, 21–23, 50, 96, 107, 119, 247
- ODS 11 – Cidades Sustentáveis — 21, 28, 37–38, 61, 96, 188
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis — 22, 24, 28, 30, 37–38, 127, 136–137, 154–156
- ODS 13 – Ação Climática — 22, 24, 28, 188–192, 195
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes — 21, 119, 246
- ODS 17 – Parcerias — 37–38, 188

P

Participação Comunitária — 11, 19, 21, 23, 27, 29, 37, 127, 188

- engajamento estudantil — 11, 13, 19, 23
- protagonismo social — 19, 23, 188

Pesquisa-Ação — 13, 21, 23

R

Redução das Desigualdades (ODS 10) — 10, 21–23, 50, 96, 107, 119, 247

Resiliência — 11, 19, 21, 23, 188

S

Saúde e Bem-Estar (ODS 3) — 10, 21–23, 95, 106–107, 119, 172, 180, 191

- saúde coletiva — 106–107, 119
- sustentabilidade em saúde — 172–176, 180

Solidariedade — 11, 14–15, 21, 23, 111, 188

Sustentabilidade — 7, 10, 17, 19, 21, 23, 27–31, 37–38, 61, 94–101, 111–113, 127–131, 134–140, 145–146, 150–158, 172–176, 188–192, 195–197, 246, 264

- sustentabilidade alimentar — 111–113, 127–131, 134–140, 145–146, 150–152
- sustentabilidade urbana — 21, 28, 61, 96
- sustentabilidade em saúde — 172–176, 180

T

Tecnologia e Inovação — 19, 21, 27–31, 37, 80–81, 86–87, 208–210

- inclusão digital — 21, 80–81, 208
- comunicação digital — 86–87, 210

Transformação Social — 7, 10, 19, 21, 23, 27, 37, 111, 127, 154, 172, 188

U

Universidade Cidadã (UNICAP) — 7, 9, 19, 23

Universidade e Comunidade — 7, 10–12, 18–26, 61, 111, 127, 154, 172, 188, 208, 226, 239, 254



Este E-book está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Isso significa que é permitido compartilhar e adaptar o conteúdo, desde que seja dado o devido crédito aos autores e à Universidade Católica de Pernambuco como editora, mas o uso para fins comerciais não é permitido. Para mais informações, consulte: <https://creativecommons>

A Extensão Universitária é a expressão da missão social da UNICAP, lugar onde conhecimento e vida se encontram para transformar realidades. Por meio dela, a universidade dialoga com comunidades, constrói soluções inovadoras e promove uma formação integral, ética e cidadã.

Este eBook reúne 16 capítulos que apresentam experiências diversas: da arquitetura à saúde, da psicologia à comunicação, da sustentabilidade alimentar à memória histórica, sempre em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. São relatos que evidenciam a extensão como espaço de criação, solidariedade e impacto social.

Mais do que um registro de práticas, esta obra é um convite a reconhecer o papel da universidade como protagonista na construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável, reafirmando a importância da Extensão e dos ODS no horizonte educativo da UNICAP.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



EXTENSÃO
UNICAP

ISBN: 978-65-01-66-4

